

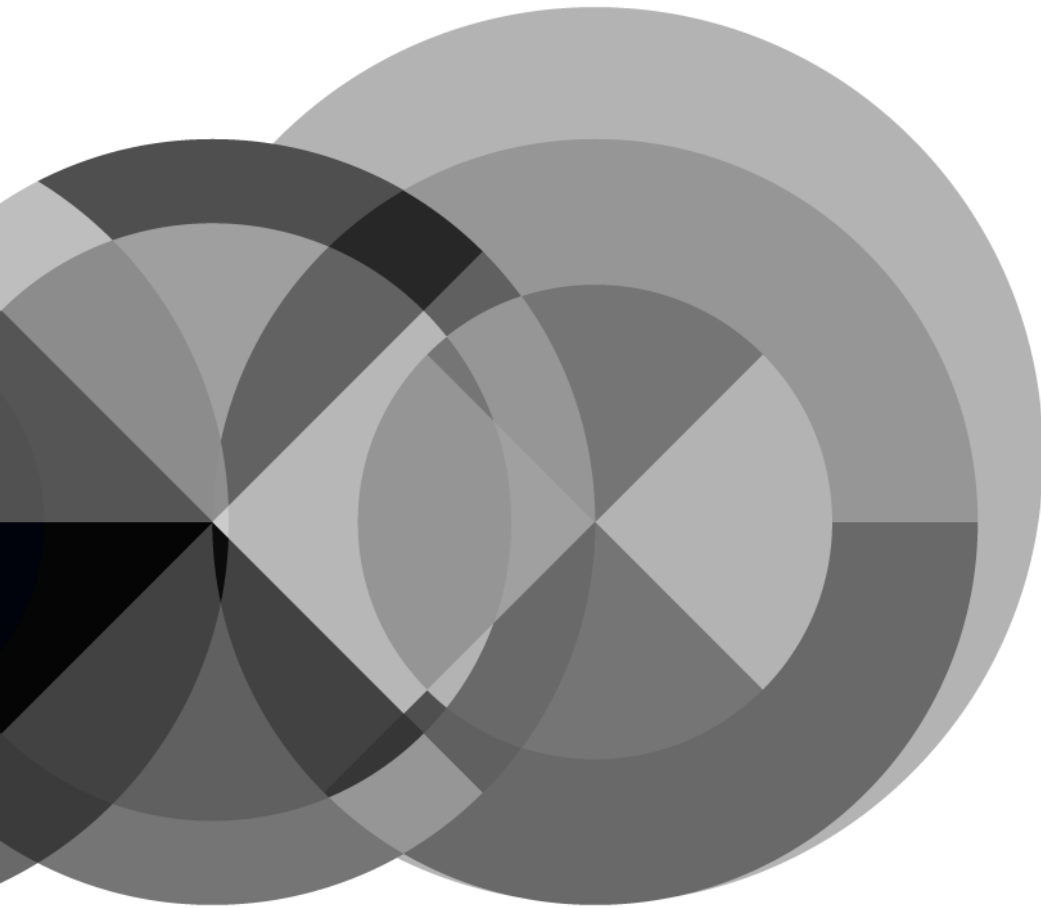


2017

Relatório de Sustentabilidade

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
3. O GRUPO IP	8
3.1 CONTRATOS DE GESTÃO DA REDE RODOFERROVIÁRIA	9
3.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO	10
3.3 O GRUPO IP	12
3.4 ESTRUTURA DO GRUPO IP: MODELO ORGANIZACIONAL	15
3.5 VISÃO ESTRATÉGICA	16
3.6 SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL	17
4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	19
5. GESTÃO DA MATERIALIDADE	27
5.1 CARATERIZAÇÃO DA REDE RODOFERROVIÁRIA	28
5.2 CADEIA DE VALOR	31
5.3 OBJETIVOS DE GESTÃO	32
5.4 INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (ICD)	39
5.5 SEGURANÇA RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA	42
5.6 CAPITAL HUMANO	52
5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	76
5.8 SERVIÇO AO CLIENTE	92
6. GESTÃO DO RISCO	97
7. DIVULGAÇÃO DA DIVERSIDADE NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO	105



Relatório de
Sustentabilidade
2017

1 INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

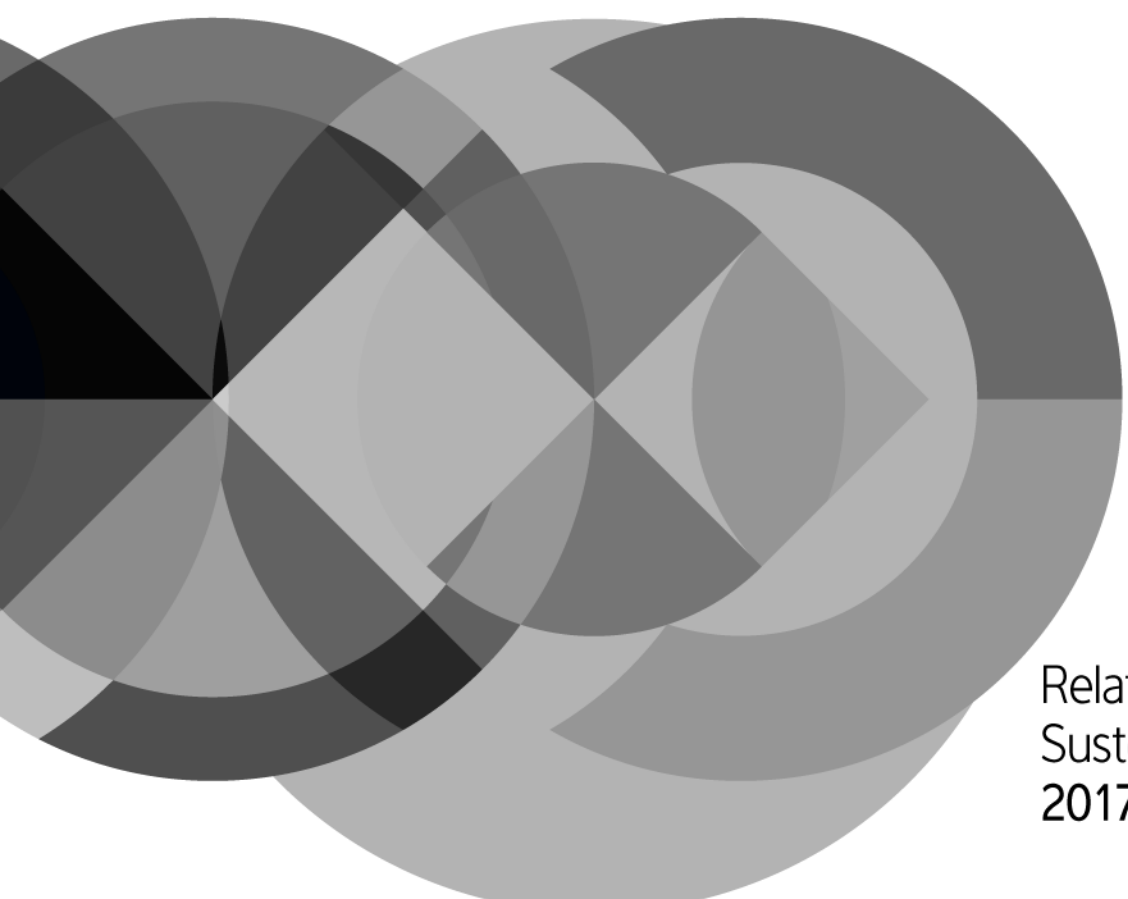
As recentes orientações internacionais dirigidas às grandes empresas no sentido de apresentarem relatos de informação de áreas não estritamente financeiras, com especial enfoque nas temáticas ambientais, sociais e de práticas laborais inclusivas, têm levado as organizações a adotarem mecanismos internos e de governação cada vez mais transparentes e abertos à sociedade.

A Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) sempre procurou seguir as melhores práticas de reporte de gestão, através da publicação de relatórios e documentos sobre a sua atividade, dando pública visibilidade, pelos mais diversos meios de comunicação, sobre os desenvolvimentos da gestão e manutenção das infraestruturas nacionais rododferroviárias que lhe estão confiadas pelo Estado.

A dimensão e complexidade do universo IP traduz-se na procura de um modelo de governação assente nos seus recursos mais preciosos, o capital humano, e na excelência de um *know-how* alicerçado em décadas de experiência nos vários domínios técnicos que suportam a sua longa atividade.

O relatório que agora se submete à apreciação dos nossos parceiros e partes relacionadas, dá conta desse esforço desenvolvido pelos nossos colaboradores para assegurar um desenvolvimento sustentável, alicerçado em políticas inclusivas, no respeito pelos direitos humanos, pela defesa ambiental e de responsabilidade social ao longo da cadeia de valor da organização.

No futuro a empresa irá seguir o modelo do relatório integrado, já a partir de 2018, tendo optado neste ano pela publicação do relatório de sustentabilidade, numa leitura adaptada à realidade do grupo empresarial, da *Global Reporting Initiative* – GRI.



Relatório de
Sustentabilidade
2017

2 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A importância da sustentabilidade nas organizações é hoje um fator muito concreto e fulcral para o reconhecimento das mesmas perante os seus parceiros e a sociedade, e com elevados custos reputacionais e de concorrência, para quem não lhe der a devida atenção.

Já não basta apresentar bons resultados financeiros, as pessoas querem que as empresas demonstrem o seu envolvimento com os temas da eficiência do consumo de recursos, da defesa do ambiente e do clima, da não discriminação e da defesa dos direitos sociais e humanos.

Aqui chegados, encontramos-nos perante a questão que a todos deve envolver: que futuro queremos contruir?

Curiosamente, a resposta está a ser consentânea com a urgência que as decisões impõem.

Alterações climáticas, escassez de recursos, como os hídricos, igualdade de género, disparidades sociais, trabalho forçado e o consumo excessivo dos nossos recursos naturais, exigem das empresas dar o passo decisivo.

O Grupo IP está determinado em contribuir, até pela dimensão e impacte que a sua atividade tem sobre a comunidade, para contrariar esta tendência de agravamento da qualidade de vida e do ambiente que o planeta enfrenta, se nada for feito.

A par dos encorajadores indicadores financeiros que a organização vem conhecendo, estamos a envolver todos os colaboradores em ações de sensibilização para os temas da mobilidade sustentável, do combate à discriminação de género e à corrupção, da eficiência energética e da boa utilização dos recursos colocados à disposição de todos.

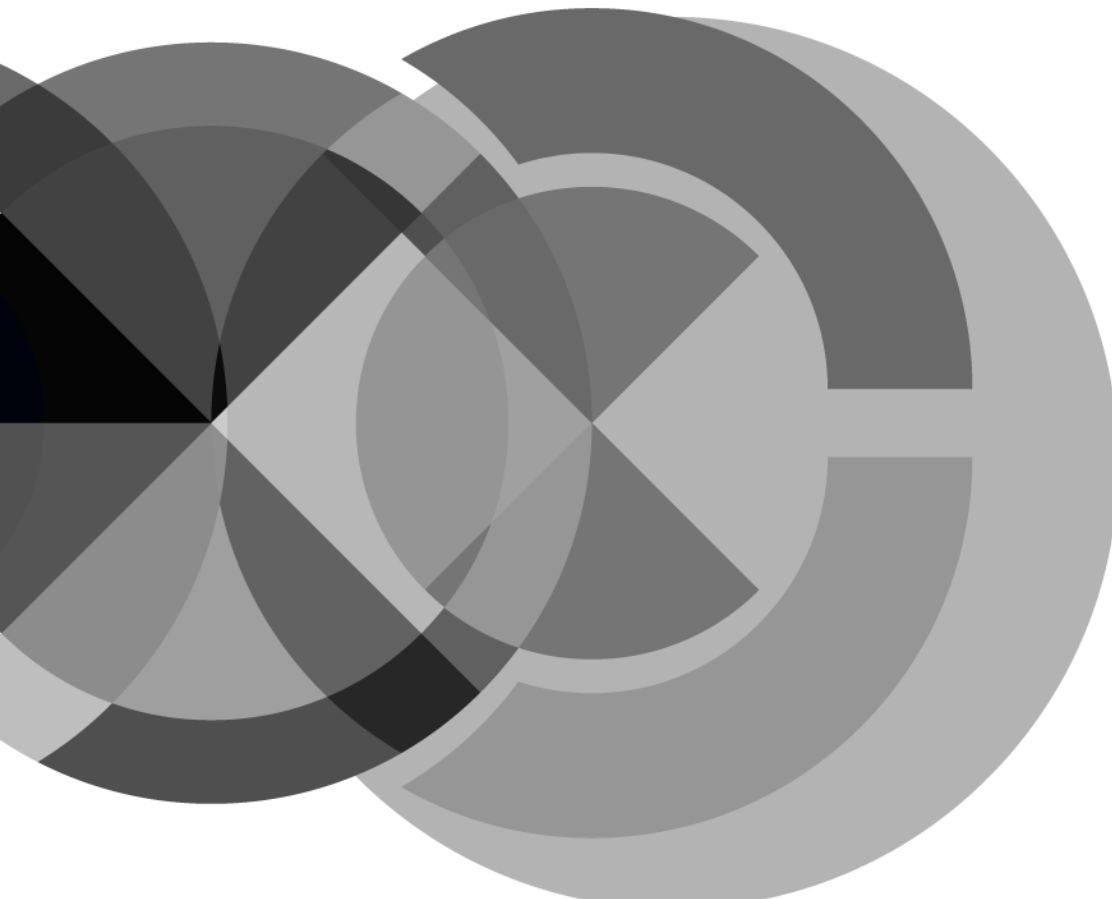
Os dados que divulgamos neste relatório sobre disponibilidade dos serviços, satisfação do cliente, gestão de ativos, segurança das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, gestão ambiental, e políticas dirigidas aos colaboradores para criar equipas motivadas e envolvidas com os objetivos estratégicos da empresa, fazem-nos acreditar que estamos no caminho certo.

O ano de 2018 será de novos desafios, dando continuidade às grandes linhas de orientação do nosso acionista Estado, e tendo como horizonte os princípios da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, subscrita por Portugal, em que se prevê a construção de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento da inovação.

Somos uma empresa de culturas diversas e de sucessivas gerações que muito contribuíram para o desenvolvimento das acessibilidades e da aproximação entre as comunidades. Esse é esteio que nos faz acreditar que as mudanças em direção ao futuro se fazem de forma positiva, programando a longo prazo o sucesso e a continuidade do nosso negócio, cada vez mais verde, *smart* e integrado.

Uma palavra final de agradecimento pela dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores, que são os verdadeiros responsáveis pela concretização das transformações referidas e são o garante da prestação de um serviço público de referência.

Um agradecimento extensível ao Acionista, Órgãos de Fiscalização e restantes *Stakeholders* pela colaboração e confiança demonstrada.



Relatório de
Sustentabilidade 2017

3 O GRUPO IP

3. O GRUPO IP

A Infraestruturas de Portugal, S.A. é uma empresa pública que resulta da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP) através da qual a REFER, incorpora, por fusão, a EP, e é transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP). A fusão foi consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do [Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio](#).

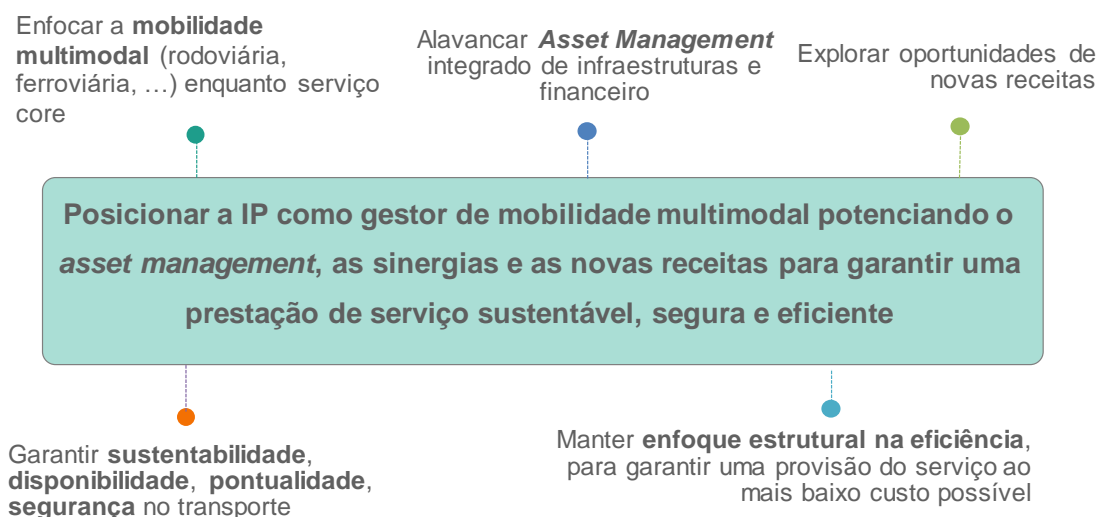
Missão

A IP tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se nesta última o comando e o controlo da circulação.

Para o efeito a IP é responsável pela gestão de infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da rede rodoviária nacional celebrado com o Estado e dos contratos de concessão que com o mesmo venham a ser celebrados, bem como a gestão das demais infraestruturas sob sua administração.

Estão igualmente incluídos no objeto da empresa as atividades de exploração do domínio público ferroviário e rodoviário do Estado, e do seu património autónomo, designadamente a exploração de áreas de serviço, de parques de estacionamento, bem como dos sistemas de informação e gestão de tráfego, dos sistemas de segurança ferroviária e rodoviária, do canal técnico e das redes de comunicações entre infraestruturas ou entre estas e os veículos, as estações, os terminais e outras instalações ferroviárias.

Visão



Valores

Refletem o nosso compromisso com a sociedade e a vontade de melhoria contínua: Rigor, Transparência e Eficiência.

3.1 CONTRATOS DE GESTÃO DA REDE RODOFERROVIÁRIA

Contrato de Concessão Rodoviário

No ano de 2007 foi assinado pelo Estado Português e pela então Estradas de Portugal, SA, o contrato de concessão para o financiamento, planeamento, conceção, projeto, construção, requalificação, alargamento, exploração e conservação da Rede Rodoviária Nacional, cujas bases tinham sido aprovadas e publicadas em Diário da Republica através do DL n.º 380/2007, de 13 de novembro.

Este contrato de concessão, com uma duração de 75 anos, decorreu de uma mudança de paradigma na gestão da infraestrutura rodoviária em que por um lado, se separava a regulação da operação (e esta ultima deixava de estar obrigatoriamente na esfera do Estado), e por outro atribuía-se a uma Empresa a responsabilidade de disponibilizar rodovias aos utentes de acordo com níveis de serviço previamente definidos para cada tipo de estrada, de ser ambientalmente sustentável e de prosseguir objetivos de redução de sinistralidade ambiciosos.

Após a assinatura do contrato de concessão a IP passou a ter como principais fontes de receitas a Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR) e as portagens cobradas nas vias portajadas sob sua gestão.

Contrato Programa Ferroviário

Em 2016, o Estado celebrou com a IP um Contrato Programa para a Rede Ferroviária Nacional com a duração de 5 anos, em respeito pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro.

Merecem realce as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, na forma de indicadores e critérios de qualidade abrangendo elementos como prestações dos comboios, capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente. O contrato fixa ainda objetivos de eficiência financeira para a IP na forma de indicadores de receita e despesa.

O financiamento da Rede Ferroviária Nacional é feito através das receitas tarifárias cobradas aos operadores ferroviários, dos excedentes resultantes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária e das indemnizações compensatórias que permitam cobrir os gastos decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público que não possam estar cobertos pelas receitas referidas.

3.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO

Poderes do Acionista, de Supervisão e de Controlo

As ações representativas da totalidade do capital social da empresa pertencem ao Estado, e são detidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. O capital social é de 4.925.375.000 euros, representado por 985.075 ações com o valor nominal de 5.000 euros cada.

A IP está sujeita à tutela do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial, está submetida à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas, bem como à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças, nos termos da lei.

Órgãos Sociais

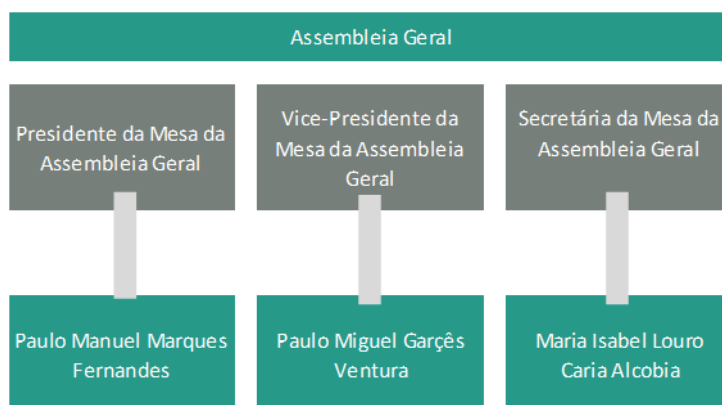
A IP reveste a natureza de empresa pública sob forma de sociedade anónima e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, que a criou, pelos seus estatutos, aprovados em anexo ao referido diploma legal, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

Quanto ao modelo de governo societário, a IP adota o modelo dualista, permitindo uma separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão da sociedade na prossecução dos objetivos e interesses da empresa, do seu acionista, colaboradores e restantes *stakeholders*, contribuindo, desta forma, para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e otimização.

Os órgãos sociais da IP são constituídos pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração Executivo, pelo Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, e pelo Revisor Oficial de Contas.

Assembleia Geral

É composta pelos acionistas, sendo a Mesa da Assembleia Geral constituída por presidente, vice-presidente e secretário.



Conselho de Administração Executivo

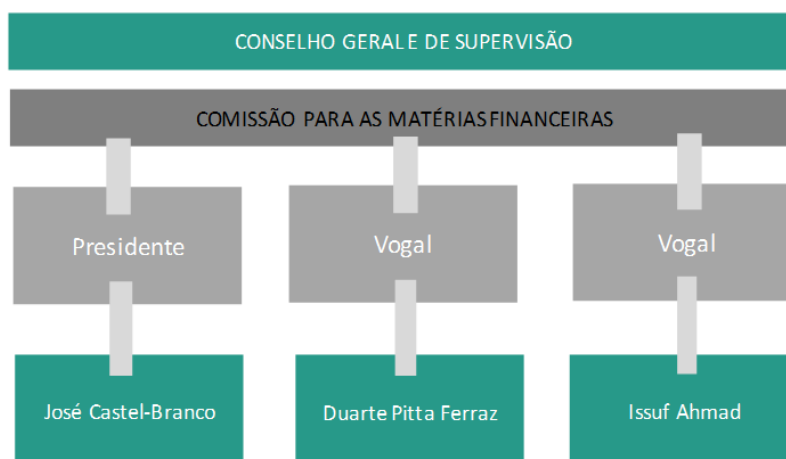
O Conselho de Administração Executivo foi constituído, no ano de 2017, por Presidente, dois Vice-Presidentes e dois Vogais, com a constituição que se apresenta no quadro seguinte.



Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) deverá ser constituído por seis a nove membros, designados em Assembleia Geral, que designa também quem, de entre eles, exerce as funções de presidente.

Estão atualmente designados para o Conselho Geral e de Supervisão três membros, os quais constituem também a Comissão para as Matérias Financeiras, cuja composição se apresenta de seguida.



Revisor Oficial de Contas

A 13 de abril de 2017, o Acionista procedeu à nomeação da sociedade Vitor Almeida e Associados, SROC, Lda (SROC n.º 191, inscrita na CMVM com o n.º 20161491), representada pelo sócio Vitor Manuel Batista de Almeida (ROC n.º 691, inscrito na CMVM com o n.º 20160331), para Revisor Oficial de Contas.

3.3 O GRUPO IP

O Grupo IP incorpora o saber técnico necessário ao bom desempenho da infraestrutura rododiferroviária nas vertentes de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se, nesta última o comando e o controlo da circulação, privilegiando a inovação e o desenvolvimento tecnológico aplicados aos vários equipamentos, sistemas e materiais instalados.

As empresas participadas visam constituir centros de lucro tendo em vista otimizar as receitas não core do Grupo IP, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas atividades principais.

A IP tem atualmente participação no capital social de quatro empresas: IP Engenharia, IP Património, IP Telecom e GIL (Gare Intermodal do Oriente), conforme se apresenta na figura seguinte:



IP Engenharia

A **IP ENGENHARIA**, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social de 1.500.000 euros que tem como acionistas a IP, S.A., a qual detém 295.286 ações com o valor nominal de 5,00 euros cada, correspondente a uma participação de 98,43% do total do capital, e a IP Património, S.A., a qual detém 4.714 ações com o valor nominal de 5,00 euros cada, correspondente a uma participação de 1,57% do total do capital.

A IP ENGENHARIA tem como missão elaborar estudos e projetos de engenharia de transportes, prestar serviços de fiscalização e dinamizar o negócio internacional do Grupo IP.

IP Património

A **IP PATRIMÓNIO**, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social de 5.500.000 euros e que tem como acionistas a IP, S.A. com a participação de 99,9968%, representado por 1.099.965 ações com o valor nominal de 5,00 euros, e a IP Engenharia, S.A. com a participação de 0,0032%, representado por 35 ações do mesmo valor nominal.

A IP PATRIMÓNIO tem como missão atuar no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.

IP Telecom

A **IP TELECOM**, S.A. é uma sociedade anónima com o capital social de 10.000.000 euros, integralmente subscrito e realizado pelo acionista único IP, S.A. e representado por 200 000 ações com o valor nominal de 50,00 euros cada.

A IP TELECOM tem como objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de telecomunicações bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades.

A sua missão consiste em assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações concessionada pelo Acionista, traduzida no fornecimento e prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias Cloud e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.



A **GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A.**, tem a missão de proceder à exploração/gestão do Complexo Intermodal designado por Estação do Oriente. O capital social da GIL, no montante de 1.952.160 euros, é representado por 392 000 ações ao valor nominal de 4,98 euros, integralmente subscrito e realizado pelo acionista único IP, S.A..

A IP é ainda participante, em dois agrupamentos de interesse económico (AEIE):

AVEP – Alta Velocidade Espanha - Portugal

Tem como objeto a realização de estudos preliminares dos corredores Porto-Vigo e Madrid-Lisboa-Porto.

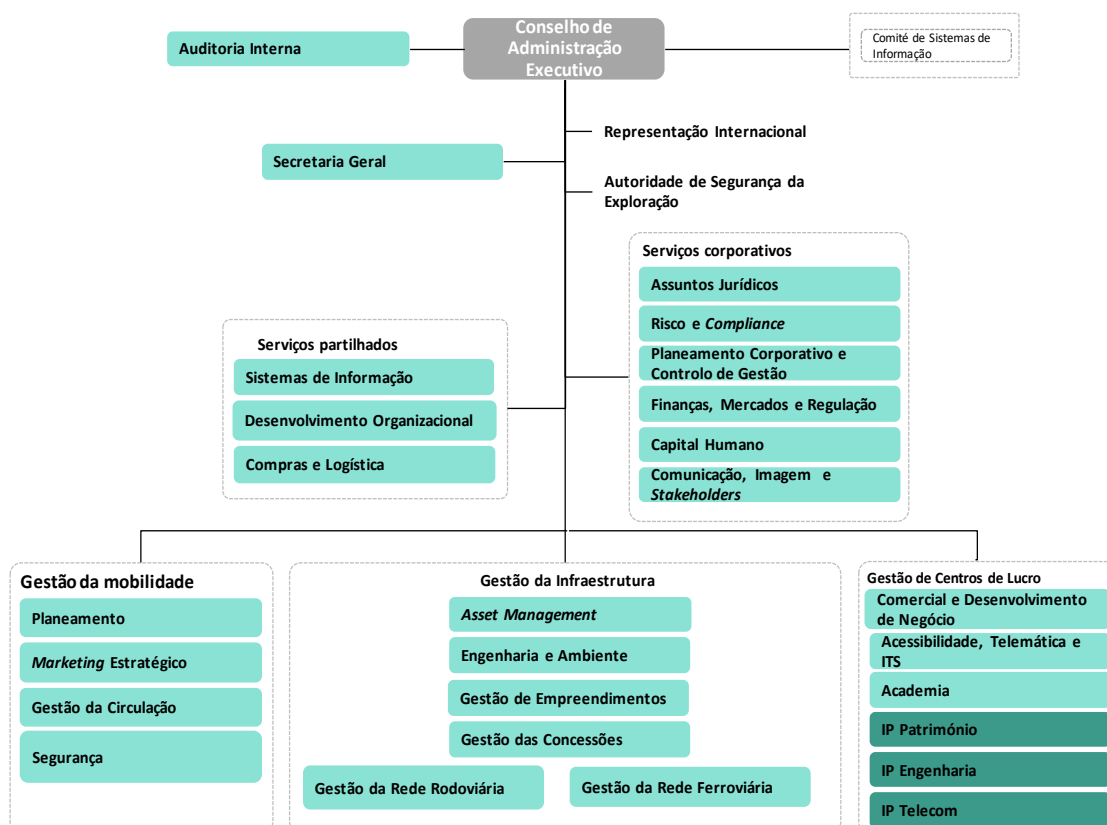
Corredor Atlântico

Tem como missão a rentabilização da infraestrutura ferroviária existente, sem investimento adicional, através de uma gestão centralizada da atribuição de capacidade, da gestão de tráfego e do relacionamento com os clientes.

Complementarmente, o Corredor Atlântico assume-se também como plataforma privilegiada para a coordenação dos investimentos na infraestrutura ferroviária em Portugal, Espanha, França e Alemanha, no sentido de serem ultrapassadas barreiras técnicas e operacionais, promovendo a interoperabilidade e, conseqüentemente, fomentando uma maior competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

3.4 ESTRUTURA DO GRUPO IP: MODELO ORGANIZACIONAL

O Modelo organizacional do Grupo IP divide-se em duas grandes áreas, uma composta pelas direções que prestam serviços de suporte (partilhados e corporativos), de valor acrescentado interno, e outra do negócio, de onde saem os produtos e serviços para o exterior e se concretiza o serviço prestado pelo Grupo IP.



Áreas de Negócio

- Unidades dedicadas à **gestão da mobilidade** as quais asseguram a implementação do planeamento integrado das redes e de gestão da mobilidade rodoferroviária, de acordo com princípios de segurança, de sustentabilidade e de otimização da receita core;
- Unidades dedicadas à **gestão da infraestrutura** antecipando-se ganhos de eficiência derivados da aplicação de princípios de *asset management*, e
- Unidades correspondentes a **centros de lucro**, orientadas para o aumento das receitas não core.

Serviços de Suporte: serviços partilhados e os serviços corporativos, ambos com atribuições relacionadas com as atividades de suporte a toda a estrutura.

Complementarmente, enquanto mecanismo de gestão de interfaces e de partilha da decisão, faz parte do modelo orgânico o Comité de Sistemas de Informação.

3.5 VISÃO ESTRATÉGICA

O Plano Estratégico do Grupo IP foi desenvolvido tendo por base a estratégia e os grandes objetivos da Fusão, que passam pelo desenvolvimento integrado da rede rodoferroviária, pelo incremento das receitas (*core* e não *core*), pela captura de sinergias internas e externas (*escala* e *know-how*), pela articulação da presença regional, sempre numa perspetiva de assegurar uma gestão sustentável das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias Nacionais.

Neste enquadramento, o Plano Estratégico traça o caminho para posicionar a IP como uma empresa gestora de mobilidade multimodal potenciando o *asset management*, as sinergias e as novas receitas para garantir uma prestação de serviço sustentável, segura e eficiente. Para o efeito foram definidos quatro objetivos estratégicos prioritários:



Para o desenvolvimento de cada um destes objetivos, foram definidos programas de ação, cujos objetivos se sintetizam de seguida:

- **Mobilidade Sustentável**
 - Promoção de um modelo remuneratório sustentável, adequado aos serviços de mobilidade prestados pela empresa e que permita consolidar o plano de investimentos rodoferroviários;
 - Planeamento integrado e racional da rede;
 - Otimização da execução do Ferrovia 2020;
 - Desenvolvimento da gestão de mobilidade multimodal.

- **Asset Management**
 - Otimização do custo do ciclo de vida dos ativos;
 - Redefinição da estratégia de Conservação da rede rodoferroviária.

- **Integração**
 - Estabilização da nova organização e do capital humano;
 - Evolução do modelo de *procurement* e *smart sourcing*;

- Integração dos sistemas de gestão, processos e sistemas de informação.

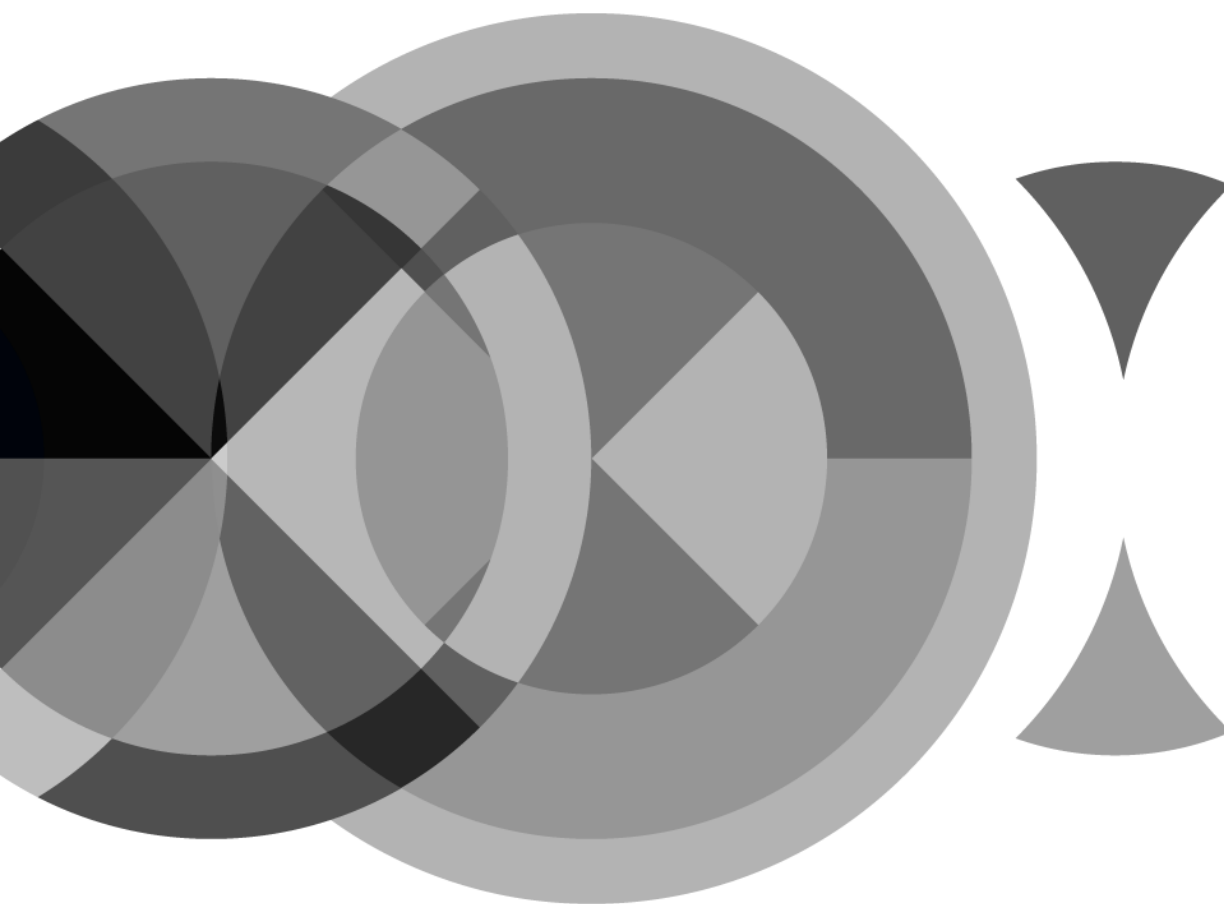
- **Centros de Lucro**
 - Reforço do enfoque comercial;
 - Potenciação de serviços de Acessibilidade, Telemática e ITS;
 - Valorização dos ativos e serviços de fibra ótica, canal técnico rodoviário e *data centers*;
 - Valorização e exploração comercial de ativos imobiliários.

3.6 SISTEMA DE GESTÃO EMPRESARIAL

O Sistema de Gestão Empresarial do Grupo IP (SGE) desenvolve-se em torno da estratégia e do propósito da organização, da identificação dos *stakeholders* e da análise dos contextos interno e externo que podem afetar a capacidade de alcançar os objetivos pretendidos.

Durante 2017 o Sistema de Gestão Empresarial progrediu de forma significativa nas atividades da empresa com o envolvimento das áreas críticas para o negócio, designadamente na modelação/integração dos processos da cadeia de valor do Grupo IP e do acervo de normativos interno que clarificam modos de atuação e as responsabilidades dos diversos intervenientes nos processos.

Dar-se-á início à fase de monitorização dos processos entretanto já consolidados na organização, com o objetivo de: a) identificar eventuais desvios (positivos ou negativos) face aos resultados pretendidos e b) Identificar e implementar ações de melhoria do desempenho e conseqüentemente uma maior eficiência organizacional.



Relatório de
Sustentabilidade 2017

4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A IP defende a visão integrada da sustentabilidade na qual a Responsabilidade Social se insere e desenvolve a sua atividade contribuindo para o progresso económico e social da comunidade onde está presente, tendo em conta o seu impacto no meio ambiente, e fomentando as relações estáveis com os seus principais *stakeholders*, através de ações que desenvolve interna e externamente.

Apresentamos de seguida um conjunto de acontecimentos relacionados com a Responsabilidade Social ocorridos no ano de 2017.

- **Ciclo de Workshops dedicados à Responsabilidade Social e Ética (fevereiro, março, junho e outubro)**

Na sequência da aprovação pela empresa do Código de Ética e da Declaração de Política de Responsabilidade Social, foram realizados quatro Workshops, em fevereiro, março, junho e outubro, respetivamente: "Igualdade de Género e Conciliação. Porquê? É Possível?", "Concorrência e Prevenção da Corrupção", "Diversidade na IP. Como valorizar as diferenças e construir a identidade" e "Mobilidade Sustentável".

Perante uma plateia de colaboradores e dirigentes foram introduzidas várias temáticas, numa perspetiva global, transversal e reflexiva.

- **Voluntariado individual (maio, setembro, outubro e dezembro)**

Em Família (maio)

Em maio, a IP como membro do GRACE e no âmbito da responsabilidade social, associou-se à 11^a Edição do Voluntariado em Família, dedicada ao "Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento", proclamado pela Organização das Nações Unidas. A responsabilidade social empresarial é um tema relevante para a empresa, do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental, reconhecendo-se o seu contributo para a comunidade e *stakeholders*. Os colaboradores e seus familiares, participaram nas atividades: Praia do Cabedelo, em Vila Nova de Gaia (Porto), Serra de Sintra (Lisboa), Costa da Caparica (Setúbal) e Praia de Faro (Faro).

O Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento surge alinhado com a adoção pela comunidade internacional da nova Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Assembleia Geral das Nações em setembro de 2015.

Pela Natureza (setembro e outubro)

A IP desafiou os seus colaboradores e famílias a participarem na 2.^a e 3.^a edição do Voluntariado pela Natureza.

Um grupo de colaboradores e suas famílias disponibilizam um dia do seu fim-de-semana, para participarem nas ações de voluntariado, que decorreram no Viveiro da Marca – Associação de Desenvolvimento Local, junto à Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade, na proximidade de Montemor-o-Novo, em setembro, e na conservação da natureza, através do desenvolvimento de trabalhos de controlo de plantas exóticas invasoras na Ecopista do Montado, em outubro.

Estas ações de Voluntariado pela Natureza integram o Projeto LIFE LINES. A IP é Parceira e Beneficiária Associada do Projeto LIFE LINES que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua.

Banco Alimentar (maio e dezembro)

Os colaboradores da IP com as suas famílias participaram em maio na Campanha de recolha de alimentos do Banco Alimentar (BA) Contra a Fome. A IP apoia permanentemente o BA, através da cedência de instalações em Lisboa, Caldas da Rainha, Évora e Covilhã.

- **IP apoia o Instituto do Coração (maio)**

A IP associou-se ao Instituto do Coração promovendo internamente a campanha de recolha de radiografias sob o lema "Tenha Coração. Reciclar é ajudar!"

Ajudar quem não tem meios financeiros a prevenir doenças cardiológicas e a cuidar da sua saúde, através de Associações sem fins lucrativos, contando com os serviços especializados do Instituto do Coração, foi o objetivo da campanha com um programa que visava contribuir para a sustentabilidade ambiental aproveitando os recursos provenientes da reciclagem de radiografias.

- **IP no Fórum Nacional para a Diversidade (maio)**

A IP esteve presente no primeiro Fórum Nacional para a Diversidade, que se realizou no dia 22 de maio no grande auditório do ISCTE/IUL, em Lisboa, e contou com cerca de 500 participantes.

A Diretora de Comunicação, Imagem e Stakeholders, Rosário Rocio, teve oportunidade de referir durante a sua intervenção, que a IP, enquanto signatária da Carta, estava a desenvolver um Caso de Estudo sobre a Diversidade na Empresa, o qual está a ser realizado por uma aluna mestranda em Psicologia Social e das Organizações do ISCTE.

As Cartas para a Diversidade são uma iniciativa da União Europeia, em linha com as prioridades da Estratégia Europa 2020, com as quais se pretende encorajar as organizações empregadoras a promover a diversidade no trabalho.

Para a IP, a assunção dos compromissos da Carta é um importante passo rumo a uma organização mais inclusiva, diversa e competitiva, tratando-se de uma ferramenta que valoriza e otimiza o potencial da diversidade de todos os(a) colaboradores(as), contendo uma multiplicidade mais ampla "contra a discriminação".

- **IP e ADENE assinam Protocolo para a Eficiência Energética (julho)**

O Presidente do Conselho de Administração, António Laranjo e o Presidente do Conselho de Administração da ADENE, João Paulo Girbal, assinaram no dia 13 de julho um Protocolo de Colaboração para projetos de eficiência energética.

O Protocolo visa a implementação de medidas relacionadas com a promoção da eficiência energética e das energias renováveis, identificando oportunidades de intervenção nos edifícios, viaturas e equipamentos consumidores de energia da IP.

A colaboração entre as duas entidades prevê o apoio da ADENE à IP, ao abrigo do Programa ELEnA, no âmbito de um Contrato de assistência técnica celebrado entre a ADENE e o Banco Europeu de Investimento.

As atividades a desenvolver contribuirão ainda para a implementação do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (Eco.AP), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros em janeiro deste ano, que prevê uma redução de 30% do consumo energético até 2020.

- **Projeto Educativo sobre Ética e Prevenção da Corrupção na IP (junho a setembro)**

O Projeto Educativo “Contra a Corrupção Sê Cidadão” realizado durante o Programa de Ocupação de Tempos Livres dos filhos dos colaboradores da IP foi destacado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção como exemplo de Boa Prática.

O Conselho de Prevenção da Corrupção, consciente do impacto positivo das ações de sensibilização junto dos mais jovens, promove, em parceria com o Ministério da Educação, várias atividades relacionadas com a ética, a cidadania e a prevenção da corrupção.

O programa de Ocupação de Tempos Livres das férias de verão, organizado pela Casa do Pessoal para os filhos dos Colaboradores da IP, constituiu uma oportunidade para a empresa se associar a um projeto cívico e inovador, em que mais de 100 jovens refletiram sobre o tema da corrupção e expressaram as suas ideias através do teatro e da música.

- **Apoie as entidades de economia social através do seu IRS (abril)**

A IP, no quadro da sua política de responsabilidade social, tem o dever de sensibilizar e incentivar os colaboradores para a cidadania ativa e para a necessidade do compromisso de todos no apoio aos grupos e às pessoas mais vulneráveis da sociedade.

Cada um de nós pode ajudar quem mais precisa, consignando 0,5% do seu IRS a uma Entidade de Economia Social da nossa escolha pessoal, de entre inúmeras instituições religiosas, instituições particulares de solidariedade social, pessoas coletivas de utilidade pública (incluindo ambientais) e instituições culturais de utilidade pública.

- **IP apoia Campanha no Dia Mundial das Doenças Raras (fevereiro)**

A 28 de fevereiro foi assinalado, em todo o mundo, o Dia Mundial das Doenças Raras.

Nesse âmbito, a Aliança Portuguesa de Associações das Doenças Raras (APADR) promove uma campanha, que conta com o apoio da IP, dedicada a todos os doentes, familiares e profissionais de saúde, que lidam diariamente com pessoas portadoras de doenças raras.

Pretende chamar-se a atenção de todos para a dificuldade que é viver com uma doença crónica e debilitante. Um alerta, feito a nível mundial, no qual Portugal também participa, apelando a um maior

investimento em investigação e desenvolvimento. A investigação pode levar à identificação de doenças previamente desconhecidas e aumentar a compreensão dessas mesmas doenças, permitindo que os médicos façam um diagnóstico mais atempadamente.

- **IP parceira da Campanha “A pele que tenho em mim” (outubro)**

A emblemática Sala do Rei na Estação do Rossio foi o palco escolhido para a apresentação da peça “A pele que tenho em mim”.

A peça de teatro fez parte da campanha de sensibilização para a doença da psoríase da responsabilidade da PSO Portugal e conta com a IP como principal parceiro no apoio à divulgação. Desenvolvida e produzida pela ACE Teatro do Bolhão, esta é uma peça feita de histórias reais, que levam o espectador a vestir a pele de uma pessoa com psoríase que enfrenta os desafios de aprender a conviver com a doença.

A digressão iniciou a 19 de outubro, no Auditório Carlos Paredes, em Lisboa, e ao longo de sete meses, a peça “A pele que tenho em mim” subiu ao palco de seis cidades de norte a sul do país, passando ainda pelo campus do Pragal e por algumas Estações Ferroviárias onde os nossos colaboradores e os utilizadores das estações tiveram a oportunidade de assistir a este espetáculo que sensibilizou a sociedade para uma patologia que afeta mais de 250 mil pessoas em Portugal.

- **IP adere à Hora do Planeta (março)**

A IP associou-se mais uma vez à iniciativa Hora do Planeta 2017, que aconteceu no dia 25 de março entre as 20h30 e as 21h30. À semelhança do ano anterior, a IP promoveu o apagão simbólico da iluminação decorativa da Ponte 25 de Abril, bem como do exterior da Estação de São Bento. Pela 1ª vez, apagaram-se também as luzes da Ponte da Arrábida e do exterior da Estação do Rossio.

A Hora do Planeta (Earth Hour) é um movimento anti-aquecimento global da “World Wide Fund For Nature” (WWF), uma das mais conhecidas e influentes ONGs na defesa do ambiente, que se realiza desde 2007, para mobilizar a sociedade em torno da luta contra as alterações climáticas.

Num período de 60 minutos do último sábado de março de cada ano, governos, empresas e a população de todo o mundo são convidados a apagar as luzes para demonstrar sua preocupação com o planeta.

- **Cacifos solidários na Gare do Oriente (maio)**

A IP associou-se à Associação Conversa Amiga (ACA), organização que tem como objetivo a integração faseada de pessoas sem-abrigo na sociedade através de várias iniciativas, nomeadamente do projeto Cacifos Solidários: mediante a instalação de cofres na rua, proporciona à população sem-abrigo da capital não só um local para guardarem as suas coisas como um acompanhamento por parte dos psicólogos da equipa de rua.

O projeto Cacifos Solidários começou com 12 compartimentos em Arroios instalados em 2013 e outros 12 em Santa Apolónia no final de 2015. Em 2017 a ACA e os seus parceiros instalaram cacifos em outras zonas da cidade: 12 junto ao Cais do Sodré, na freguesia da Misericórdia, e outros 12 na Gare do Oriente, no Parque das Nações, completando 48 cacifos no total.

Ao receberem a chave do seu cacifo, estas pessoas dão o primeiro passo para iniciar o processo de transição entre a rua e uma alteração de vida.

- **Arte Urbana na Passagem Inferior Pedonal da Estação de Algés (julho)**

No dia 5 de julho foi apresentado o projeto de requalificação da passagem inferior pedonal da Estação de Algés, na Linha de Cascais, que resultou de uma parceria entre a IP, a CP-Comboios de Portugal e a Câmara Municipal de Oeiras.

O projeto incorporou uma intervenção de arte urbana dos artistas Jorge Cordeiro, Pedro Esteves, “Nomen” e “2upla Brunogiao e Lucianosilvantes”, que exploram diferentes temáticas, dimensões e linguagens:

- A “fábrica da mobilidade” remete para um imaginário fabril com segmentos industriais justapostos aos transportes públicos, à ecologia e ao civismo.

- A “magia da música” espelha diferentes sensações associadas aos instrumentos musicais, ao convívio, à festa e aos festivais, destacando o papel estratégico desta estação enquanto acesso privilegiado a um dos maiores “palcos” de eventos do país.

A intervenção incluiu ainda a beneficiação do piso da passagem inferior e dos acessos às plataformas, bem como a substituição de algum mobiliário urbano e da iluminação, demonstrando que é possível a convivência entre serviço, funcionalidade e manifestações artísticas.

Esta ação desenvolve-se no âmbito da defesa do património ferroviário edificado que tem sido alvo de uma particular forma de vandalização: os graffitis não autorizados. Por via desta prática abusiva, os utilizadores das estações, (no caso da Estação de Algés cerca de 14.000 por dia), reclamavam uma ação permanente no sentido de minorar o impacto negativo dos graffitis.

O projeto reflete uma nova abordagem da IP ao nível dos processos de manutenção e conservação das estações - iniciados pela DRF, a qual integra e incorpora de forma legal aquilo que de forma ilegal já está presente em muito do património ferroviário, numa tentativa de garantir que as intervenções desenvolvidas têm maior durabilidade e um efeito dissuasor à prática do *tag* - projeto e que se pretende estender a outras estações da rede. Esta solução é a imagem de uma sociedade mais dinâmica, aproxima as instituições e o meio cultural e artístico aos cidadãos, e estimula a “apropriação” dos espaços por aqueles que dele usufruem.

O resultado foi atingido com o envolvimento da Câmara Municipal de Oeiras e da CP, que partilharam com a IP este objetivo de responsabilidade social, numa parceria que a IP pretende continuar a desenvolver noutras áreas assumindo o compromisso de gestão sustentável de um património que é de todos e que a todos cabe preservar.

- **IP associa-se ao 25º aniversário da ABRAÇO (novembro)**

Nos dias 1 e 2 de setembro a Estação Ferroviária de São Bento recebeu a Associação Abraço que em parceria com o enfermeiro atleta, Duarte Gil Barbosa, distribuiu abraços ao longo de 24 horas, no âmbito das comemorações do 25º aniversário desta Associação.

O desafio da iniciativa foi distribuir abraços durante 24 horas em troca de 1€ (ou do que as pessoas quisessem dar) para sensibilizar a população que, apesar de sermos todos diferentes, somos todos iguais, independentemente do sexo, raça, etnia, convicções políticas ou religiosas, condição social, na saúde e na doença. Para além de distribuir afetos, esta também é uma forma de angariar apoios financeiros para os projetos da Abraço, que a norte do país dá resposta diária a mais de 100 doentes portadores com VIH/Sida.

Ao longo desta ação decorrem várias iniciativas lúdicas como atuações musicais ou palestras.

- **IP associa-se ao 28º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (novembro)**

No dia 20 de novembro, a IP associou-se à comemoração do 28.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) através da Campanha Nacional “Estendal dos Direitos”, organizada pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, que promoveu no espaço da estação de S. Bento no Porto. Tratou-se de um evento comemorativo, em formato de *flash mob*, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a defesa e proteção dos Direitos da Criança.

A Campanha Nacional “Estendal dos Direitos” pretendeu envolver as organizações públicas e privadas, e todos os cidadãos, através da exposição de mensagens para:

- Aumentar a consciência pública acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Aumentar a consciência das crianças e jovens sobre os seus direitos;
- Facilitar a integração plena das crianças e jovens no processo de desenvolvimento dos seus direitos.

As Nações Unidas adotaram por unanimidade a CDC a 20 de novembro de 1989, que Portugal ratificou a 21 de setembro de 1990.

- **IP participa no maior evento de sustentabilidade – GREENFEST (setembro e outubro)**

A IP voltou a associar-se à 10ª edição do GREENFEST, de 28 de setembro a 1 de outubro, o maior evento de sustentabilidade que celebra anualmente o que de melhor se faz ao nível das vertentes ambiental, social e económica.

No dia 28 de setembro, a Comunicação, Imagem e Stakeholders - Comunicação Interna, a Segurança Rodoferroviária e a IP Património - Gestão Técnica e Património Histórico e Cultural, marcaram presença no Programa Escolas, com duas atividades didático-pedagógicas relacionadas com a segurança rodoferroviária e o património azulejar, idealizadas e desenvolvidas para crianças do 1º e 2º ciclo:

- Segurança rodoferroviária;
- O que é um azulejo?

Fomos visitados por cerca de 150 crianças do 1.º e 2.º ciclos das escolas do concelho de Cascais e de Torres Vedras, tendo-se explicado de forma lúdica o conceito de preservação do património azulejar, assim como as principais regras da segurança rododiferroviária.

A IP, como Empresa socialmente responsável, procura inculcar nos mais novos as atitudes básicas de segurança rododiferroviária e de respeito pelo património, tornando-os pequenos grandes “embaixadores” de comportamentos de prudência e cidadania.

- **IP associa-se à Campanha "Faz-te ao Futuro, com a Garantia Jovem" (outubro)**

A IP associou-se à Campanha “Faz-te ao Futuro, com a Garantia Jovem”, que pretendeu consciencializar os mais jovens sobre a importância de apostar na qualificação e entrar em contacto com o mercado de trabalho, mobilizando a sociedade de forma mais alargada.

A Campanha enquadrou-se na iniciativa *Make the future...today!*, destinada a acelerar o acesso dos jovens à Garantia Jovem. Promovida pelo IEFP e apoiada pela Comissão Europeia, esta Iniciativa conta também com o apoio de várias empresas de diferentes setores (infraestruturas, transportes, restauração, desportivo), num esforço conjunto e concertado de mobilização para que a mensagem chegue mais longe. Esta Campanha esteve presente nas principais estações ferroviárias de Lisboa e Porto.

Alinhada com os princípios da política de Responsabilidade Social, realçando a importância da orientação e futuro dos jovens, a IP abraça esta iniciativa de desafiar os jovens a agir e ter uma atitude mais interventiva em relação ao seu futuro e conhecer as oportunidades – Educação, Formação, Estágio e Emprego – de que podem beneficiar.

- **IP Solidária (dezembro)**

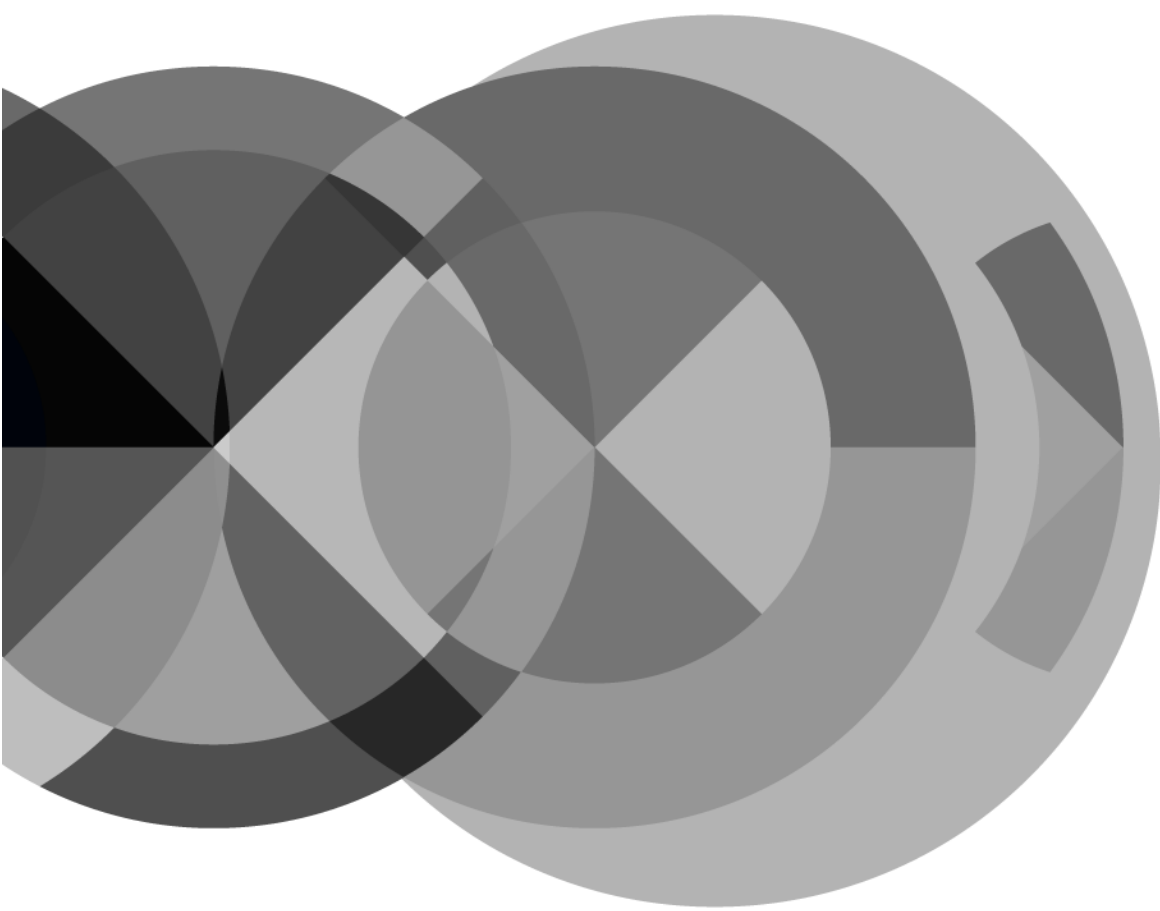
A IP apoia atividades específicas, de carácter social, cultural e desportivo. Promove campanhas de recolha de bens para instituições, recolha de sangue e medula óssea e a doação de equipamentos informáticos e de material de escritório a instituições sem fins lucrativos.

Em 2017 a IP marcou a diferença e tornou a Campanha de Natal na "Campanha Solidária IP 2017", mais abrangente e dirigida ao apoio das populações afetadas pelos incêndios. A Campanha incidiu nas seguintes dimensões: equipamentos coletivos, economia local e reflorestação. Neste âmbito a IP:

- ajudou na limpeza e participar na recuperação das áreas do parque de merendas, do parque infantil em colaboração com a Câmara Municipal de Mira e da parcela florestal em colaboração com a Câmara Municipal de Pedrogão Grande,

- colaborou na entrega dos materiais à ANCOSE e nos trabalhos de colocação de cerca e vedação em Oliveira do Hospital, e

- e contribuiu ainda em dezembro para a entrega das árvores de fruto oferecidas pelos colaboradores às populações de Carromeu e Presa, no concelho de Mira.



Relatório de
Sustentabilidade 2017

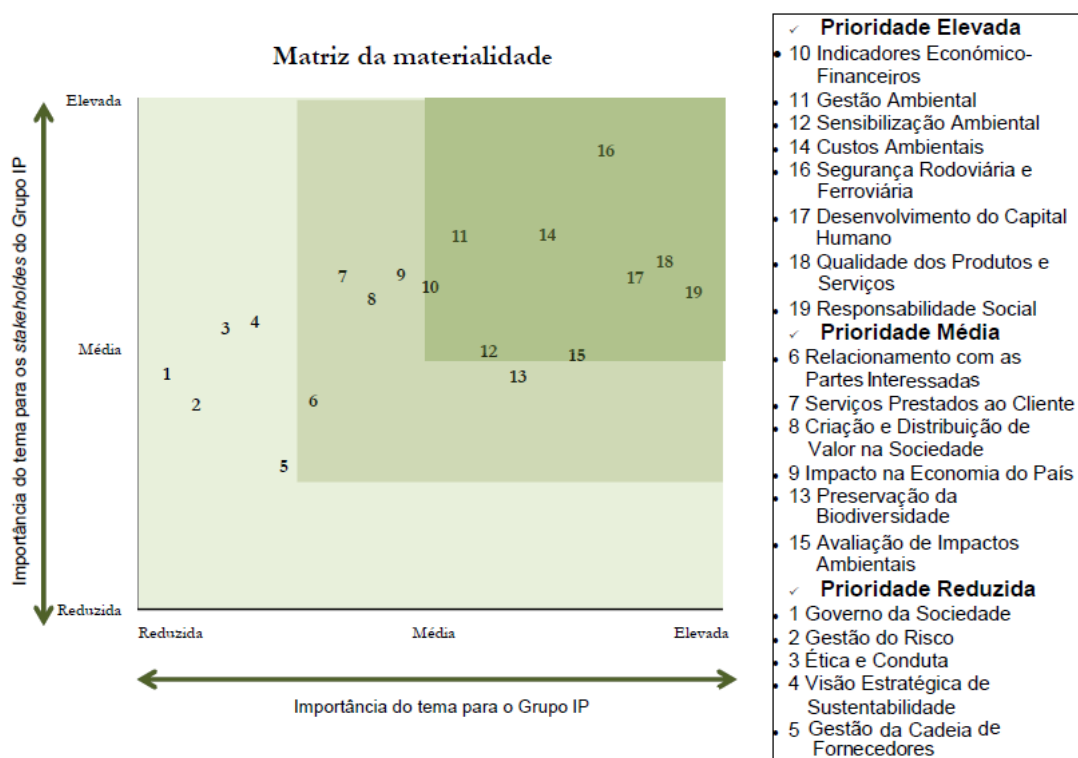
5 GESTÃO DA MATERIALIDADE

5. GESTÃO DA MATERIALIDADE

A matriz da materialidade foi preparada de acordo com os princípios da GRI para a definição de conteúdos e dos aspetos materiais e limites, que estão na base de identificação dos tópicos cujos impactos económicos, sociais e ambientais se consideram relevantes para o negócio da Empresa e para os seus *stakeholders*.

Foram considerados os temas da **responsabilidade social, qualidade de produtos e serviços, desenvolvimento do capital humano, segurança rodoviária e ferroviária e a gestão/ custos ambientais**, como os materialmente mais relevantes.

Cada um destes temas situa-se dentro dos limites da organização e tem o devido desenvolvimento ao longo do relatório. Os dados apresentados dizem respeito às atividades da Empresa, havendo um esforço para que os temas da sustentabilidade sejam partilhados com os nossos parceiros de negócio, pese embora o facto de não podermos relatar dados sobre a atividade de entidades sobre as quais não temos controlo direto.



5.1 CARATERIZAÇÃO DA REDE RODOFERROVIÁRIA

5.1.1 REDE RODOVIÁRIA

No ano de 2017 manteve-se estabilizada a Rede Rodoviária Nacional (RRN) regulada pelo Plano Rodoviário Nacional (D.L. n.º 222/ 98 de 17 de Julho, Lei n.º 98/99 de 26 de Julho e D.L 182/2003 de 16 de Agosto), e hierarquizada em três níveis: Itinerários Principais, Itinerários Complementares e Estradas Nacionais.

Assim, salvo uma reduzida atividade de transferência de estradas desclassificadas para as autarquias, as características da rede sob jurisdição direta da IP ou subconcessionada manteve-se estável.

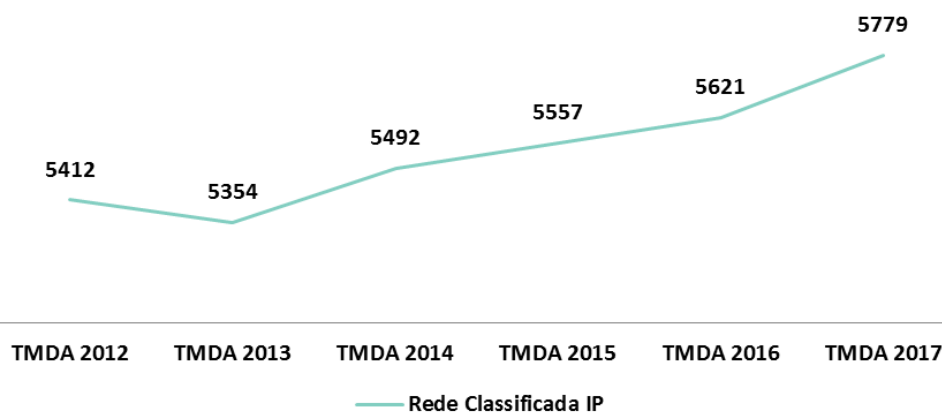
A IP é concessionária de 15.109 km, dos quais 13.636 km em gestão direta (incluindo 3.716 km de estradas desclassificadas e ainda não municipalizadas) e 1453 km de rede subconcessionada (distribuídos por sete contratos diferentes).

A Rede de Autoestradas de Portugal Continental estende-se por 3119 km, dos quais 540 km encontra-se sob gestão direta ou indireta da IP.

Os restantes 2599 km respeitam às Concessões do Estado (dos quais 2.184 em regime de rede portajada).

Da análise e comparação dos dados de tráfego referentes aos anos de 2016 e 2017, regista-se um acréscimo de cerca de 2,8 %, para a rede classificada sob jurisdição da IP (inclui subconcessões).

No gráfico seguinte, é apresentada a evolução do Tráfego Médio Diário Anual da Rede classificada da Jurisdição IP:



5.1.2 REDE FERROVIÁRIA

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (em exploração e não exploradas, incluindo troços concessionados) apresentam uma extensão total de 3.621 km.

Está em exploração 70% do total da rede, ou seja, a parte da rede que reúne as condições para a circulação de comboios representa uma extensão de 2.562 km.

A extensão de rede que se encontra eletrificada (1.639 km) corresponde a 64% do total da rede em exploração.

O Convel é um sistema partilhado entre os Operadores e a IP que permite assegurar elevados níveis de segurança de circulação, garantindo o cumprimento da sinalização e da velocidade autorizada de circulação pelos comboios. Este sistema está instalado em cerca de 1.695 km de rede (67% da rede em exploração).

O sistema Rádio Solo-Comboio (sistema partilhado entre os Operadores e a IP) destina-se a permitir a comunicação por voz e dados entre os maquinistas dos Operadores e os responsáveis da IP para regulação de tráfego. Este sistema de segurança está implementado em 1.510 km de rede ferroviária (59% da rede em exploração).



Em cumprimento das disposições do Decreto-Lei n.º 217/2015 e do Decreto-Lei n.º 270/2003, republicado pelo Decreto-Lei n.º 151/2014 (na parte mantida em vigor pelo Decreto-Lei n.º 217/2015), é publicado anualmente o Diretório da Rede, que visa fornecer às empresas de transporte ferroviário e outros candidatos a informação essencial de que necessitam para o acesso e utilização da infraestrutura ferroviária nacional, gerida pela IP e aberta ao transporte ferroviário.

O Diretório da Rede é um documento onde constam as características da rede ferroviária nacional (RFN), as condições gerais de acesso, e outros serviços conexos com a atividade ferroviária prestados pela IP aos operadores ferroviários. Neste documento são igualmente divulgados os princípios de tarifação e respetivo tarifário, apresentando a metodologia aplicada.

O Diretório da Rede contém a relação pormenorizada das regras gerais, dos prazos, procedimentos e critérios relativos aos regimes de tarifação e de repartição da capacidade, incluindo todas as informações necessárias para viabilizar os pedidos de capacidade da infraestrutura

Entre 2016 e 2017 a procura registou um aumento de 0,6% (aproximadamente 217 milhares de comboios-quilometro (CK)).

unidade: milhões de CK

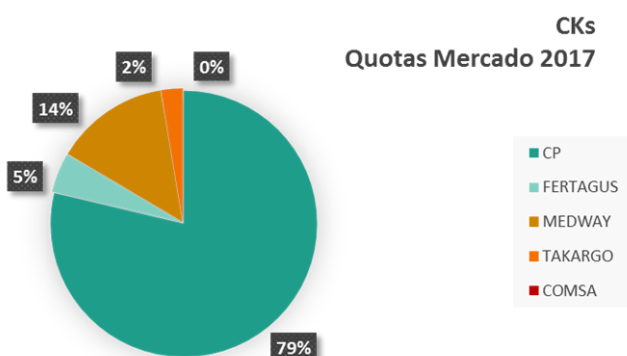
Utilização da Infraestrutura	2015	2016	2017	Variação 17/16	Δ% 17/16
Passageiros	30,6	31,0	31,0	0,0	-0,1%
Mercadorias	6,4	5,9	6,1	0,2	3,6%
TOTAL	37,0	36,9	37,1	0,2	0,6%

Este incremento da utilização da infraestrutura ferroviária deve-se ao segmento de mercadorias (+3,6%), tendo-se mantido estabilizado no serviço de passageiros.

Quanto aos valores acumulados, em 2017 realizaram-se na rede, exclusivamente por operadores ferroviários, um total de 37,1 milhões de CK, sendo 84% de tráfego passageiros e 16 % relativos ao segmento de mercadorias.

Os operadores ferroviários a circular na RFN são, no transporte de passageiros, a CP e a Fertagus e, no transporte de mercadorias, a Medway, a Takargo e a Comsa.

A CP continua a ser o operador que mais impacto tem na atividade da IP, representando 79% da quota de mercado:

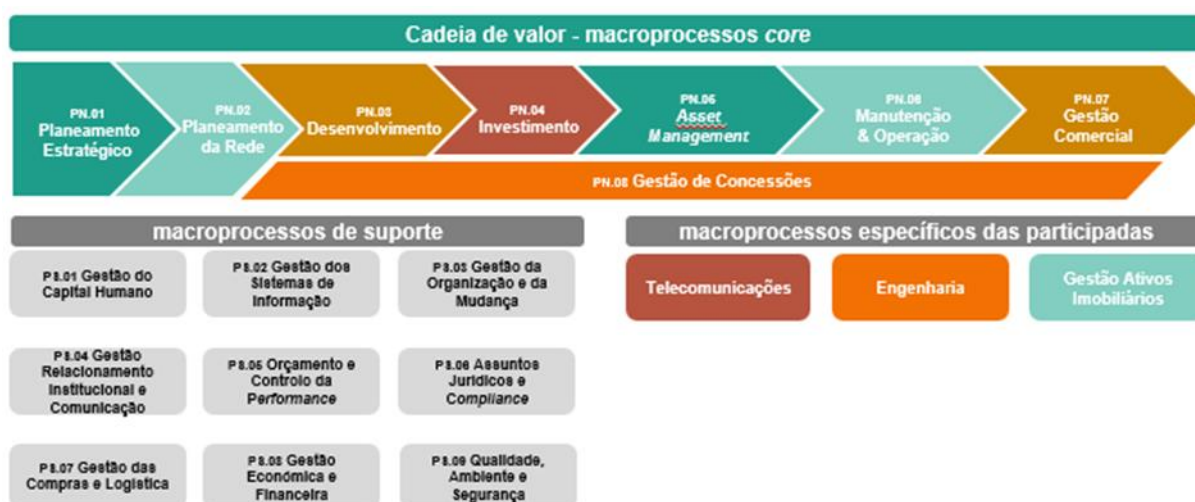


5.2 CADEIA DE VALOR

O negócio do Grupo IP assenta numa cadeia de valor que gera os serviços oferecidos à comunidade: serviço rodoviário e serviço ferroviário, entre outros complementares ou associados.

O Mapa de Processos reflete a atividade do Grupo IP tendo em vista ir ao encontro da missão de cada uma das suas empresas e às necessidades e expectativas dos *stakeholders*, traduzindo a arquitetura de 1º nível do sistema de gestão de processos/sistema de gestão empresarial dividindo-se em três grandes grupos:

- I. Processos *core*/cadeia de valor (da IP e do seu negócio rodoferroviário);
- II. Processos de suporte (geridos pela IP e que servem todas as empresas do Grupo);
- III. Processos específicos do negócio de cada empresa Participada.



O relacionamento entre a organização e os *stakeholders* (colaboradores, clientes, fornecedores, autarquias, Regulador, etc.) é garantido quer pelos mecanismos existentes de comunicação quer no âmbito da gestão dos vários processos que culmina num conjunto de resultados (produtos, serviços, informações, etc) que vão ao encontro das necessidades dos clientes e beneficiários da atividade do Grupo IP.

Há processos ou procedimentos específicos para acautelar a relação com determinados *stakeholders*, quando esta tem complexidade ou dimensão que o justifique. Por exemplo, para tratamento de reclamações, sugestões e pedidos de informação (no âmbito do processo de gestão comercial) ou para relacionamento com o Tribunal de Contas (no âmbito do Investimento), etc.

O relacionamento com o *stakeholder* autarquias – enquanto elo de ligação IP às populações - é alvo de particular atenção, no âmbito da gestão do relacionamento institucional e comunicação, com uma área praticamente dedicada.

Estão definidas práticas e ferramentas para acautelar este relacionamento tendo como propósito garantir que estes importantes *stakeholders* obtêm informação relevante sobre a atividade da IP atempadamente e o seu feedback sobre a mesma é adequadamente tratado.

5.3 OBJETIVOS DE GESTÃO

O modelo de Planeamento e Controlo de Gestão do grupo IP tem na sua génese os seguintes objetivos:

- Assegurar o planeamento das atividades com integração de objetivos quantitativos, numa ótica anual e plurianual, garantindo o seu alinhamento com o Plano Estratégico e Plano de Negócios da empresa;
- Acompanhar e controlar os indicadores relevantes para cumprimento dos objetivos da empresa;
- Assegurar a existência de um adequado modelo de reporte de desempenho, que garanta uma visão integrada e de topo da atividade da empresa, proporcionando a oportuna tomada de decisões de gestão;
- Reforçar a motivação da organização em torno de uma mesma visão estratégica, possibilitando a orientação da atuação das áreas de forma coerente e em linha com as prioridades definidas;
- Promover e valorizar a eficiência empresarial, através de critérios claros e objetivos.

É neste enquadramento que foram definidos os objetivos de gestão do Grupo IP para o ano de 2017, de âmbito corporativo e setorial, alicerçados nos eixos estratégicos do Grupo e respeitando, quando aplicável, os valores previstos em Orçamento.

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de indicadores corporativos que, no seu conjunto, abrangem transversalmente a atividade da IP e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão, a performance da empresa.

Sete destes indicadores são denominados “Indicadores de Acionista” e constituem os indicadores de mais alto nível, cujo resultado é fundamental para o alcance dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, correspondendo ainda às metas que a empresa se compromete a atingir perante o seu Acionista.

Apresentam-se de seguida os resultados dos Indicadores de Acionista obtidos no ano de 2017, bem como as justificações que suportam os desvios verificados.

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta 2017	Resultado 2017
Mobilidade Sustentável	Receitas core (M€) (cash)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Serviços Ferroviários (Diretório de Rede) + \sum Portagens + \sum IC + \sum CSR + \sum outros core (concessões)	1.213 M€ (*)	1.271 M€
	Cash Flow Total (M€)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Receitas - \sum Despesas - \sum Passivos financeiros	-922 M€ (*)	-734 M€
	Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários (%)	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Qualidade da Infraestrutura) face à meta prevista.	100%	98%
	Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários (%)	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de segurança + Qualidade da Infraestrutura + Fiabilidade da Infraestrutura + Nível de Utilização + Disponibilidade da Rede + Margens Suplementares + Proteção do Ambiente + Satisfação Cliente Ferroviário) face à meta prevista.	100%	100,1%
	Indicador agregado Ferrovia 2020/PET13+ (%)	$A*0,25+B*0,25+C*0,25+D*0,25$ (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) N.º total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / N.º empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo total planeado das empreitadas desenvolvidas e previstas no plano / Prazo total real das Empreitadas desenvolvidas e previstas no plano (D) Custo total planeado das empreitadas desenvolvidas e previstas no plano / Custo total real das Empreitadas desenvolvidas e previstas no plano	85%	72%
Asset Management	Indicador agregado Plano de Proximidade (%)	$A*0,25+B*0,25+C*0,25+D*0,25$ (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) N.º total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / N.º empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo total planeado das empreitadas desenvolvidas e previstas no plano / Prazo total real das Empreitadas desenvolvidas e previstas no plano (D) Custo total planeado das empreitadas desenvolvidas e previstas no plano / Custo total real das Empreitadas desenvolvidas e previstas no plano	85%	94%
Integração	Cost to Income (%)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: \sum Pagamentos operacionais (não inclui IRC) / \sum recebimentos operacionais	37% (*)	26%

Nota: (*) Metas ajustadas em função da revisão em baixa da CSR (de 709 milhões de euros para 684 milhões de euros) em sede de aprovação do Orçamento do Estado na Assembleia da República.

1. RECEITAS CORE – CASH (M€)

A IP atingiu em 2017 o montante de 1.271,4 M€ em receita core, o que representa mais 58,4 M€ (+5%) do que o objetivo estabelecido para o período.

Este resultado é justificado pelo facto da globalidade das receitas core terem ficado, no ano de 2017, acima ou em linha como o valor previsto em:

- Receitas de portagens: +17,5 M€;
- Receita de Contribuição do Serviço Rodoviário (CSR): +10,0 M€;
- Receitas com serviços Diretório de Rede (DR): +31,9 M€;
- Indemnizações compensatórias: -0.9 M€.

Face ao ano de 2016, a receita core apresenta uma variação positiva de +92,5 M€ (+8%).

RECEITAS DE PORTAGENS – CASH (M€)

A receita total de portagens de janeiro a dezembro de 2017 foi de 364,5 M€ (IVA incluído), 5,1% acima da meta estabelecida, evidenciando uma clara tendência positiva do crescimento de tráfego.

Na comparação com 2016 verifica-se um crescimento global de 24,8 M€ (+7%), não obstante o impacto da introdução, em agosto de 2016, do regime de descontos em autoestradas do Interior, o que se traduziu num abrandamento do crescimento das receitas de portagens nas concessões do Algarve, Interior Norte, Beira Litoral e Alta e A23.

RECEITAS SERVIÇOS DIRETÓRIO DE REDE – CASH (M€)

A receita total com Serviços DR (cash), em 2017, foi de 129,2 M€, o que representa um desvio positivo de 32 M€ face à meta estabelecida. Este resultado é justificado essencialmente pela regularização de pagamentos efetuada por dois operadores ferroviários.

RECEITA CSR – CASH (M€)

Em 2017, o valor recebido relativo à CSR ascendeu a 694,4 M€, o que representa um desvio de +10,0 M€ (+1,5%) face ao valor previsto para o ano.

Na comparação com 2016 verificou-se um ligeiro aumento da receita com a CSR (+1,0 M€).

2. CASH FLOW TOTAL¹ (M€)

Em 2017 o *Cash Flow* Total atingiu um valor acumulado de -733,9 M€, o que corresponde a um desvio positivo de 187,6 M€ face à meta prevista (-921,5 M€).

Este desvio é justificado, face ao previsto em orçamento, pelas seguintes razões:

¹ Exclui o valor da transferência de fundos comunitários relativos à AE Transmontana

- Pelo aumento em 62 M€ dos recebimentos operacionais;
- Pela redução dos pagamentos operacionais em 86 M€;
- Pela redução dos pagamentos das Parcerias Rodoviárias, em 29 M€;
- Pela redução dos pagamentos financeiros em 28 M€.

No que respeita aos pagamentos de investimento na rede própria, verificou-se uma redução de 81 M€, a qual no entanto foi acompanhada de uma redução do financiamento comunitário em 93 M€.

3. NÍVEIS SERVIÇO RODOVIÁRIOS (%)

O grau de cumprimento do serviço rodoviário é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para o Índice de Segurança Rodoviária (ISR) e Qualidade da Infraestrutura Rodoviária. O resultado de 2016 foi de 98%, ou seja, ficou 2% abaixo da meta estabelecida.

ÍNDICE DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA

O valor do índice de segurança rodoviária (ISR) foi determinado, no ano de 2017, pela ponderação de dois indicadores: indicador de gravidade dentro de localidades (IG DL) e n.º de vítimas mortais (VM).

A meta definida para 2017 não foi integralmente cumprida face à evolução negativa verificada em cada um dos indicadores avaliados:

- Vítimas Mortais: 184 vítimas mortais em 2017, mais três do que o valor limite definido para 2017;
- Indicador de Gravidade dentro de Localidades: resultado de 19.612, 4% acima da meta definida para 2017.

QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

O indicador de Desempenho da Infraestrutura Rodoviária comporta duas componentes: (i) o Estado de Condição dos Pavimentos e (ii) o Estado de Condição das Obras de Arte (pontes, viadutos e túneis).

Em 2017 o resultado do indicador de Desempenho da Infraestrutura Rodoviária foi de 4,8 (numa escala de 0 a 9), ou seja, ficou em linha com a meta prevista, pelo que o objetivo foi cumprido.

Relativamente ao Estado de Condição dos Pavimentos manteve-se em 2017 a estabilização do valor médio do estado da rede. No que respeita ao Estado de Condição das Obras de Arte manteve-se em 2017 a tendência de melhoria da qualidade global que se tem verificado nos últimos anos.

4. NÍVEIS SERVIÇO FERROVIÁRIOS (%)

O indicador do grau de cumprimento do serviço ferroviário é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento, devidamente alinhadas com o definido no Contrato Programa para a gestão da infraestrutura ferroviária.

O resultado em 2017 foi de 100,1%, ou seja, em termos globais as metas definidas foram atingidas.

ÍNDICE DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA (AS/MCK)

O resultado em 2017 foi de 0,778 AS/MCK, pelo que a meta estabelecida no Contrato Programa para a gestão da infraestrutura ferroviária (1,001 AS / MCK) foi atingida.

No ano de 2017 verificaram-se 29 acidentes significativos, valor abaixo do n.º verificado em 2016, que foram de 38.

QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA (%)

O indicador de Qualidade da Infraestrutura Ferroviária comporta duas componentes: (i) o Estado da Via Férrea (% da rede em QN1 e QN2 nos troços de via larga, e (ii) o Estado de Conservação de Obras de Arte (pontes e túneis).

O resultado global deste indicador em 2017 foi de 82 %, ou seja, 1 p.p. abaixo da meta definida para o indicador.

Este resultado decorre do decréscimo do indicador de qualidade da via, tendo-se mantido estabilizado o estado de conservação das obras de arte.

FIABILIDADE DA INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA (%)

O indicador de Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária (pontualidade) atingiu em 2017 um valor global de 87,8%, tendo ficado aquém da meta estabelecida de 89,6%.

Na comparação com 2016 (91,3%) verifica-se um decréscimo de 3,5 p.p., justificado pelo agravamento da performance na pontualidade quer nos comboios de passageiros (-3,2 p.p.) quer nos comboios de mercadorias (-6,7 p.p.).

Este desvio é justificado pelos trabalhos de modernização e conservação em curso durante o ano de 2017 nos troços Alfarelos / Pampilhosa, Pampilhosa / Mortágua, Caíde / Marco de Canavezes e Ovar / Gaia. Estas intervenções tiveram impacte considerável nos Alfas, Intercidades e Urbanos do Porto.

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO FERROVIÁRIA (%)

O período compreendido entre janeiro e dezembro de 2017 apresenta um total acumulado de de 37.073.779 Comboios quilómetro (CK), o que representa um aumento, face a 2016, de 215.833 CK (+0,6 %).

No entanto, relativamente ao valor previsto no PAO e Contrato Programa (37,3 MCK), os valores de 2017 apresentam uma execução ligeiramente inferior ao esperado (-0,5%).

Na análise por segmentos, face a 2016, verifica-se uma evolução positiva quer no serviço de passageiros (+0,1%), quer no serviço de mercadorias (+3,4%).

DISPONIBILIDADE DA REDE (%)

O indicador Disponibilidade da Rede mede a percentagem de tempo em que a infraestrutura esteve efetivamente aberta à exploração.

O nível de Disponibilidade da Rede em 2017 foi de 89,3%, ou seja, 0,7 pontos percentuais acima da meta definida para 2017 (88,6%).

Para este resultado contribuiu o esforço desenvolvido para a minimização dos impactos da intervenção de modernização da RIV Alfarelos-Pampilhosa e Pampilhosa-Mortágua e dos trabalhos de conservação entre Esmoriz e Gaia.

MARGENS SUPLEMENTARES (MINUTOS)

As Margens Suplementares correspondem a tempos de trajeto acrescentados ao planeamento dos horários para refletir as limitações de velocidade impostas pela realização de intervenções programadas na infraestrutura. As margens suplementares são fixadas anualmente em cada Diretório de Rede em função das intervenções previstas.

De acordo com o Diretório de Rede para 2017, o valor das margens para 2017 foi de 32 minutos.

PROTEÇÃO AMBIENTE (%)

O indicador Proteção do Ambiente avalia o desempenho da IP na prossecução do esforço em reduzir a exposição da população ao ruído. Em 2017 foi obtido o valor de 1,63%.

5. INDICADOR AGREGADO FERROVIA 2020/PETI3+ (%)

O indicador de acompanhamento da concretização do Plano de Investimentos Ferrovia 2020 / PETI3+ apresentou em 2017 um resultado global de 72%, ou seja, 13 p.p. aquém da meta estabelecida.

Este desvio ficou a dever-se ao facto de apenas terem sido lançadas, no ano de 2017, 12 das 23 intervenções previstas. As intervenções que ficaram por lançar são, na sua maioria (nove) relativas a prestações de serviços para Conceção, Fornecimento e Montagem de Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias

Nas componentes do desvio de prazos em fase de empreitada (incluindo fase de contratação, verificou-se um desvio global, face ao previsto, de 17%.

Por último, e no que respeita aos custos em fase de empreitada, verificou-se uma performance praticamente em linha com o contratado (desvio de apenas 1%).

6. INDICADOR INTEGRADO DO PLANO DE PROXIMIDADE (%)

O indicador de acompanhamento da concretização do Plano de proximidade apresentou um resultado global de 94%, ou seja, 9 p.p. acima da meta estabelecida.

Este resultado positivo ficou a dever-se principalmente ao elevado n.º de intervenções lançadas em 2017 (224), das quais 60% integrantes do Plano de Proximidade, que previa o lançamento de um total de 188 intervenções.

No que diz respeito ao desvio de prazos em fase de empreitada (incluindo fase de contratação) verificou-se um desvio, face ao planeado, de apenas 5%, e na componente de controlo de custos verificou-se uma performance em linha com o planeado (desvio de 0%).

7. COST TO INCOME (%)

O indicador *cost to income*, que mede a quota-parte dos proveitos operacionais que é absorvida pelos custos operacionais, apresenta uma performance positiva face ao objetivo estabelecido para o período em análise (26% vs. 37%), que resulta fundamentalmente de:

- Decréscimo em 116 M€ (-25%) dos pagamentos operacionais (excluindo impostos) face ao previsto em orçamento;
- Aumento em 62 M€ (+5%) dos recebimentos operacionais, com predominância nas receitas provenientes do DR e das Portagens.

5.4 INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO (ICD)

5.4.1 Desempenho do Contrato Programa Ferroviário

A avaliação de desempenho da IP no âmbito do Contrato Programa é efetuada com base em indicadores de desempenho direcionados para os utilizadores e que permitem monitorizar o cumprimento dos objetivos centrais estabelecidos pelo Estado, incluindo ainda indicadores associados ao cumprimento das projeções financeiras.

Indicadores	Meta 2017	Resultados 2017	Meta 2018
Margens suplementares	32	32	40
Pontualidade ferroviária	≥ 89,60%	87,78%	≥ 89,70%
Satisfação dos clientes ferroviários	≥ 53,00%	55,70%	≥ 54,00%
Disponibilidade da rede	≥ 88,60%	89,26%	≥ 88,10%
Gestão de ativos ferroviários	≥ 83,00%	82,02%	≥ 60,40% ¹
Volumes de atividade ¹	≥ 37.254.473 CK	37.073.779 CK	≥ 37.291.728
Níveis de segurança	≤ 1,001	0,782	≤ 0,981
Proteção do ambiente	2,00%	1,63%	5,00%
Rendimentos ferroviários	100,00%	97,00%	100,00%
Outros rendimentos	-1,40%	7,52%	4,60%
Gastos de manutenção	-3,60%	-1,74%	0,20%
Gastos com outros FSE's	-6,90%	-5,69%	-2,10%
Gastos com o pessoal	-5,50%	-2,05%	-3,00%

(1) A fórmula de cálculo do indicador "Gestão de ativos ferroviários" foi, conforme previsto contratualmente, alargada a outros ativos ferroviários, o que implicou uma variação significativa entre a meta prevista para 2017 e meta prevista para 2018.

5.4.2 Desempenho do Contrato de Concessão Rodoviário

Indicadores	Objetivos	Meta 2017	Resultados 2017	Meta 2018
Sinistralidade	Redução n.º de pontos negros (Rede IP)	35	30	33
	Redução Índice de Gravidade (IG ¹) dos acidentes nas travessias urbanas	18 890	19 612	18 177
	Redução do n.º de vítimas mortais	181	184	158

⁽¹⁾ **Indicador de Gravidade** IG = 100xM + 10xFG + 3xFL, em que M é o número de mortos, FG o de feridos graves e FL o de feridos ligeiros.

5.4.3 Performance Ambiental

	Unidade	2016	2017
Consumo energético global	GJ	312.349	325.055
Água consumida	m ³	243.691	215.780
Emissões de gases com efeito de estufa	tonCO _{2eq}	15.725	16.954
Peso total de resíduos produzidos	ton	11.376	6.070
Investimento em ambiente	M€	7	8
Consumo de combustível	l	1.554.962	1.680.801

Nota: Tendo por base os fatores de conversão constantes dos Despachos n.º 15793-D/2013, de 3 de Dezembro e n.º 17313/2008, de 26 de Junho.

5.4.4 Performance Social

IGUALDADE DE GÉNERO

A IP dispõe de benefícios que promovem o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal, nomeadamente, a existência de infantário e cantina na sede, a atribuição de apoio escolar e incentivo ao estudo, o investimento na formação, a assinatura de protocolos e parcerias com entidades de diversas áreas que conferem descontos em serviços e produtos aos colaboradores e familiares e a dinamização de atividades lúdicas.

A IP é uma das empresas que integram o IGEN - Fórum Empresas para a Igualdade de Género e que tem como objetivo assegurar o compromisso de incorporar na sua estratégia de gestão os princípios de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, bem como promover a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e a proteção na parentalidade, comprometendo-se anualmente

mediante a celebração de um Acordo (janeiro 2016 e dezembro 2016), a desenvolver ações que sensibilizem e ponham em prática os princípios de igualdade e conciliação.

PLANO DE IGUALDADE

Em outubro foi aprovado o novo Plano de Igualdade, para o triénio 2017/2019, tendo como base os Planos existentes anteriormente à fusão na REFER e na EP, com o objetivo de dar continuidade a uma estratégia de gestão comprometida com princípios de não discriminação entre mulheres e homens, de promoção da igualdade de oportunidades, de proteção na parentalidade e de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. A sua concretização, relevante para o crescimento sustentável da empresa, implica o envolvimento de todos os colaboradores da organização.

	Unid.	Tipo contrato	Género	2016	2017
				Grupo IP	Grupo IP
Emprego					
Total de colaboradores	N.º			3 735	3 697
Colaboradores por género	%		F	24,1	23,8
			M	75,9	76,2
Colaboradores por tipo de contrato	%	A termo		0,1	0,1
		Sem termo		99,9	99,9
Colaboradores por tipo de contrato (por género)	%	A termo	F	66,7	66,7
			M	33,3	33,3
		Sem termo	F	24,1	23,8
			M	75,9	76,2
Colaboradores por cargos de direção	%		F	36,7	36,1
			M	63,3	63,9
Evolução do nível etário médio	%			49,0	49,6
Evolução do nível de antiguidade	%			22,2	22,9
Evolução do índice de formação superior	%			33,4	33,9
Formação					
Total de horas	H		F	31 711	32 020
			M	78 695	87 345
Índice de satisfação global ⁽¹⁾	%			-	51,7
Taxa de absentismo	%			4,4	4,3
Total de colaboradores sindicalizados	N.º			1 599	1 690
Entradas	N.º			19	40
Saídas	N.º			106	78

5.5 SEGURANÇA RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA

O trabalho desenvolvido por todos, na IP e nas suas empresas antecessoras, contribuiu de forma inequívoca para os elevados progressos obtidos na redução da sinistralidade rodoviária e ferroviária, nas últimas décadas, em Portugal.



Acresce que do ponto de vista rodoviário estes resultados foram obtidos num contexto de forte aumento da circulação rodoviária.

Do ponto de vista ferroviário verifica-se uma evolução muito relevante/positiva no n.º de vítimas mortais, quando comparada com os restantes membro da UE28, destacando-se ainda que a grande maioria dos Acidentes Significativos, se devem a fatores externos ao sistema ferroviário, devido à intrusão de terceiros no espaço ferroviário.

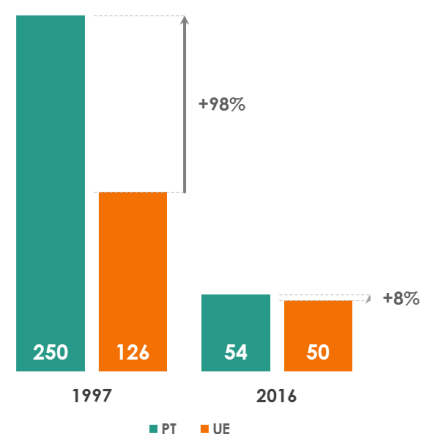
5.5.1 Segurança Rodoviária

Nas últimas décadas Portugal tem vindo a registar uma evolução muito relevante na redução da sinistralidade rodoviária. Enquanto em 1997 se registavam cerca do dobro do número de vítimas mortais por habitantes em relação à média da União Europeia, passados 20 anos, esse indicador reduziu-se em 78%, embora esteja ainda 8% acima da média da União Europeia.

Um dos fatores que mais contribuiu para estes resultados foi o forte investimento executado, nos últimos 20 anos, em infraestruturas de transporte, nomeadamente em vias com maior qualidade e segurança, como as autoestradas, que permitiram o incremento na execução do Plano Rodoviário Nacional, que em 1995 rondava 23%, e atualmente atinge quase 75%.

PORTUGAL NA EUROPA - 1997/2016

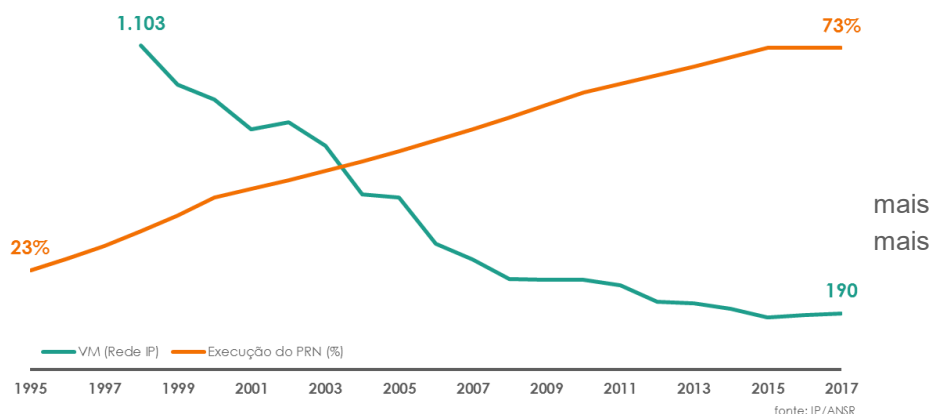
Número de vítimas mortais por milhão habitantes



Há 20 anos, com um quarto da circulação rodoviária, a RRN sob jurisdição da IP registou mais de 1100 vítimas mortais, o que representava quase 60% da sinistralidade global. Atualmente as 190 VM registadas na RRN representam apenas 37%

Com mais 3200km de estradas com mais qualidade e segurança a sinistralidade na rede IP reduziu mais de 80%.

Estes investimentos tiveram um benefício económico e social significativo para a sociedade – permitiram poupar de 13 mil vidas e de 18 mil milhões de euros em custos económicos e sociais.



Os indicadores dos últimos anos revelam um grande abrandamento na redução da sinistralidade, tendo inclusivamente nos últimos dois anos registado um aumento de 12 e 6 vítimas mortais respetivamente.

Conforme já foi referido, a Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob gestão da IP e das suas antecessoras tem contribuído decisivamente para essa redução, em particular nos últimos 20 anos: enquanto Portugal reduziu o número o número de vítimas mortais em 73%, a RRN sob gestão da IP reduziu em 83%.

Plano de Segurança Rodoviária

A segurança rodoviária é uma das áreas prioritárias da empresa, tendo um plano e um orçamento próprio e individualizado - **Plano de Segurança Rodoviária (PSR)** - que a par de outras intervenções na rede no âmbito da construção, requalificação e conservação da rede rodoviária, tem vindo a contribuir para bom desempenho que Portugal, e nomeadamente a rede sob gestão da IP, tem tido em matéria de redução de sinistralidade rodoviária.

Entre outros, o Plano Rodoviário Nacional (PRN) determina a elaboração anual do Plano de Segurança Rodoviária (PSR), dando especial destaque à correção das zonas de acumulação de acidentes de maior índice de gravidade.

No contexto nacional, está em curso o plano nacional de segurança rodoviária – **PENSE2020 - PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA 2020**, que sucedeu a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), e que tem como objetivo para 2020 a redução em 56% no número de mortos face ao valor obtido em 2010 (mais 6% que a meta da Comissão Europeia para o mesmo período), resultando uma meta de 41 mortos por milhão de habitantes. De acordo com a Comissão Europeia, em 2016, Portugal atingiu 54 mortos por milhão de habitantes.

De igual modo o PENSE2020 estabelece outro objetivo para 2020 relativamente ao indicador “Feridos Graves (MAIS $\geq 3^2$)/Milhão de habitantes”, nomeadamente uma redução de 22% face a 2010.

A IP adotou para a rede rodoviária sob sua gestão, as metas estabelecidas no PENSE 2020, de modo a contribuir para a sua concretização. Para além destes instrumentos de políticas públicas de combate à sinistralidade rodoviária, o Contrato de Concessão estabelecido com o Estado determina que a IP prossiga os objetivos de redução da sinistralidade, especificando três indicadores: número de pontos negros, índice de gravidade dos acidentes dentro de localidades e número de vítimas mortais, que em caso de incumprimento originam penalidades.

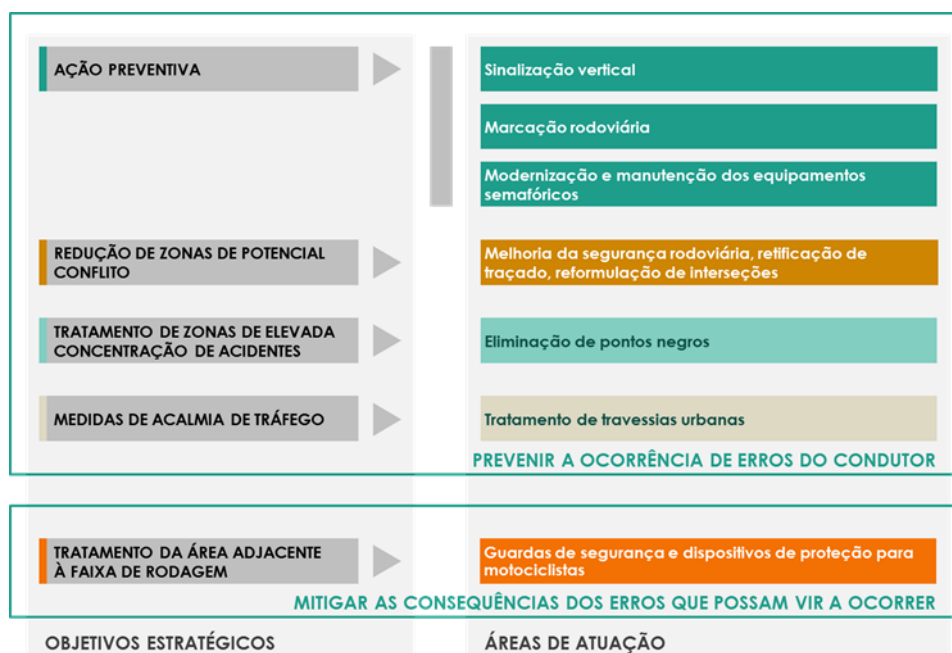
A IP, na prossecução do desígnio nacional de combate à sinistralidade rodoviária, e tendo como base as orientações destes documentos legais, as metas dos indicadores de sinistralidade rodoviária, os objetivos estabelecidos no contrato de concessão, as deficiências detetadas na rede rodoviária ao nível da segurança, e os fundos disponíveis, prepara anualmente o Plano de Segurança Rodoviária (PSR) que incorpora medidas preventivas e corretivas direcionadas para a redução da sinistralidade e para a melhoria das condições de segurança e circulação na rede viária sob sua gestão.

A estratégia de segurança rodoviária da IP está em linha com a proposta do PENSE2020, bem como com as dos países mais evoluídos em matéria de segurança rodoviária, como é o caso da Suécia, e tem como imperativo ético que *“ninguém deve morrer ou ficar permanentemente incapacitado na sequência de um acidente rodoviário em Portugal”*.

Esta abordagem está assente no conceito de estrada tolerante. Uma vez que é reconhecido que os utilizadores do sistema de transporte rodoviário irão sempre cometer erros e que estes poderão originar acidentes rodoviários, a infraestrutura deve, por um lado prevenir e antecipar os erros do condutor, e por outro minimizar o erro e as consequências que possam vir a ocorrer.

Em linha com esta abordagem, o Plano de Segurança Rodoviária (PSR) da IP, pretende prevenir a ocorrência de erros do condutor e mitigar a ocorrência desses erros, assumindo 5 objetivos estratégicos, conforme esquema seguinte:

² Pessoa com ferimentos de grau igual a 3 na escala Maximum Abbreviated Injury Scale (MAIS)



Em 2017 tiveram execução 34 intervenções específicas de segurança rodoviária, atingindo um montante de **6,5 milhões de euros**, em que a ação preventiva consumiu parte muito significativa deste orçamento.

Indicadores de Segurança Rodoviária

O Contrato de Concessão (CC) estabelecido com o Estado define objetivos de redução de sinistralidade especificando três indicadores: número de pontos negros, índice de gravidade dos acidentes dentro de localidades e número de vítimas mortais.

A IP tem vindo sempre a cumprir as metas definidas no seu CC, com exceção do indicador do número de Pontos Negros nos anos de 2013 e 2014. Esta situação deve-se ao facto de em 2013 a IP ter aumentado a sua rede por transferência de lanços das concessões Grande Lisboa e Douro Litoral, que originou um aumento substancial do n.º de pontos negros, correspondendo a um acréscimo anual médio de 37% no número de pontos negros registos por ano.

Os dados de 2017 devem ser considerados como provisórios, uma vez que a ANSR ainda não validou os dados de sinistralidade rodoviária referentes a esse ano. Salienta-se que as metas assumidas para 2016 e 2017 foram revistas e aprovadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).

De acordo com dados provisórios da ANSR, a rede IP registou 30 pontos negros em 2017, o que representa um aumento de seis pontos negros face ao número verificado no ano anterior, embora cumprindo a meta estabelecida no Contrato de Concessão (35). A gravidade das vítimas ocorridas nos Pontos Negros regista em 2017 e pela primeira vez desde que existe registos destes troços o valor zero vítimas mortais.

Relativamente à sinistralidade mais grave, com o registo provisório de vítimas mortais e feridos graves, verificou-se a estabilização do número de vítimas Mortais, em 184, pelo que o limite máximo estabelecido, de 181, não foi cumprido.

Verifica-se em 2017 que o Indicador de Gravidade Dentro de Localidades registou em 2017 o valor de 19.612, pelo que a meta estabelecida, de 18.890, não foi cumprida.

Inspeções de Segurança Rodoviária

Uma das atividades fundamentais da IP em termos de segurança rodoviária são as Inspeções de Segurança Rodoviária efetuada por equipas de inspetores de segurança e com uma abrangência nacional, que permitem identificar desconformidades e problemas de segurança rodoviária relacionados com a infraestrutura e propor as medidas corretivas com melhor custo-benefício.

Desde 2015, o Centro de Prevenção ao Acidente ganhou robustez tendo sido inspecionados e analisados 106 acidentes graves (com registo de vítimas mortais e/ou feridos graves) ocorridos na rede IP, o que permitiu analisar as possíveis causas dos acidentes e assim ter uma atuação mais eficaz sobre a rede.

INSPEÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA – evolução

Tipo de inspeções	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Programadas à rede (km)	320	250	450	345	122	61	106
Pontos Negros (n.º)	30	20	18	44	34	15	22
Zonas Acum. de Acidente (n.º)	43	42		23	14	0	1
Monitorização interv. (n.º)				21	9	0	0
Insp. a local de acidente (n.º)				10	66	40	41

5.5.2 SEGURANÇA FERROVIÁRIA

Plano de Segurança Ferroviária

A atividade desenvolvida pela IP no âmbito da Segurança da Exploração Ferroviária é suportada pela aprovação do Sistema de Gestão de Segurança (Declaração de Aprovação do Sistema de Gestão de Segurança n.º 01/2012), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 151/2014 de 13 de outubro, consubstanciada:

- Na aplicação da Diretiva 2004/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa à segurança dos caminhos-de-ferro da Comunidade;
- Na conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1169/2010, de 10 de dezembro, que estabelece um método comum de segurança para avaliar a conformidade com os requisitos para a obtenção de uma autorização de segurança ferroviária;
- Na aplicação do Regulamento (UE) n.º 1078/2012 da Comissão, de 16 de novembro de 2012, que estabelece um Método Comum de Segurança para a atividade de monitorização a aplicar pela IP.

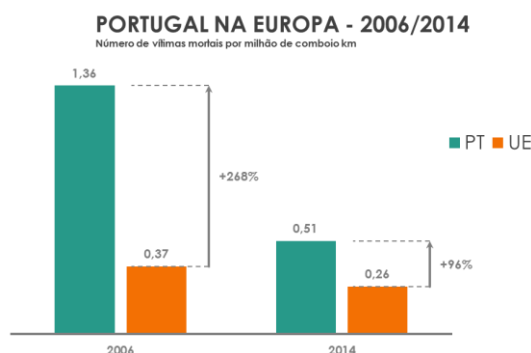
No domínio da segurança da exploração ferroviária, e indo ao encontro da missão da IP como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura, destacam-se as seguintes atividades:

- Dinamização e desenvolvimento das políticas da segurança ferroviária como instrumento para a melhoria do desempenho das atividades de gestão da infraestrutura, promovendo um relacionamento próximo com os clientes internos ao Grupo e com as entidades externas à IP;
- Criação e divulgação de indicadores na valência da segurança ferroviária, promovendo a análise e o acompanhamento dos desvios, com o objetivo de atuar nas causas e assim manter sob controlo os adequados níveis de segurança das infraestruturas e das operações ferroviárias;
- Dinamização, coordenação e monitorização dos processos inerentes às investigações a acidentes e incidentes ferroviários;
- Elaboração de procedimentos e normativos de suporte e enquadramento às funções críticas do ponto de vista da segurança ferroviária;
- Produção de pareceres de carácter regulamentar, técnico, normativo e relativos à segurança ferroviária (intervenções de terceiros na proximidade do caminho-de-ferro e condições técnicas para documentos de procedimentos de contratação);
- Suporte às atividades desenvolvidas pela Autoridade de Segurança da Exploração, entre outras, no âmbito da tramitação dos processos de Autorização Especial de Circulação;
- Aplicação do método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos e realização de inspeções (pedonais, a bordo de comboios e de veículos afetos à manutenção, verificação da execução de trabalhos em vias interditas e acompanhamento do controlo comando da circulação) e auditorias aos processos inerentes à segurança ferroviária, por forma a identificar situações de risco e respetivas medidas mitigadoras, atendendo ao objetivo da minimização de ocorrências (incidentes/acidentes) com impacto na segurança;

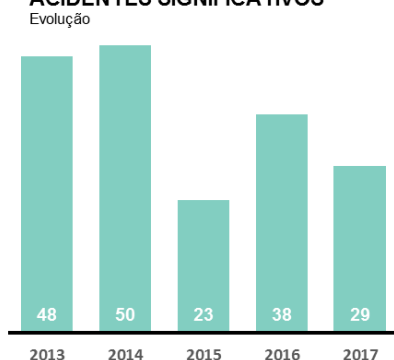
- Gestão e monitorização do Sistema de Gestão de Manutenção de Vagões (certificação válida até 2019, sujeita a supervisão anual);
- Dinamização de processos de Autorização de Entrada em Serviço, salvaguardando as condições técnicas e procedimentais inerentes à conceção, construção, colocação em serviço, readaptação, renovação, operação e manutenção dos elementos que constituem o sistema ferroviário;
- Dinamização e coordenação da certificação de segurança relativa a material circulante (circulação em via aberta à exploração, movimentação em vias interditas à circulação e verificação das máquinas de via em contexto de trabalho) e produção das condições técnicas e regulamentares para circulação de veículos, garantindo a coerência nos processos e a compatibilidade com os vários componentes da infraestrutura ferroviária.

Indicadores de Segurança Ferroviária

Na sequência do bom desenvolvimento das atividades de segurança ferroviária pela IP, com o contributo dos operadores ferroviários, Portugal assinalou uma evolução muito relevante quando comparado com os restantes membros da UE28. Em 2006 a taxa de sinistralidade ferroviária, medida em vítimas mortais por milhão de comboio quilometro, era quase quatro vezes superior à média da UE28. Em 2014 (dados mais recentes disponibilizados pela ERA) Portugal melhorou o desempenho em termos de sinistralidade.



ACIDENTES SIGNIFICATIVOS

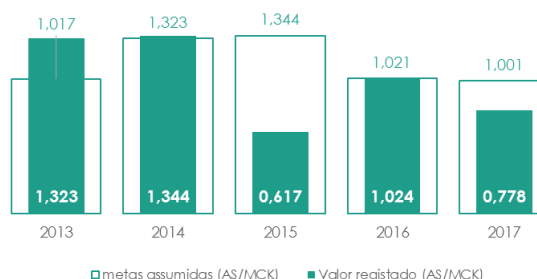


Em 2017 registou-se uma redução do número de Acidentes Significativos relativamente a 2016, na ordem dos 24%. O valor registado é inferior à média dos cinco anos anteriores: 39 acidentes. No intervalo dos cinco anos mais recentes, 2017 foi logo a seguir a 2015 o ano em que se registou o número mais baixo de Acidentes Significativos.

No que respeita a causas, regista-se que a grande maioria dos Acidentes Significativos, cerca de 66%, se devem a fatores externos ao sistema ferroviário, devido à intrusão de terceiros no espaço ferroviário.

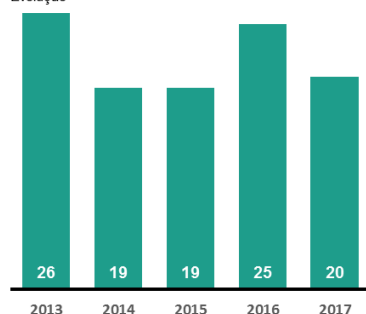
Verifica-se que o Índice de Segurança Ferroviária (número de acidentes significativos por milhão de comboio quilómetro) está em linha com a meta para 2017 fixada no Contrato Programa assinado pela IP com o estado.

ÍNDICE DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA - ACIDENTES SIGNIFICATIVOS POR MILHÃO DE COMBOIO QUILOMETRO



VÍTIMAS MORTAIS

Evolução



Relativamente às consequências dos Acidentes Significativos, verifica-se que as 20 vítimas mortais registadas não resultam de causas relacionadas com a infraestrutura, verificando-se que 68% das vítimas são pessoas não autorizadas que invadem o espaço ferroviário e 32% são pessoas que não respeitaram as regras de atravessamento em PN.

Inspeções de Segurança Ferroviária

Uma das atividades fundamentais da IP em termos de segurança ferroviária são as Inspeções de Segurança, que permitem identificar inconformidades e situações de risco, de modo a propor as respetivas medidas mitigadoras.

Nos últimos anos foi abrangida a seguinte extensão da rede ferroviária com Inspeções de Segurança Ferroviária.

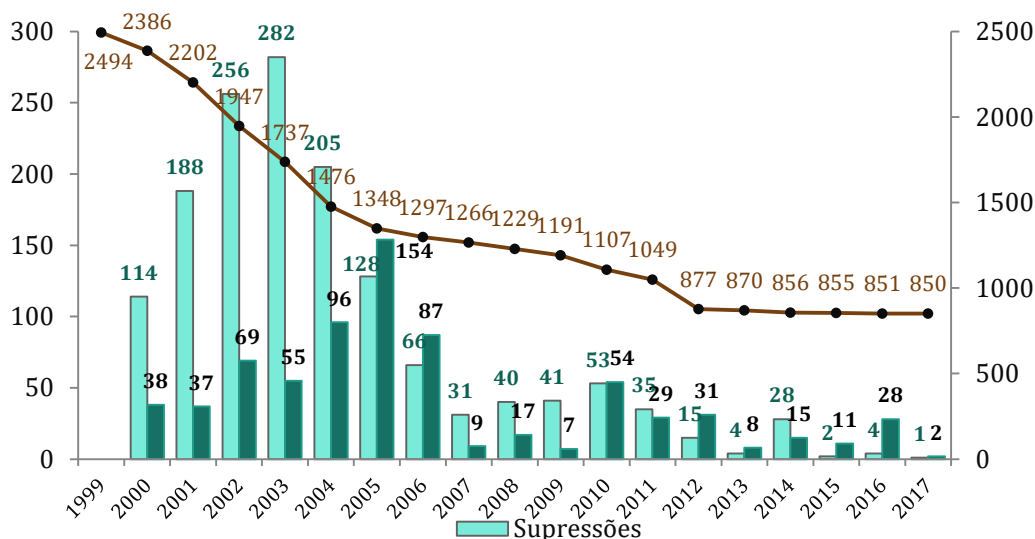
INSPEÇÕES DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA - evolução

Tipo de inspeções	2014	2015	2016	2017
Pedonal (n.º / km)	25 / 119	19 / 104	12 / 65	15 / 74
Comboio (n.º / km)	6 / 877	12 / 1195	3 / 406	1 / 146
Regulamentar (n.º / km)	3 / 7	1 / 2	1 / 2	3 / 6

Campanha de Supressão de Passagens de Nível

Em concretização do Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PN) para 2017 – obrigação dos gestores das redes rodoviária e ferroviária nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei nº 568/99, de 23 de dezembro - foram executadas 3 ações (1 supressão e 2 reclassificações), com um investimento associado de 243 mil euros.

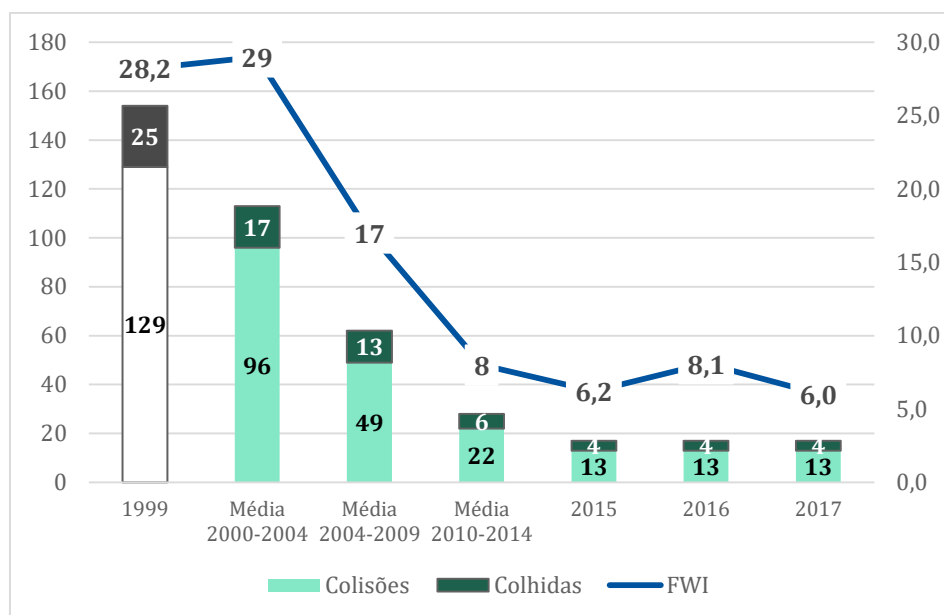
No final de 2017 existiam 850 PN no universo das linhas com exploração ferroviária (IET50), das quais 460 (54%) dispõem de proteção ativa, conseguida através do guarnecimento humano ou por existência de sinalização automática. A consequente densidade média de PN era no final de 2017 de 0,334 PN/km. O gráfico seguinte reflete a evolução do número de Passagens de Nível e das ações desenvolvidas nos últimos anos:



Durante o ano de 2017 foi dada continuidade à campanha de sensibilização e segurança “Pare, Escute, Olhe”, tendo-se nomeadamente assinalado o “Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível” e continuado as iniciativas visando o aumento da consciência dos peões para os riscos do atravessamento. Nestas últimas, manteve-se em 2017 a ação de colocação de cartazes bilingue “Não estrague as suas férias” em 19 PN de acesso a praias ou outros locais de veraneio. Executou-se também a colocação de sinalização bilingue dirigida aos peregrinos nas PN inseridas nos “caminhos de Fátima”. Em 2017 não se registaram acidentes nas PN objeto destas duas ações.

Nos

últimos anos, a sinistralidade em Passagens de Nível registou a seguinte evolução:



Verifica-se que a política de supressão e melhoria das condições de segurança nas PN tem contribuído para a redução continuada da sinistralidade, traduzida num decréscimo de 89% na sinistralidade e de 77% nas vítimas mortais quando comparada com os registos de 1999. Apesar deste decréscimo global, os valores dos últimos três anos demonstram uma estabilização do número de acidentes, resultado direto da não concretização de ações que têm impacto direto na redução do risco de atravessamento – supressão e/ou reclassificação de PN.

5.6 CAPITAL HUMANO

5.6.1 Caracterização do Capital Humano

A. Evolução do Efetivo

Em dezembro de 2017, o Grupo IP contava com 3.697 colaboradores, o que se traduz numa redução de 38 efetivos (-1%) face ao que se verificava em dezembro de 2016. Esta evolução, para além de traduzir o saldo líquido entre entradas (40) e saídas (78), reflete a variação do quadro de pessoal do Grupo IP cujo vínculo à empresa se encontra suspenso, em virtude de se encontrarem cedidos a outras entidades, sendo nelas diretamente remunerados.

		2016	2017
		Grupo IP	Grupo IP
Emprego			
Total de colaboradores	N.º	3.735	3.697

No quadro abaixo (inclui CAE) pode-se observar a distribuição do efetivo por tipo de contrato e por carreira.

Caraterização		Mandato CAE	Dirigente	Técnicos Superiores	Informáticos	Educadoras de Infância	Assist. Técnico, Técn. Nivel Interm e Pess. Administ.	Assist. Operacional, Operários e Pess. Auxiliar	Total
Total de Pessoas ao Serviço	F	1	83	381	5	5	289	117	881
	M	9	147	507	23		1.045	1.095	2.826
	T	10	230	888	28	5	1.334	1.212	3.707
Contrato Permanente	F		83	379	5	5	289	117	878
	M		146	506	23		1.045	1.095	2.815
	T	0	229	885	28	5	1.334	1.212	3.693
Contrato a termo certo	F			1					1
	M			1					1
	T	0	0	2	0	0	0	0	2
Contrato a termo incerto	F			1					1
	M								
	T	0	0	1	0	0	0	0	1
Outro tipo de contrato	F	1							1
	M	9	1						10
	T	10	1	0	0	0	0	0	11

B. Entradas e Saídas

Em 2017 ocorreram 78 saídas do Grupo IP, das quais 42 tiveram origem em Rescisões por Mútuo Acordo (RMA). Quanto ao grupo “Outros Motivos”, salientam-se 14 saídas por Reforma, e 13 trabalhadores que suspenderam temporariamente o seu vínculo no âmbito de cedências a entidades externas ou licenças sem vencimento.

Mobilidade	Inferior a 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Superior a 50		Total	
	< 30 anos		Entre 30 e 50 anos		> 50 anos			
	F	M	F	M	F	M		
Regresso				1		1	2	40
Admissão	4	23	1	10			38	
Saídas por Mútuo Acordo					8	34	42	78
Saídas por Iniciativa do Trabalhador				2			2	
Saídas por Caducidade de Contrato								
Saídas por Outros Motivos			8	5	9	12	34	

Estes dados revelam o esforço efetuado pela Empresa no sentido de ajustar o seu efetivo às necessidades financeiras e operacionais do negócio.

Face ao atual ambiente económico-social vivido em Portugal, a estratégia passará por estabilizar o efetivo atual, com reforços pontuais em áreas críticas, nas quais se destacam as orgânicas operacionais (circulação e manutenção de infraestruturas).

C. Turnover (Taxa de Rotação)

Turnover é um indicador de Recursos Humanos que permite medir a rotação de pessoal numa organização, isto é, a relação entre entradas e saídas de trabalhadores de uma empresa. Este indicador fornece informação sobre a percentagem de substituições de colaboradores antigos por novos e desta forma perceber qual a capacidade que a empresa tem para manter os seus colaboradores.

(%)		
Taxa de Rotação por Género	F	M
Taxa de Rotação por Género * ((entradas+saídas/2)/efetivo final por Género*100)	1,70	1,56

Através da análise à informação sobre a rotatividade, sobressai a evolução da Taxa de Cobertura entre entradas e saídas (de 17,9% para 51,3%), refletindo as admissões do exterior concretizadas no final de 2017.

Índices de Rotatividade	Unid.	2016	2017
		Grupo IP	Grupo IP
Índice de Rotação de Pessoal (efetivo final/(efetivo inicial + entradas + saídas))	Nº	0,95	0,96
Taxa de Cobertura (entradas/saídas*100)	%	17,9%	51,3%
Taxa de Mobilidade Total (entradas+saídas+mobil.int)/efetivo final*100)	%	3,35%	3,19%

D. Estrutura Etária e de Antiguidade

A idade média do universo de colaboradores do Grupo IP situa-se nos 49,6 anos de idade, quando no final de 2016 era de 49 anos. Na prática, as variações de efetivo permitiram contrariar ligeiramente a tendência natural de envelhecimento em 0,4 anos (sem alterações, a média etária teria sido de 50 anos).

Através das tabelas abaixo, é possível avaliar a distribuição por faixa etária das diversas categorias e funções do efetivo do Grupo.

Cargo	Género	Inferior a 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Superior a 50 anos	TOTAL Nº	%
		< 30 anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 anos		
Dirigente	F		62	21	83	36%
	M		90	57	147	64%
TOTAL		0	152	78	230	100%

Carreira	Género	Inferior a 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Superior a 50 anos	TOTAL Nº	%	Total Carreira
		< 30 anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 anos			
Técnicos Superiores	F	4	286	91	381	43%	888
	M	10	322	175	507	57%	
Informáticos	F		3	2	5	18%	28
	M		16	7	23	82%	
Educadoras de Infância	F		2	3	5	100%	5
	M						
Assist. Técnico, Técn. Nível Inter e Pess. Administ.	F		149	140	289	22%	1.334
	M		504	541	1.045	78%	
Assist. Operacional, Operários e Pess. Auxiliar	F	1	6	110	117	10%	1.212
	M	14	407	674	1.095	90%	
TOTAL		29	1.695	1.743	3.467		3.467

Constata-se que existe uma certa aproximação entre o número de colaboradores com idades compreendidas entre os 30 e 50 anos (1.695 no total) e os que têm mais de 50 anos (1.743), embora seja de salientar que, a nível dos cargos dirigentes, o escalão etário intermédio representa o dobro do mais elevado.

Verifica-se ainda que a faixa etária abaixo dos 30 anos mantém um peso residual no efetivo (0,8%), mesmo considerando as contratações de novos trabalhadores.

E. Mobilidade

Após a consolidação organizacional ocorrida em 2016, o Grupo IP contou com um ano de 2017 marcadamente estável a este nível.

Já no que se refere à composição das equipas, a insuficiência de recursos humanos com determinadas competências acentuou-se, facto que está diretamente relacionado com a elevada média etária da empresa, os condicionalismos legais ao recrutamento que impendem sobre a empresa desde 2011 e as crescentes exigências que se vêm colocando no âmbito técnico, com especial destaque para os grandes investimentos em curso, materializados no Plano Ferrovia 2020.

A falta de recursos e necessidade de reforço de competências são generalizadas nas diversas áreas da empresa, o que retrai os processos de mobilidade interna pelas dificuldades de dispensa que cada área sente, afetando assim uma desejável rotação de competências. Aliás, a IP orgulha-se de sempre ter sido uma empresa que aborda a mobilidade funcional interna numa lógica de desenvolvimento profissional, privilegiando a ocupação de postos de trabalho mais qualificados por recursos internos e só recorrendo ao exterior quando internamente não se verifica a existência das necessárias competências.

Contudo, devido às restrições já enunciadas, o recrutamento externo assume, no atual contexto, uma importância acrescida no que respeita à necessária reposição de recursos humanos qualificados, reforço de competências críticas, rejuvenescimento do efetivo e transmissão de know-how específico do negócio. É importante, neste aspeto, salientar que a maioria das funções da empresa no âmbito técnico e operacional que atuam diretamente nas áreas de gestão de infraestruturas e comando da circulação ferroviária requerem, independentemente do nível de habilitação, intensa formação específica sobre o negócio, nomeadamente quanto à regulamentação aplicável à atividade.

Neste âmbito, foi possível em 2017 (pela primeira vez em 7 anos) obter a necessária autorização para recrutar, tendo sido integrados na empresa 38 colaboradores, dos quais 16 em categorias profissionais de cariz operacional: operadores de circulação (ferroviária) e encarregados de infraestruturas, distribuídos por diferentes zonas do país: linha do Oeste, linha de Cascais, linha da Beira Alta; 22 colaboradores com formação ao nível técnico superior, maioritariamente engenheiros civis e eletrotécnicos, para as direções de engenharia, gestão ferroviária e *Asset Management*, com foco nas especialidades *core* das respetivas atividades, nomeadamente Via, Sinalização e Catenária. A área de tecnologias de informação também mereceu especial atenção, tendo sido possível reforçar as suas capacidades (com 2 colaboradores), o que, sendo uma mais-valia, julgamos poder não ser suficiente para uma área que é hoje muito pressionada pelas necessidades empresariais de evolução tecnológica e pelos do mercado de trabalho.

No contexto deste processo, foi muito gratificante a possibilidade de ter sido possível integrar 11 jovens do programa de estágios profissionais Generation ZIP, que a empresa promove desde 2016, e que na maioria estavam no Grupo IP há um ano, tendo sido objeto de forte investimento em formação teórica e prática.

É desejável que esta ação de recrutamento constitua apenas a primeira fase de um amplo processo de renovação que urge fazer na empresa, a replicar nos próximos anos, até porque a cada ano que passa,

fruto do envelhecimento verificado na empresa, aumenta o número de interessados em sair ou aceder à reforma, principalmente nos grupos profissionais que operam no “terreno” e cujas funções são de maior desgaste físico. É, pois, crucial garantir um processo integrado de entradas e saídas, que possa proporcionar um período de sobreposição para passagem de conhecimento (note-se que existe um conjunto de situações que a empresa não pode sustentar, como sejam saída por iniciativa do trabalhador, acesso antecipado à reforma ou inaptidões físicas para o trabalho).

Sobre este ponto, importa ainda acrescentar que o eventual reforço da empresa tomará sempre em consideração a avaliação de quantitativos que ponderam as atuais necessidades e o previsível decréscimo em algumas atividades que, inevitavelmente, decorrerá a médio prazo, por força da implementação de formas de trabalho tecnologicamente mais avançadas, eficientes e seguras. Neste quadro, a reorientação de colaboradores para outros postos de trabalho constituirá sempre uma prioridade para a empresa.

Fruto do esforço desenvolvido pela empresa, em 2017, e como já acima apresentado, verificou-se assim uma assinalável subida da taxa de cobertura de entradas face a saídas, na ordem dos 51% (33% acima do resultado verificado em 2016).

Simultaneamente, a empresa vem envidando todos os esforços para criar as condições necessárias ao lançamento de processos internos para qualificação de trabalhadores, quer nas carreiras operacionais como em funções mais transversais, com destaque para os colaboradores que tenham obtido formação superior ao longo do seu percurso profissional na empresa, sendo assim potenciais candidatas a funções de cariz técnico superior em “aberto”.

Neste último campo, a empresa desenvolveu em 2017 um processo específico tendente à valorização profissional de 37 colaboradores do Grupo IP, cuja qualificação e relevância da função exercida e da formação superior detida permitiam considerar o interesse da sua integração na carreira técnica superior, logo que o enquadramento legal o viabilize.

Foi também iniciado em 2017 uma sequência de concursos profissionais em carreiras pluricategorias, com o objetivo de ajustar o efetivo nas funções de cariz operacional mais elevadas que dizem respeito às “chefias intermédias”, cujas atribuições de supervisão, inspeção e fiscalização constituem hoje uma vertente essencial das atividades de manutenção da infraestrutura.

Em 2017 foi desenvolvido o segundo Programa de Estágios Profissionais - “Generation ZIP” -, que proporciona uma ampla variedade de oportunidades de aprendizagem e formação prática em diversas áreas da empresa, e que se deseja possa registar o sucesso do anterior Programa, quer no que respeita à possibilidade de integração de alguns jovens nas empresas do Grupo IP, quer à sua empregabilidade no mercado (que tem sido significativa).

F. Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Historicamente o sector ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este facto deve-se sobretudo à natureza da atividade desenvolvida nas áreas operacionais, onde estava concentrada a maioria dos colaboradores do Grupo REFER, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Já na rodovia, o desequilíbrio entre o peso dos dois géneros era menor: cerca de 55% de população masculina, face a 45% de população feminina, no final de 2014. Consequentemente, após a fusão, em 2017 a IP tem uma distribuição entre géneros de 76% (homens) / 24% (mulheres).

Porém, a nível dos cargos dirigentes, constata-se um maior grau de paridade entre ambos os géneros: mais de um terço das chefias são mulheres.

	2016		2017	
	Grupo IP	%	Grupo IP	%
Dirigentes (não inclui membros do CA)				
F	84	36,7%	83	36,1%
M	145	63,3%	147	63,9%
Sub-Total	229	100,0%	230	100,0%
Colaboradores (inclui dirigentes)				
F	900	24,1%	880	23,8%
M	2.835	75,9%	2.817	76,2%
Total	3.735	100,0%	3.697	100,0%

Adicionalmente verifica-se que não existem desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Vencimentos Base (VB) entre Homens/Mulheres, salvo na carreira de Assistentes Operacionais, Operários e Pessoal Auxiliar, onde a população feminina está predominantemente concentrada nas Guardas de PN.

Leque Salarial por Cargo/Carreira e Género		2016		2017	
		Grupo IP		Grupo IP	
		Salário Médio	Leque Salarial	Salário Médio	Leque Salarial
Dirigente	F	3.112,94 €	0,93	3.111,63 €	0,92
	M	3.362,42 €		3.375,37 €	
Técnicos Superiores	F	2.300,39 €	0,91	2.361,77 €	0,92
	M	2.516,30 €		2.564,51 €	
Informáticos	F	2.118,87 €	0,99	2.118,87 €	0,99
	M	2.146,33 €		2.142,94 €	
Educadoras de Infância	F	2.014,02 €		2.024,82 €	
	M				
Assist. Técnico, Técn. Nível Interm e Pess. Administ.	F	1.109,71 €	1,00	1.137,66 €	0,97
	M	1.106,74 €		1.174,67 €	
Assist. Operacional, Operários e Pess. Auxiliar	F	563,00 €	0,69	580,39 €	0,69
	M	818,21 €		843,11 €	

G. Não Nacionais / Portadores de Deficiência

Os mapas abaixo permitem quantificar os colaboradores estrangeiros ao serviço do Grupo IP, bem como os trabalhadores portadores de deficiência.

Colaboradores Não Nacionais	2016	2017
	Grupo IP	Grupo IP
De países da União Europeia	4	3
De países de Língua oficial portuguesa	6	5
Outras nacionalidades	1	2

N.º de Colaboradores Portadores de Deficiência	2016	2017
	Grupo IP	Grupo IP
Colaboradores portadores de deficiência	60	64

5.6.2 Desenvolvimento Do Capital Humano

A. Gestão de Desempenho

O ano de 2017 caracterizou-se pela consolidação de iniciativas nas áreas de desenvolvimento, essencialmente no que respeita à gestão de desempenho, a qual volta a assumir um papel primordial na gestão de carreiras da empresa num contexto de retoma gradual de mecanismos de evolução profissional.

A Direção de Capital Humano e de Sistemas de Informação trabalharam, durante 2017, na adaptação da aplicação que servirá de suporte ao sistema de gestão e avaliação de desempenho que vigora na empresa, cujo desenho e modo de funcionamento são muito exigentes, tendo em conta as características organizacionais do Grupo IP, a sua diversidade funcional e dimensão.

Este sistema está também alinhado com a preocupação de se proceder ao levantamento de necessidades de desenvolvimento individual e formativas aquando do momento de avaliação, permitindo assim otimizar dois processos que eram tratados em momentos distintos e integrar a ação da Direção de Capital Humano e Academia neste domínio.

Neste âmbito, foi ainda desenvolvidas ações de formação na matéria de gestão de desempenho, especificamente preparadas e ministradas in house, de modo a capacitar todos os colaboradores - gestores de desempenho e avaliados – a lidarem com os princípios e boas práticas de um processo de gestão de desempenho estruturado, que articule adequadamente objetivos e competências, fomenta

uma relação construtiva entre avaliador e avaliado e esteja orientado para as necessidades sentidas na empresa.

A percentagem de colaboradores que recebem regularmente análise de desempenho e desenvolvimento de carreira é de 100%.

Poderá haver um ou outro caso de alguém que no ano passado não reúna condições para ser avaliado, mas estamos a falar de situações esporádicas e meramente hipotéticas (pelo menos, enquanto a avaliação de 2017 não estiver fechada).

B. Gestão de Competências e Formação

No que respeita ao Plano de Formação e outras iniciativas afins, a empresa fez uma grande aposta em ações de *cross training*, que possibilitassem a troca de conhecimentos entre as diferentes áreas, contribuindo para um melhor conhecimento transversal do negócio IP.

Ao nível operacional, e dada a natureza eminentemente técnica da atividade IP – exploração dos canais de circulação rodoviária e ferroviária e manutenção das respetivas infraestruturas – o *know-how* técnico e os conhecimentos regulamentares e de segurança ocuparam uma parte significativa do plano de formação, estando definidos percursos formativos tendentes à plena capacitação e atualização dos colaboradores que operam naquelas áreas (assinale-se aqui a importância desta matéria para os concursos profissionais desenvolvidos).

A formação técnica na empresa privilegiou o recurso a formadores internos, essencialmente na área ferroviária, visto que a IP é a entidade onde existe, no âmbito nacional, maiores qualificações neste domínio.

Já na componente das competências de negócio que privilegiam as temáticas ligadas à estratégia, gestão, coordenação de recursos, otimização de processos, recorreu-se à oferta formativa externa, tendo em conta que os produtos existentes no mercado refletem uma permanente atualização de conhecimentos, conceitos, experiências, comparação com empresas/sectores congéneres, culminando na partilha das melhores práticas a nível nacional e internacional. Neste contexto manteve-se o Programa Avançado de Formação (já iniciado em anos anteriores) para quadros técnicos e dirigentes que contempla as vertentes de Liderança e Gestão.

No âmbito das relações laborais, desde 2017 que está em curso o processo de negociação com as organizações representativas dos trabalhadores de um novo Acordo Coletivo de Trabalho, a aplicar a todos os trabalhadores do Grupo que a ele venham a desejar aderir, com o objetivo de estreitar diferenças e proporcionar a harmonização de matérias de capital humano, bem assim como normalizar a categorização de funções, mediante um Sistema de Carreiras único, que permita a uniformidade e coerência da situação profissional e regras de progressão salarial e evolução profissional.

Apresentam-se de seguida alguns indicadores relativos a formação:

Atividade Formativa

	Unid.	2016	2017
N.º de Trabalhadores	N.º	3.732	3698
N.º de Participantes	N.º	3.140	3435
N.º de Participações	N.º	10.685	12811
Taxa de Participação Global	%	84	93
Ações	N.º	1.648	1831
Volume	H	110.587	119365
Custos	m€	275.330	297.632

Horas de Formação por Colaborador (N.º Total de Horas / N.º Total de Colaboradores)

	2016	2017
Horas por colaborador	29,4	32,3

Comparativo da Atividade Formativa entre 2016 e 2017

Ano	Formação	Unid.	Interna	Externa	Total
2016	Ações	N.º	1.373	275	1.648
	Volume de Formação	Horas	77.822	35.587	113.410
	Participações	N.º	7.910	2.775	10.685
2017	Ações	N.º	1.476	355	1.831
	Volume de Formação	Horas	114.933	40.334	119.365
	Participações	N.º	8.937	3.874	12.811

Formação Pós-Graduada (Formações Iniciadas em cada Ano)

	Unid.	2016	2017
Participações em Pós-Graduações e Cursos de Especialização	N.º	33	3
Participações em Mestrados, Doutoramentos e MBA	N.º	2	5
Valor das participações	m€	12.781,25	8.525,22

Volume de Formação por Género e Grupo Profissional

(Horas)

	Masculino	Feminino
Dirigente	8.051	4.684
Quadros Superiores	32.874	21.879
Assistente Técnico, Técnico Intermédio e Pessoal Administrativo	23.473	4.432
Assistente Operacional, Operários e Pessoal Auxiliar	22.180	610
Educadoras de Infância		24
Informáticos	504	232
Estagiários	19.185	13.433

Número de Participações por Região de Origem

	2016	2017
Norte	2.270	2.169
Centro	1.515	1.688
Lisboa e Vale do Tejo	6.275	8.036
Sul	625	544

Volume de Formação por Grupo Profissional

	2016	2017
Dirigentes	11.803	12.735
Quadros Médios e Superiores	38.430	54.778
Assistente Técnico, Técnico intermédio e Pessoal Administrativo	28.512	27.905
Assistente Operacional, Operários e Pessoal Auxiliar	19.503	22.790
Informáticos	938	736

Número de Participações por Tipo de Contrato

	2016	2017
Contrato Permanente	10.406	12.108
Contrato a Termo Certo	3	7
Outros	17	322

5.6.3 Conciliação Trabalho / Família

O equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo consagrado à família é explicitado através de indicadores como aqueles que estão ligados à parentalidade, nomeadamente as Taxas de Retorno ao Trabalho e de Retenção dos trabalhadores que gozaram licença de parentalidade num dado período:

	Unid.	Género	2016	2017
			Grupo IP	Grupo IP
a) N.º colaboradores com direito a licença parental (durante o ano)	Nº	F	19	16
		M	65	61
b) N.º colaboradores que voltaram ao serviço após licença parental (ainda durante o ano)	Nº	F	17	12
		M	49	50
c) N.º colaboradores que voltaram ao serviço após licença parental (gozada durante o próprio ano) e continuam a trabalhar 12 meses após o regresso ao trabalho	Nº	F	15	14
		M	58	42
d) Taxa de retorno ao trabalho dos colaboradores após licença parental (d)= b) / a)	%	F	89	75
		M	75	82
e) Taxa de retenção 12 meses após o gozo da licença parental (e) = c) (n) / b) (n-1))	%	F	94	82
		M	87	86

5.6.4 Segurança e Saúde no Trabalho

A análise dos dados da Sinistralidade Laboral tem como principal objetivo compilar a informação relativa aos acidentes de trabalho ocorridos, tendo em vista:

- Determinar e analisar os índices de incidência, a frequência e a gravidade dos acidentes;
- Analisar a distribuição dos acidentes de trabalho, pelas empresas do Grupo e pelas Unidades Orgânicas mais representativas em matéria de sinistralidade;
- Avaliar os fatores causais e as consequências das lesões provocadas, nomeadamente em termos de dias perdidos;
- Definir um conjunto de ações a implementar com vista à diminuição da sinistralidade laboral.

Os valores aqui apresentados, permitem mensurar a exposição dos trabalhadores aos níveis de risco inerentes à atividade, viabilizando o acompanhamento das variações e tendências históricas dos acidentes e seus impactos na IP e na vida dos Colaboradores.

Os dados da sinistralidade foram trabalhados de acordo com a informação fornecida pela Direção de Capital Humano e Companhia de Seguro de Acidentes de Trabalho do Grupo IP.

Para análise dos resultados da sinistralidade do Ano de 2017 foram calculados os seguintes índices de sinistralidade:

- Índice de incidência (segundo o método OIT);
- Índice de frequência (segundo o método OIT);
- Índice de gravidade (segundo o método OIT);

A análise detalhada da sinistralidade foi realizada apenas quanto aos acidentes ocorridos no local de trabalho, tendo sido excluídos os acidentes de trajeto *in itinere*.

Apresenta-se de seguida a caracterização dos conceitos e fórmulas de cálculo.

O **Índice de frequência (OIT)** destina-se a analisar, num determinado período, a probabilidade da ocorrência de acidentes. Calculado da seguinte forma:

- Índice de Frequência (IF) = $(N.º \text{ Acidentes no Local de Trabalho}) / (N.º \text{ Horas Trabalhadas}) \times 1.000.000$

O **Índice de incidência (OIT)** destina-se a analisar, num determinado período de IP, a expressão absoluta da sinistralidade na empresa, por atividade e por categoria profissional. Calculado da seguinte forma:

- Índice de Incidência (II) = $(N.º \text{ Acidentes no Local de Trabalho}) / (N.º \text{ Médio de Trabalhadores}) \times 1.000$

O **Índice de gravidade (OIT)** destina-se a analisar, num determinado período de IP, as consequências dos acidentes ao nível dos efeitos das respetivas lesões nos trabalhadores sinistrados. Calculado da seguinte forma:

- Índice de Gravidade (IG) = $(N.º \text{ Dias perdidos nos Acidentes no Local de Trabalho}) / (N.º \text{ Horas Trabalhadas}) \times 1.000.000$

Este valor integra 7500 dias por cada acidente mortal em conformidade com a Resolução da 6.ª Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho.

A. Valores Globais da Sinistralidade Laboral do Grupo IP

Na seguinte apresentam-se os valores globais de sinistralidade relativos ao ano de 2017.

Indicadores	Grupo IP	IP	IP Património	IP Telecom	IP Engenharia	GL
Acidentes de trabalho - Total	123	118	3	1	12	0
Acidentes no local de trabalho	106	104	1	1	0	0
Com baixa	67	67	0	0	0	0
Sem baixa	39	37	1	1	0	0
Acidentes Mortais (local de trabalho)	0	0	0	0	0	0
Acidentes <i>in itinere</i>	17	14	2	0	1	0
Nº Total de Dias Perdidos	955	955	0	0	0	0
Dias Perdidos - Acidentes no local de trabalho	877	877	0	0	0	0
Dias Perdidos - Acidentes <i>in itinere</i>	78	78	0	0	0	0
Nº Médio de trabalhadores	3.698	3.444	109	81	60	3
Horas trabalhadas	6.372.215	5.934.493	183.188	141.366	107.482	5.686
Índices						
Índice de Frequência (OIT)	17	18	5	7	0	0
Índice de Incidência (OIT)	29	30	9	12	0	0
Índice de Gravidade (OIT)	138	148	0	0	0	0

O total de acidentes de trabalho registados durante o ano de 2017, para um universo de 3.698 Colabores do grupo IP correspondeu a um total de 123 acidentes de trabalho.

Do total de acidentes registados, grande parte ocorreu no local de trabalho (cerca de 86,18%) em relação aos acidentes ocorridos *in itinere* (13,82%).

Na distribuição dos acidentes de trabalho, do total dos acidentes ocorridos (123 no Grupo IP), verifica-se que 95,9 % dos acidentes, ocorreram na IP, e apenas 4,1% nas empresas participadas (IP Património; IP Telecom; IP Engenharia). Verifica-se uma descida acentuada do número total de acidentes de trabalho das empresas participadas comparativamente com o ano anteriores (com 20,7%).

B. Valores Globais da Sinistralidade laboral do Grupo IP, por tipo de acidente

Na tabela abaixo apresentam-se os valores comparativos no que diz respeito aos acidentes de trajeto (*in itinere*) e no local de trabalho com o objetivo de determinar o impacto destes no conjunto da sinistralidade.

Indicadores	Local de trabalho	in itinere	Total
Grupo IP			
Número de acidentes de trabalho	106	17	123
IP	104	14	118
IP Património	1	2	3
IP Telecom	1	0	1
IP Engenharia	0	1	1
GIL	0	0	0

Em 2017 registaram-se um total 123 acidentes de trabalho, dos quais 106 ocorreram no local de trabalho e 17 acidentes *in itinere*.

Na tabela abaixo apresentam-se os valores comparativos no que diz respeito aos acidentes de trajeto e no local de trabalho com o objetivo de determinar o impacto destes no conjunto da sinistralidade.

Designação	Acidentes		Dias perdidos	
	N.º	(%)	N.º	(%)
Total	123,00		955	
Acidentes <i>in itinere</i>	17	14%	78	8%
Com baixa	7	41%	78	
Sem baixa	10	59%	0	
Mortal	0	0%	0	
Acidentes no local de trabalho	106	86%	877	92%
Com baixa	67	63%	877	
Sem baixa	39	37%	0	
Mortal	0	0%	0	

Pela análise da Tabela anterior constata-se que:

- Registaram-se **17** acidentes *in itinere* (no trajeto), que representam **14%** do total de acidentes ocorridos, correspondendo a **8%** do total dos dias de baixa por acidentes de trabalho;
- Dos **106** acidentes ocorridos no local de trabalho, que representam **86%** do total de acidentes ocorridos, correspondendo a **92%** do total dos dias de baixa por acidentes de trabalho.

C. Índices de Incidência e N.º Médio de Dias Perdidos no Grupo IP e Setores da Construção e Transportes e Armazenagem

Em termos nacionais, o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério da Solidariedade e Segurança Social (MSSS) publica regularmente dados da sinistralidade laboral em Portugal. A Tabela abaixo apresenta valores extraídos do último relatório publicado por esta entidade, relativo a 2014 que são utilizados como referência para a valoração da sinistralidade no Grupo IP.

Comparação dos índices de incidência e n.º médio de dias perdidos na IP, Grupo e Unidades Organizacionais com maior número de acidentes, com os sectores da Construção e Transportes e Armazenagem.

	Índice de Incidência dos AT (por 1000 trab.)	N.º Médio de dias perdidos
Total Nacional 2014	45,24	38,80
Setor Construção 2014	99,02	44,63
Setor Transportes e Armazenagem 2014	70,11	42,83
Total Grupo IP	28,94	8,20
IP	30,19	8,43
DRR	19,15	5,33
DRF	51,29	7,12
DCO	65,68	10,14
DAM	22,99	13,33
DGC	36,19	10,89
Outras	6,41	3,11
IP Património	9,14	0,00
IP Engenharia	16,76	0,00
IP Telecom	12,33	0,00
GIL	0,00	0,00

(1) Fonte GEP MSSS, publicado em Outubro de 2016

Em termos de valores totais do Grupo IP os valores relativos ao índice de incidência (28,94) e ao número médio de dias perdidos (8,20) situam-se abaixo dos valores de referência nacional, bem como dos valores dos setores de referência nacional – Setor da Construção e Setor de armazenagem e transportes.

O maior número de acidentes foi registado na Direção de Gestão da Rede Ferroviária (DRF), com um total 41 acidentes de trabalho (num universo de 799 Colaboradores), seguido da Direção de Gestão da Circulação (DGC), com um total de 38 acidentes de trabalho (num universo de 1050 Colaboradores), contudo o maior impacto foi registado na Direção de Gestão das Concessões (DCO), com 7 acidentes (num universo de 107 Colaboradores).

Os índices de sinistralidade registados em todas as Direções situam-se abaixo dos respetivos valores de referência (setor da construção e armazenagem e transportes), contudo, no caso da DCO e DRF os valores obtidos foram superiores aos valores de referência nacional (total nacional).

A Direção de *Asset Management* (DAM), a DGC e DCO são as Direções que apresentam o número médio de dias perdidos mais elevados, por acidente de trabalho, embora esses valores estejam abaixo dos valores de referência nacionais.

D. Fatores causais da sinistralidade laboral no Grupo IP

Designação	Acidentes		Dias perdidos	
	N.º	(%)	N.º	(%)
Total	106		877	
Queda ao mesmo nível	26	25%	321	37%
Manuseamento de objetos	25	24%	221	25%
Queda em desnível	18	17%	64	7%
Outras causas	15	14%	124	14%
Mau posicionamento / jeito	6	6%	60	7%
Projeção de materiais	5	5%	24	3%
Queda de objetos	3	3%	20	2%
Choque contra objetos	2	2%	28	3%
Entalamento	2	2%	0	0%
Perfuração/ corte	2	2%	0	0%
Acidentes de viação	1	1%	10	1%
Agressão	1	1%	5	1%

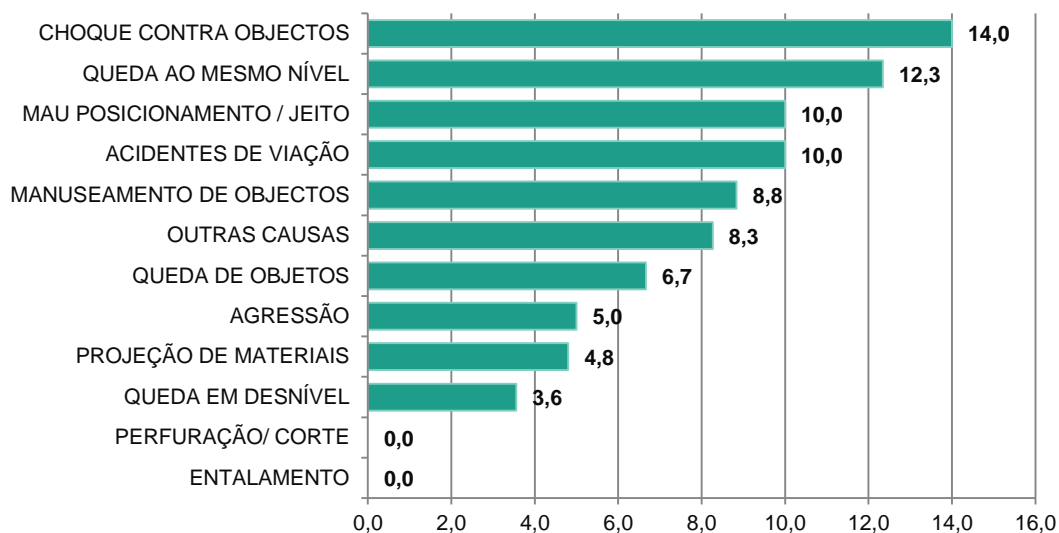
Relativamente às causas que determinaram a ocorrência do acidente, estas permitem saber especificamente, o que deu origem ao acidente.

Na tabela anterior apresentam-se as principais causas dos acidentes ocorridos no local de trabalho em 2017, (exclui-se os acidentes de trabalho *in itinere*) fazendo uma associação à gravidade dos mesmos.

Verificando os dados apresentados, constata-se que mais de metade dos acidentes ocorreram devido a quedas ao mesmo nível, manuseamento de objetos e queda em desnível.

Por outro lado, os fatores que conduziram a uma maior gravidade foram as Queda ao mesmo nível e Manuseamento de objetos.

Apresenta-se no gráfico seguinte o número de dias perdidos por acidente segundo as causas.



E. Lesões provocadas por acidentes de trabalho no Grupo IP

Lesões provocadas	Acidentes		Dias perdidos	
	N.º	(%)	N.º	(%)
Total	106		877	
Entorse	39	37%	398	45%
Contusão	18	17%	193	22%
Distensão	11	10%	103	12%
Ferida	11	10%	68	8%
Sem especificar	11	10%	18	2%
Algia (dor)	6	6%	10	1%
Traumatismo	4	4%	35	4%
Fratura	3	3%	48	6%
Corpo estranho	2	2%	4	1%
Pé	1	1%	0	0%

Analisando esta tabela verifica-se que tanto em termos de quantidade, quer em termos de consequência dos acidentes ocorridos no local de trabalho (dias perdidos), as entorses e as contusões destacam-se relativamente às restantes lesões.

F. Partes do corpo atingidas por acidentes de trabalho no Grupo IP

Partes do corpo atingidas	Acidentes		Dias perdidos	
	N.º	(%)	N.º	(%)
Total	106		877	
Membros inferiores, exceto pé	31	29%	265	30%
Tronco	22	21%	218	25%
Pé	16	15%	147	17%
Mão	11	10%	68	8%
Membros superiores, exceto mão	8	8%	119	14%
Olhos	8	8%	27	3%
Sem especificar	4	4%	0	0%
Cabeça, exceto olhos	3	3%	30	3%
Múltiplas regiões	3	3%	3	0%

Em mais de metade dos acidentes ocorridos no local de trabalhos (75%), as partes do corpo atingidas foram membros inferiores, exceto os pés (29%), seguidas do tronco (21%), do pé (15%) e mão (10%).

Em termos de gravidade a situação é análoga ou seja a partes do corpo mais atingida foram membros inferiores, exceto os pés (30%), seguidas do tronco (25%), do pé (17%) e Membros superiores, exceto mão (14%).

G. Distribuição dos acidentes de trabalho no Grupo IP, por género

Designação	Efetivo médio		Acidentes		Dias perdidos	Dias perdidos (%)
	N.º	(%)	N.º	(%)		
Totais	3.698		106		877	
Mulheres	897	24%	15	14%	91	10%
Homens	2.801	76%	91	86%	786	90%

Na distribuição dos acidentes de trabalho por género, observa-se que a grande maioria ocorreu com homens (85,8%), assim como em termos de gravidade (89,6%).

Esta repartição poderá estar alinhada com o maior efetivo médio de homens que pertencem sobretudo às unidades orgânicas mais operacionais, onde se registou o maior número de acidentes de trabalho.

Apresenta-se na tabela seguinte a distribuição dos acidentes e número de dias perdidos, por categoria profissional.

Índices	N. Acidentes	N. Dias perdidos
IP		
Operador de Infraestruturas	21	182
Especialista	18	94
Operador de Manobras	18	238
Operador de Circulação	10	132
Controlador de Circulação	7	48
Supervisor de Infraestruturas	6	58
Assistente de Gestão	5	27
Guarda de Passagem de Nível	5	24
Técnico	5	20
Encarregado de Infraestruturas	4	27
Técnico Júnior	4	12
Operador de Logística	1	0
Técnico de Desenho	1	3
Técnico Especialista	1	12

Nota: a informação constante deste quadro, relativa às Categorias Operacionais, resultou da equivalência entre as Categorias Profissionais existentes na ex- REFER e ex-EP.

No que se refere a Categorias Operacionais verifica-se que foram os Operadores de Infraestruturas que registaram o maior número de acidentes, seguidos dos Especialistas, Operadores de Manobras, e Operadores de Circulação.

Apresentam-se na tabela seguinte os principais riscos e o número de trabalhadores possivelmente expostos que poderão dar origem a doenças profissionais.

Riscos		N. de trabalhadores possivelmente expostos
Físicos	Ruído	706
	Radiações Ionizantes	36
Químicos	Poeiras Ferrosas (óxido de ferro)	13
Riscos capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético	Trabalho monótono / repetitivo	235
	Movimentação Manual de Cargas	706
	Posições Incorretas	235
Psicossociais e Organizacionais	Trabalho monótono / repetitivo	235
	Trabalho por turnos	235
	Trabalho noturno	706

5.6.5 Diálogo Social

A importância de que se revestem as matérias de cariz social na empresa é traduzida pela existência, na DCH, de uma área a estas dedicada, o Enquadramento Social (ENS). Cabe a esta área:

- Promover a articulação entre a Empresa e as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa, com vista à obtenção de consensos entre as partes, não só através da negociação coletiva como também de reuniões com as referidas organizações sempre que tal se mostre necessário;
- Desenvolver ações no âmbito dos benefícios sociais e das condições das instalações sociais (IS) colocados ao dispor de todos os trabalhadores. Destaca-se, relativamente a este último ponto, a importância de que se revestem as IS no quadro da dispersão geográfica dos postos de trabalho que constituem a empresa, essencialmente no que diz respeito às estações e outras estruturas ferroviárias.

Encontra-se, igualmente, na sua esfera de atuação, o apoio das atividades e ações que favoreçam o clima social e a relação da empresa com os trabalhadores.

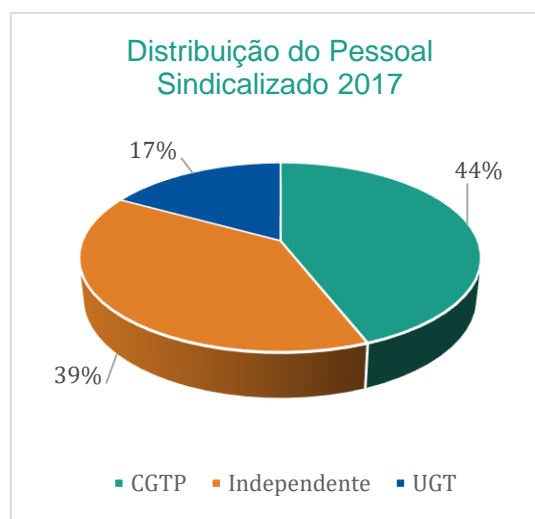
A. Sindicalização

A IP mantém uma taxa de sindicalização bastante elevada, sendo que as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa desempenham um papel bastante ativo na mediação de questões entre os seus associados e a Empresa.

Estão criados canais de comunicação entre a Empresa (através, principalmente da ação do ENS) e as ORT, através dos quais são partilhadas as necessárias matérias e informações, sendo todas objeto de adequado tratamento. Podem, ainda, e caso os temas o justifiquem, ser realizadas reuniões para discussão presencial dos temas, estando a própria Administração disponível para participar nas mesmas.

Através da taxa de sindicalização é possível aferir a relevância que os sindicatos têm na vida da empresa, maioritariamente na área ferroviária. Em dezembro de 2017, verificou-se um total de 1.690 colaboradores sindicalizados, o que representa 46% do universo dos trabalhadores do Grupo (gráfico 2) e traduz um aumento face ao ano passado, quando a taxa de sindicalização era de 43% (1.599 trabalhadores sindicalizados).

Os colaboradores são representados por 29 organismos sindicais, dos quais 20 estão ligados ao setor ferroviário, 6 ao setor rodoviário e 1 à construção, que se distribuem conforme se mostra de seguida. As federações sindicais CGTP e UGT abrangem cerca de 60% do pessoal sindicalizado.



B. Paz Social

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a IP mantém um bom relacionamento com todas as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) - Sindicatos e Comissões de Trabalhadores (da IP e da IPT).

Em 2017, deu-se início ao processo formal de negociação coletiva, com vista à revisão do Acordo de Empresa ainda em vigor e à sua evolução para um Acordo Coletivo de Trabalho que permita a aplicação de um único regime laboral em todas as empresas do Grupo, atenuando-se assim as disparidades existentes.

A preponderância do diálogo e a predisposição para a paz social permitiram, em 2017, que as três greves decretadas pelos sindicatos fossem suspensas pelas ORT que as convocaram.

Em 2018, a IP continuará a trabalhar na construção de um novo Acordo Coletivo de Trabalho bem como no aprofundamento do diálogo social entre a empresa e as ORT, sempre na busca de plataformas de entendimento que conduzam a soluções consensuais.

C. Benefícios Sociais

Durante o ano de 2017, a IP manteve e reforçou o plano de benefícios sociais que têm vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios complementares à remuneração, em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

No âmbito das condições das instalações sociais, prosseguiu-se com o respetivo levantamento, já anteriormente iniciado, em toda a rede ferroviária e rodoviária.

Área da Saúde

É importante referir que a IP é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores, com um tipo de atividade operacional sujeita a riscos profissionais e de significativo desgaste físico. Neste sentido, um benefício como o seguro de saúde surge com um papel reforçado, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país.

- Seguro de Saúde – O seguro de saúde proporciona o acesso a uma rede convencionada de cuidados de saúde muito abrangentes, com cobertura de 90% das despesas. As consultas realizadas fora da rede convencionada beneficiam também de comparticipação, ficando esta limitada a 50%. O seguro prevê a possibilidade de inclusão de familiares do colaborador, ficando nestes casos o prémio a cargo deste;
- Seguro de Acidentes Pessoais - Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra-profissionais de invalidez permanente ou morte.

Área da Educação

Neste âmbito, a empresa apoia os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos, dada a relativa escassez de oferta da rede pública nesta área, bem como incentiva e fomenta o atingimento de boas classificações durante todo o ensino secundário e superior, consciente de que o bom desempenho escolar se poderá traduzir em melhores perspetivas académicas e profissionais:

- Infantário – a IP dispõe de uma infraestrutura própria (Infantário “O Ninho”), preferencialmente vocacionada para os filhos de colaboradores, mas que aceita igualmente inscrições vindas do exterior, como forma de potenciar a capacidade instalada para servir a comunidade; em 2017 acolheu 65 crianças;
- Subsídio de Pré-Escolaridade - Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creches, jardim-de-infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 30 € e 90€, de acordo com o nível de remuneração auferida pelo colaborador e em 2017 permitiu apoiar cerca de 400 crianças;
- Bolsa de Estudo - Atribuída aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam obter uma média igual ou superiores a 14 valores entre o 10º ano de escolaridade e o final do ensino superior. Em 2017 foram concedidas 682 bolsas de mérito de classificação, excecionalmente por referência a dois anos letivos (2015/2016 e 2016/2017).

Como complemento destes apoios sociais à escolaridade, a IP concede passes de estudante aos filhos dos trabalhadores que deles necessitem. Em 2017 foram atribuídos 54 passes escolares, aos quais acrescem 19 beneficiários de duas viagens semanais em comboios de longo curso.

Área de Cultura e Lazer

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitem aproximar os seus colaboradores (ou filhos), mantendo o espírito de grupo (festa de Natal), e também proporciona o acesso facilitado a serviços úteis sem que daí decorram custos para a empresa.

- Festa de Natal – Foi organizado um evento no Entroncamento destinado a todos os colaboradores do Grupo IP; foi igualmente oferecido um espetáculo de teatro no Politeama, destinado aos filhos dos colaboradores (até 12 anos), com entrega de presentes no final.
- Descontos e Parcerias – Protocolos estabelecidos com diversas entidades dos mais distintos setores como combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios, farmácias, teatros entre outros, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades. Para 2018, existe o objetivo de aumentar o número de parcerias, e da respetiva qualidade, por forma a proporcionar a todos os trabalhadores o maior número possível de vantagens, nas mais variadas áreas.

Área de Concessões de Viagem

Os trabalhadores ao serviço da IP oriundos da ferrovia mantiveram, nos termos previstos na lei, o direito a viajar gratuitamente no transporte ferroviário. Trata-se de um benefício de extrema relevância no âmbito da atividade profissional, uma vez que esta exige deslocações frequentes por toda a rede ferroviária.

Não sendo possível a desejada extensão de tal medida a outros trabalhadores, por tal estar legalmente vedado, são disponibilizadas pela empresa, sempre que necessário, viagens de serviço através de transporte ferroviário aos colaboradores oriundos da rodovia (ex-EP) e das restantes empresas do grupo.

Iniciativas de Apoio a Associações e Entidades de Caráter Social, Cultural e Desportivo

A IP apoia algumas atividades específicas, de caráter social, cultural e desportivo, levadas a cabo por entidades com ligações diretas à empresa e aos seus trabalhadores.

Em 2017, foram concedidos apoios no montante de 19.000 euros, distribuídos entre alguns grupos desportivos de cariz ferroviário e a Associação dos Lares dos Ferroviários, tendo sido atribuído um subsídio à Casa de Pessoal da IP no montante de 120.000 euros.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.7.1 Na Defesa do Meio Ambiente

No âmbito da promoção da proteção ambiental e desenvolvimento sustentável na IP, o ano de 2017 foi marcado pela continuação da consolidação dos processos relacionados com a gestão ambiental na empresa, em contexto rodoviário e ferroviário.

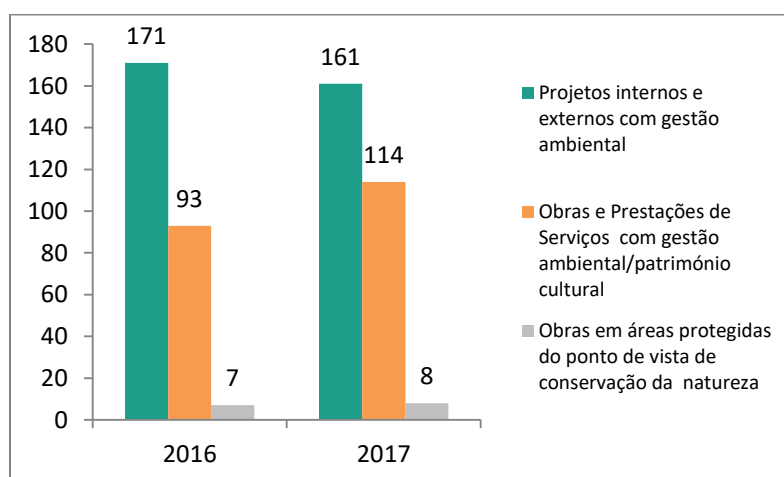
Estes processos são orientados para todo o ciclo de vida das infraestruturas, desde o planeamento, passando pelo projeto, obra, até à operação e manutenção.

Procurou-se ainda que princípios de “eco-conceção” fossem refletidos nos projetos desenvolvidos, através da introdução, sempre que possível, de soluções de reutilização e reciclagem de matérias-primas que conciliassem opções de proteção ambiental com outras necessidades de intervenção na rede, indo ao encontro dos princípios da Economia Circular, promovida pela UE.

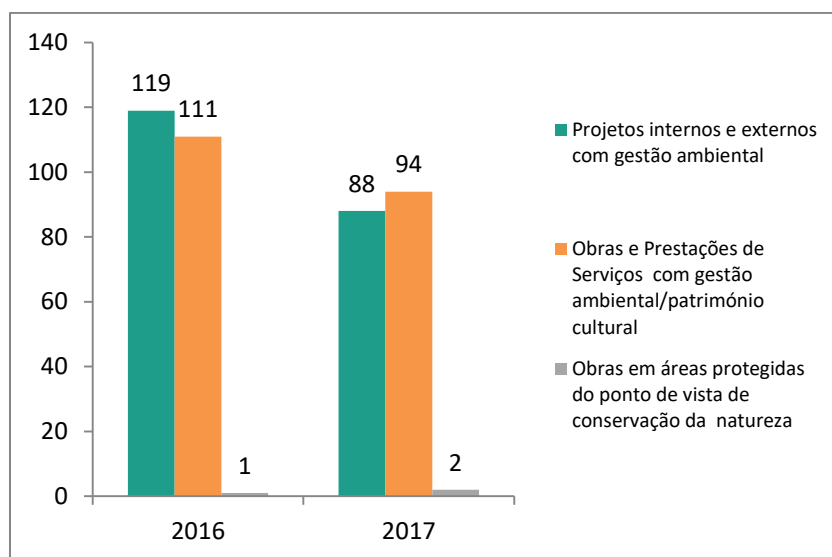
Continuamos a contribuir para a preservação do ambiente e da biodiversidade, orientando o crescimento da Empresa para resultados ambientalmente sustentáveis.

Neste contexto destacam-se as atividades de gestão ambiental em projeto, obra e manutenção desenvolvidas em 2017, onde se procuraram aplicar as melhores práticas ambientais.

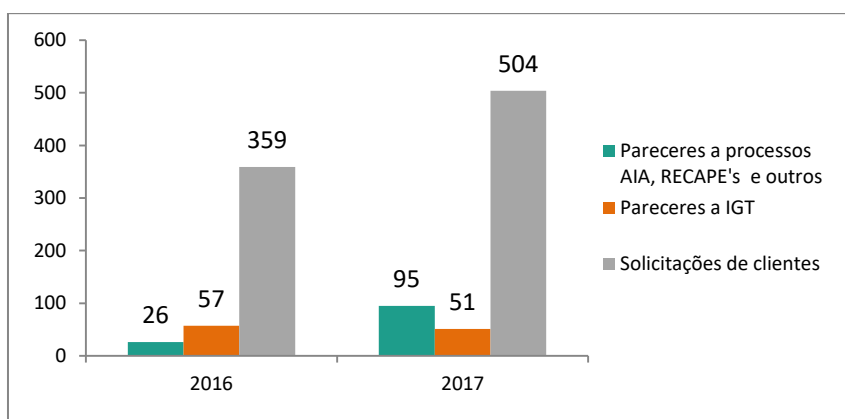
No ano de 2017, ao nível da rodovia destaca-se um ligeiro decréscimo, face a 2016, do número de projetos com gestão ambiental, desenvolvidos internamente e com recurso a contratação externa e um aumento do número de obras e prestações de serviços de manutenção com gestão ambiental e/ou gestão do património cultural.



Na vertente ferroviária em 2017 destaca-se um ligeiro decréscimo quer do número de projetos com gestão ambiental, realizados com recursos internos e externos, quer do número de obras com gestão ambiental e/ou gestão do património cultural, face a 2016.



No âmbito das interações com *stakeholders* externos foram desenvolvidas atividades a vários níveis, das quais se destaca pela crescente expressão que tem vindo a assumir, o número de solicitações e respostas a clientes sobre matérias ambientais, com realce para o âmbito da gestão da arborização e do ruído. Além destas, identificam-se igualmente a participação em processos relativos a Instrumentos de Gestão Territorial e em procedimentos promovidos pelas Autoridades de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), no âmbito do regime jurídico de AIA.



No ano de 2017 foi dada continuidade ao Programa de Monitorização da Mortalidade da Fauna nas estradas, em curso desde 2010, o qual assenta no procedimento regular de registo dos avistamentos de cadáveres de animais no decurso das inspeções das estradas, numa base de dados georreferenciada. Estes dados são geridos e analisados de forma a identificar situações críticas de mortalidade da fauna e propor medidas para a sua minimização, sendo sistematizados em relatórios com periodicidade anual, posteriormente divulgados no site institucional da IP.

Com a implementação destas diretrizes, a IP prossegue os seus objetivos de conservação da biodiversidade a que se propôs no âmbito da sua responsabilidade ambiental, com especial enfoque na componente rodoviária, já que esta problemática não é expressiva na componente ferroviária, pelas características e modo de operação das infraestruturas.

No âmbito da gestão das atividades ambientais das redes em operação, destaca-se a atenção dada ao enquadramento paisagístico das vias, em conciliação com a segurança rodoferroviária e dos proprietários confinantes, e também à atuação no âmbito da gestão de combustível para a prevenção e proteção das florestas contra incêndios, tanto nas faixas adjacentes à rede rodoviária como ferroviária - tendo o ano de 2017 sido especialmente exigente nesta matéria. A empresa neste âmbito prosseguiu ainda um conjunto vasto de ações de inspeção e vistoria pelos seus técnicos, que resultaram em podas, abates e novas plantações.

Ao nível da inovação, destaca-se a continuidade do projeto *Eco Sustainable Rail* (Portugal 2020), que iniciou em julho de 2016 e terminará em junho de 2019, o qual visa o reaproveitamento dos resíduos plásticos, com um grande potencial de transformação, ainda sobejamente subaproveitado, mas que devido aos volumes produzidos e problemas ambientais que acarretam, necessitam de uma cadeia de transformação que lhes proporcione um novo ciclo de vida. O projeto responde ao mesmo tempo à necessidade de se encontrar uma alternativa à travessa de madeira, com a proibição da utilização de biocidas (creosoto), conforme determinado em Diretiva da Comissão Europeia.

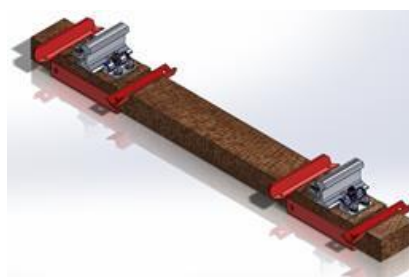
O projeto, que compreende a participação do PIEP, CVR, Extruplás e IP, pretende, com as valências e *know how* que cada uma das entidades possui, desenvolver uma travessa que, por um lado cumpra as exigências técnicas específicas do caminho de ferro, e por outro, desenvolver um processo produtivo adaptado à indústria da reciclagem e reaproveitamento de resíduos plásticos.

O projeto encontra-se numa fase avançada de desenvolvimento, onde por um lado se trabalha na otimização do design da travessa e elementos acessórios, e por outro se aperfeiçoa não só as matérias-primas e processo de fabrico, mas já o próprio comportamento mecânico e químico do que poderá já ser o produto final, que se espera poder vir a aplicar, ainda que ainda que condicionada a um troço experimental, no início de 2019.

Ainda no âmbito da inovação, mas já na temática das Alterações Climáticas, destaca-se a participação de equipas pluridisciplinares da IP em vários consórcios de candidaturas ao H2020, subordinadas ao tema "*Resilience to Extreme Events*", que visam o desenvolvimento de sistemas inteligentes para a gestão das infraestruturas rodoferroviárias, que permitam uma melhor gestão e subsequente atenuação dos efeitos das alterações climáticas sobre a mobilidade, tendo algumas destas já merecido aprovação pela EU.

ECO SUSTAINABLE RAIL

TRAVESSAS DE CAMINHO DE FERRO ECO SUSTENTÁVEIS



5.7.2 Desempenho

A. Materiais

Na atividade da construção e conservação da rede rodoferroviária, são consumidas diversas tipologias de materiais, sendo sempre que possível reutilizados na atividade da IP.

Ao nível da ferrovia registaram-se os seguintes consumos, utilização e reaplicação dos seguintes materiais de via no ano de 2017:

Carril (Km)		
Entradas Novo	Saídas Novo	Saídas Usado
44	139	1

Travessas (Unidades)				
Madeira		Betão (mono e bibloco)		
Entrada Novas	Saída Novas	Entrada Novas	Saída Novas	Saída Usadas
58764	52.219	38.931	77763	22.815

Foram ainda contabilizadas na ferrovia as seguintes reaplicações de materiais de via para uso diferente do original:

Reaplicação de materiais de via para uso diferente do original		
Material	Unidade	Quantidade Total
Travessa de madeira usadas	Unidade	5.492
Carril	Metro	1.449
Cróssima	Unidade	1
Lança	Unidade	2
Poste de catenária	Unidade	8
Equipamento elevação	Unidade	1
Equipamento de movimentação	Unidade	1

Acresce o fornecimento de materiais de via usados preparados para reaplicação:

- Chapins metálicos – 4.698un;
- Barretas metálicas – 438un;
- Grampos Nabla – 2.000un;
- Placas Nabla – 2.000un;
- Tirafundos – 2.300un.

Na rodovia verificaram-se os seguintes consumos de matérias-primas no ano de 2017:

Matérias-Primas	TOTAL
Misturas Betuminosas (m3)	100749,21
Betão (m3)	19254,73
Ferro e Aço (ton)	3183,78
Solos seleccionados para aterros e agregados (m3)	107975,68

Em função da natureza das obras rodoviárias foi possível a utilização de material reciclado na ordem dos 3 a 5%.

Relativamente ao consumo de outros materiais, destaca-se o consumo de papel, tendo-se apurado um consumo de 10,8 toneladas no ano de 2017.

B. Consumo de Energia

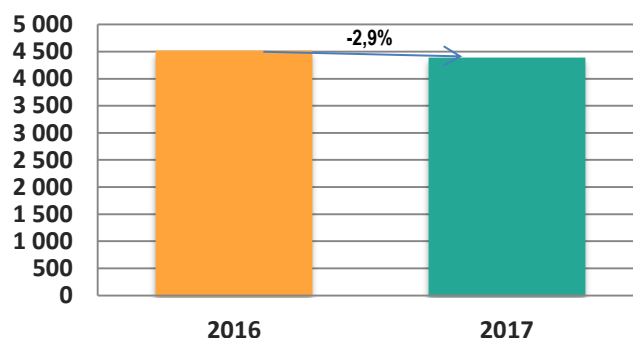
Na IP os principais consumos de energia referem-se aos consumos de eletricidade, combustível e gás.

Consumos de Gás

O consumo de gás em 2017 no Grupo IP foi de 4.257,00 GJ, tendo-se verificado um decréscimo de 1,2%, para o qual terá contribuído a desocupação total do edifício da Estação da Santa Apolónia.

Ano	Consumo (GJ)
2015	4507
2016	4385
2017	4257

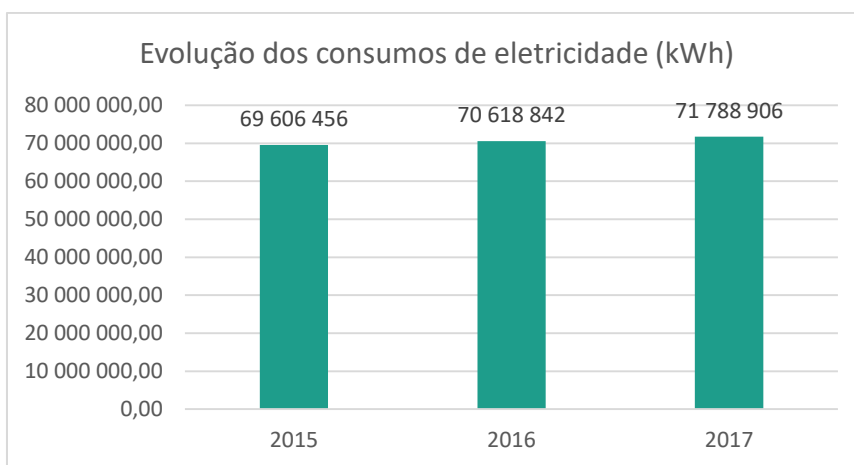
Evolução dos consumos de gás



Consumos de Eletricidade

O consumo global de eletricidade no Grupo IP no ano de 2017 foi de 71.788.906,00 KWh, estando incluídos neste valor os consumos em baixa, baixa tensão especial e média tensão, associados ao funcionamento de edifícios, instalações e equipamento rodoferroviário (semaforização, iluminação pública, etc.), tendo-se verificado um ligeiro acréscimo face a 2016 de cerca de 1,6%.

Ano	Consumo (KWh)	Consumo (GJ)
2015	69.606.456	250.583
2016	70.618.842	254.228
2017	71.788.906	258.440



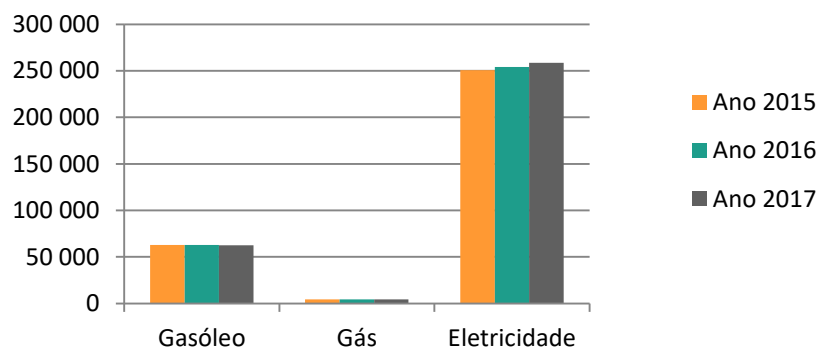
Consumos Energéticos Globais

Tendo por base os vários consumos anteriormente apresentados, foi contabilizado um valor de consumo energético global para o grupo IP de 325.054,00 no ano de 2017, correspondendo a um ligeiro aumento, na ordem de 1% face ao ano de 2016.

Consumo (GJ)			
Fonte de energia	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Gasóleo	62.735	62.735	62.358
Gás	4.507	4.385	4.257
Eletricidade	250.583	254.228	258.440
TOTAL	317.825	321.348	325.055

A distribuição dos vários tipos de consumo energéticos é representada no gráfico seguinte:

Evolução dos tipos de consumos energéticos (GJ)



Verifica-se pelo gráfico anterior que os consumos de eletricidade são os que apresentam maior expressão na Organização, em contraste com os consumos de gás, que assumem pouca relevância face às restantes fontes.

C. Iniciativas para Redução dos Consumos de Energia

Programa – Sustentabilidade Energética no grupo IP “SEE”

A Sustentabilidade Energética no Grupo IP foi marcada no ano de 2017 pelo impulsionamento da Estratégia Energética para 2017-2020. Esta estratégia encontra-se norteada em 7 eixos principais que traduzem a Visão, um conjunto focado de prioridades e um enunciado de medidas que permitem materializar as linhas de orientação instituídas.



A operacionalização da Estratégia Energética compreendeu a execução de diversas ações, abrangendo desde a realização de análises e diagnósticos aos consumos energéticos do Grupo IP, a realização de auditorias energéticas a instalações e/ou equipamentos, a Certificação Energética de Edifícios bem como a implementação de medidas de eficiência energética.

Em 2017 podem destacar-se as seguintes ações:

- Assinatura de protocolo com a ADENE, em matérias relacionadas com a promoção da eficiência energética e das energias renováveis para autoconsumo em edifícios e equipamentos públicos localizados na região de Lisboa e na região Oeste;
- Finalização do diagnóstico e avaliação energética ao Top30 de instalações com consumos energéticos mais significativos no Grupo IP, o que permitiu identificar soluções de eficiência energética, nomeadamente ao nível do comportamento térmico em edifícios, da renovação e/ou modernização de sistemas técnicos instalados, da renovação de sistemas de iluminação, e da implementação de sistemas de produção de energia renovável;
- Desenvolvimento de visitas e diagnósticos à Estação de Entrecampos, ao Túnel de Benfica e aos edifícios que integram o Campus Pragal;
- Desenvolvimento de processos de Certificação Energética de Edifícios em instalações de serviço do grupo IP em Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém;

- Substituição de iluminação existente por outra mais eficiente (T5 ou LED) em estações da Linha do Norte, Linha de Cintura, Linha de Cascais e outras, nomeadamente em locais como plataformas, acessos, átrios, salas de espera;
- Inclusão, nos sistemas existentes, de relógios astronómicos que se ajustam à iluminação natural de cada época do ano;
- Colocação de blackouts interiores e colocação de palas de sombreamento nos vãos envidraçados orientados a sul, visando a melhoria de conforto térmico interior de algumas instalações;
- Substituição de monitores do Sistema de Informação ao Público na Linha do Norte, Linha de Cintura e Linha de Sintra.

D. Consumo de Água

Nos edifícios e instalações afetos à IP a origem da água é essencialmente da rede pública, pelo que não se identificou a afetação de fonte hídricas pelo consumo de água. No ano de 2017 foi contabilizado na IP um consumo total de água de 215.780 m³.

Consumo de água IP (m3)		
2015	2016	2017
220.220	243.691	215.780

E. Biodiversidade

A IP tem sob sua jurisdição cerca de 3 600 km de rede ferroviária (com e sem exploração) e cerca de 13 509 km de rede rodoviária, estando cerca de 12% e 17% desta rede, respetivamente, dentro de áreas protegidas.

Reconhecendo a necessidade de monitorizar os impactes na fauna, a IP implementou um programa de monitorização da mortalidade da fauna nas estradas sob a sua jurisdição, o qual se encontra a decorrer desde 2010. Neste âmbito, procede-se ao registo dos avistamentos de cadáveres de animais no decurso das inspeções das estradas numa base de dados georreferenciada e, com base nestes registos, são identificadas as situações críticas e os pontos negros de mortalidade da fauna com o objetivo de propor medidas para a sua minimização. Nos últimos dois anos, a Universidade de Évora tem colaborado com a IP, ao abrigo do Projeto *LIFE LINES* do qual a IP é parceiro. Neste âmbito a equipa da Universidade está a monitorizar as estradas EN114, EN4 e EN18 no distrito de Évora e envia os seus resultados para a IP que os analisa conjuntamente com os seus dados. No entanto, os dados de 2017 ainda não foram enviados pela Universidade pelo que os resultados seguidamente apresentados incluem apenas os dados recolhidos pelas equipas da IP.

Assim, em 2017 foram registados 2100 atropelamentos de animais, dos quais cerca de 59,5% são silvestres, sendo os restantes 40,5% domésticos. Os mamíferos constituem o grupo mais registado, principalmente os domésticos e os carnívoros selvagens, seguidos das aves, maioritariamente corujas. Estudos recentes têm vindo a demonstrar que, de uma forma geral, os carnívoros e outros mamíferos utilizam as passagens hidráulicas e passagens agrícolas sob a estrada para a atravessarem, e que a disponibilidade destas estruturas pode influenciar positivamente a redução da sua mortalidade nas estradas (e.g. Ascensão, 2005). Neste contexto, os resultados deste programa são levados em consideração na definição de requisitos específicos a incluir nas obras de beneficiação destas passagens ou das estradas, de forma a ponderar a necessidade de incluir medidas de minimização para a fauna. É de salientar que na maioria dos segmentos onde já foram implementadas medidas de minimização tem-se verificado uma redução nos valores de mortalidade da fauna.

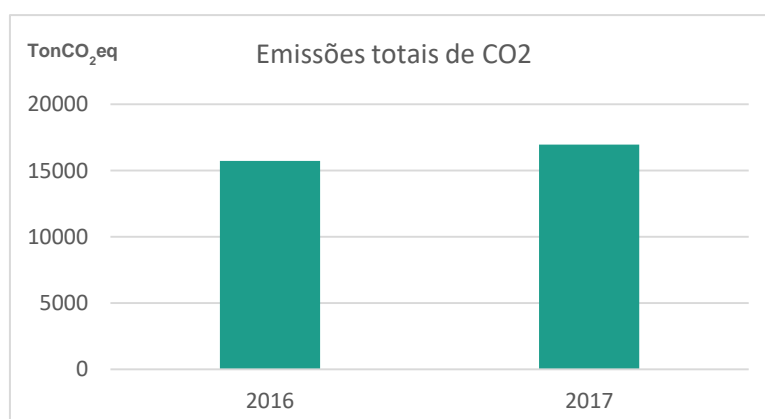
F. Emissões de Gases com Efeito de Estufa

Como emissões diretas foram contabilizadas as emissões de gases com efeito de estufa geradas pela queima de combustíveis fósseis da frota automóvel do Grupo IP e ainda dos consumos de gás. Como emissões indiretas foram apuradas as resultantes do consumo de eletricidade em edifícios, instalações e equipamentos.

Tipo de emissões	2016 (tonCO _{2eq})	2017 (tonCO _{2eq})
Diretas (gasóleo, gás)	4.755,00	5.178,00
Indiretas (eletricidade)	10.970,00	11.776,00
TOTAL	15.725,00	16.954,00

À semelhança de anos anteriores verifica-se ainda que no ano de 2017 as emissões indiretas (eletricidade) continuam a ter maior peso na atividade do Grupo IP.

Constata-se que as emissões globais sofreram um ligeiro aumento face ao ano de 2016, decorrente do maior consumo elétrico e de combustível verificado no ano de 2017.



Tendo por base as emissões do ano de 2017, a intensidade carbónica apurada para o Grupo IP foi de 52 KgCO₂/GJ.

G. Efluentes e Resíduos

No ano de 2017 foi contabilizada a seguinte produção de resíduos na IP resultante da exploração das suas instalações e infraestruturas:

	2016	2017
	Total (ton)	Total (ton)
Total de resíduos produzidos	11.376,00	6.069,96
Total de resíduos para valorização	11.351,00	6.046,55
Total de resíduos para eliminação	25	23,409

	2016	2017
	Total (ton)	Total (ton)
Total Resíduos Perigosos	179	6.367,00
Total Resíduos Não Perigosos	11.198,00	6.063,59

No ano de 2017 verificou-se uma diminuição da produção de resíduos, para a qual contribuiu a progressiva alienação de diversos passivos de resíduos que aguardavam envio para destino final.

Não se registaram derrames significativos de substâncias perigosas no ano de 2017. A descarga de águas residuais nas instalações da IP é efetuada sobretudo nas redes municipais, pese embora a mesma coexista por vezes com ligações a fossas sépticas.

Com base no consumo anual de água de 2017 estima-se que 172.624,00 m³ tenham sido rejeitados na rede de drenagem pública.

5.7.3 Investimentos em Aspetos Ambientais

O investimento em aspetos ambientais assenta em várias vertentes, sendo que a que assume maior preponderância é a relacionada com as atividades ambientais realizadas no âmbito dos contratos de conservação corrente de infraestruturas, que rondou os 7,4 M€. As restantes rubricas de acompanhamento ambiental de empreitadas e de gestão de resíduos totalizaram o montante de cerca 500.000 €.

5.7.4 Compliance

A IP no âmbito da sua atividade, encontra-se abrangida por diversos requisitos legais e normativos ambientais que exigem uma abordagem cuidada na execução das suas atividades, verificando-se no ano de 2017 apenas uma contraordenação de cariz ambiental, relacionada com a gestão das faixas de combustível, contudo de reduzida relevância e valor (< 500,00€).

Para além destes requisitos encontra-se também abrangida na componente rodoviária ao cumprimento dos objetivos de sustentabilidade ambiental constantes do contrato de concessão da IP, os quais se encontram ainda em revisão com o IMT, IP.

5.7.5 Sensibilização

Ao nível da sensibilização e em particular da Biodiversidade, destaca-se a participação da IP num projeto do Programa LIFE que inclui estudos e ensaios de algumas soluções para minimizar a mortalidade da fauna. Este projeto - LIFE LINES Rede de Infraestruturas Lineares com Soluções Ecológicas - coordenado pela Universidade de Évora, tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade. Para assegurar o seu objetivo e resolver um conjunto de problemas identificados (entre os quais a mortalidade e efeito barreira das infraestruturas), o projeto integra um conjunto de ações na sua maioria baseadas em soluções de carácter demonstrativo e inovador.

A IP assume neste projeto os trabalhos de adaptação das infraestruturas às medidas de conservação de biodiversidade definidas, sobretudo para minimização do efeito barreira e da mortalidade. Neste âmbito foram já implementadas as seguintes medidas: instalação de passadiços de fauna em cinco passagens hidráulicas (PH) existentes em estradas abrangidas pelo projeto; reparação e colocação de vedações junto a PH; colocação de redes sobre taludes para evitar a sua colonização por coelhos (que atraem predadores para a estrada); início dos trabalhos de desenvolvimento de uma aplicação móvel (pública e grátis) para registo de atropelamentos de fauna. Adicionalmente foram também desenvolvidas, ao abrigo deste projeto, 2 ações de voluntariado, com os colaboradores da empresa, com o objetivo de sensibilizar e potenciar a mudança de comportamentos dos participantes no que respeita à conservação da natureza. As ações de voluntariado consistiram em (1) semear e plantar em vaso várias espécies a utilizar para posterior plantação em áreas do projeto *LIFE LINES*; (2) controlo/eliminação de plantas invasoras.

5.7.6 Desenvolvimento e Inovação

A temática ambiental está presente ao longo de toda a cadeia de valor da Empresa, procurando-se garantir a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos rodoferroviários, desde a fase de planeamento, passando pela fase de projeto e de construção e culminando na fase de operação e manutenção.

A interiorização da vertente ambiente está cada vez mais instituída nas práticas internas da Empresa, tendo-se efetuado ajustes em procedimentos existentes e criado novos, de forma a, sempre que possível, uniformizar/regular a atuação da Empresa em matérias ambientais.

Neste sentido, procura-se contribuir para um melhor desempenho e competitividade da Empresa no mercado, interiorizando a variável ambiente no quotidiano da IP. As práticas instituídas constituem um suporte para a inovação de processos, numa perspetiva integrada, desde o projeto, à construção, à operação e à manutenção.

É neste contexto que se desenvolve a atividade da Empresa, para a qual foram delineados objetivos de gestão que permitem evidenciar a concretização de diversas ações e metas a atingir.

Apresenta-se nos pontos seguintes uma síntese dos trabalhos desenvolvidos no ano de 2017 no âmbito da inovação relacionada com a gestão ambiental.

A. Desenvolvimento de novas soluções de reabilitação de pavimentos:

Este projeto visou promover o desenvolvimento de novas soluções que permitam à IP melhorar o desempenho dos seus processos de conservação e beneficiação de pavimentos. Outra preocupação presente foi a o desenvolvimento sempre que possível, de soluções, numa ótica de economia circular. A sustentabilidade ambiental foi uma motivação também presente, na escolha de soluções inovadoras. A gestão de ativos, em particular a gestão de pavimentos rodoviários, revelou a necessidade de intervenção de pavimentos com diferentes necessidades estruturais e funcionais que desse ênfase a novas soluções, adequadas às necessidades de intervenção, ao nível da drenagem, da pavimentação, da sinalização e segurança e das obras de arte integradas.

Assim, e perfeitamente alinhada com a estratégia de I&D desenvolvida pela empresa, a Direção de Engenharia e Ambiente promoveu o estudo e desenvolvimento de novas soluções tecnológicas de reabilitação de pavimentos, das quais se apresentam as seguintes:

Âmbito do Estudo: Aumentos de eficiência no controle de propagação de fissuras em pavimentos semirrígidos no controlo de fissuras, com componente ambiental:

Obra: “EN4 - INTERSEÇÃO COM A EN118 PROX. DE MONTIJO (KM18+750) E INTERSEÇÃO COM A EN10 PEGÕES (KM 44+257). REABILITAÇÃO.”

As misturas betuminosas modificadas com betume borracha com elevada percentagem de borracha estão previstas no contexto português para camadas de desgaste, e são correntemente associadas a controlo de ruído por interação pavimento-pneu. São camadas, com espessuras habitualmente compreendidas entre os 0,03 m e 0,06 m (MBR-BBA) e têm contributo estrutural significativo no dimensionamento de um pavimento. Acresce a mais-valia dos benefícios ambientais associados, por o betume modificado com borracha, aproveitar os resíduos originados pelos pneus em fim de vida,

As membranas de controlo de fendilhamento são habitualmente geotêxtis, geogrelhas ou misturas betuminosas delgadas do tipo SAMI ou argamassas betuminosas modificadas com polímeros, de reduzida espessura, inferior a 0,03 m, e insipiente contributo estrutural (salvo o caso particular de algumas geogrelhas, como as geogrelhas com fibras de carbono).

No presente caso propõe-se a execução de uma camada habitualmente usada como desgaste, numa camada de ligação, para beneficiar do contributo da viscosidade do betume borracha no controlo de fendilhamento originado pela camada subjacente tratada com ligante hidráulico. Adicionalmente, e numa ótica de economia circular, existe o aproveitamento um resíduo: borracha de pneus, para incorporação num material de pavimentação: betume modificado com borracha. Este tipo de betumes, têm um desempenho superior que os tradicionais, contribuindo de forma significativa a viscosidade dos mesmos.

Âmbito do Estudo: Incorporação de agregado siderúrgico inerte para construção em misturas betuminosas para pavimentação

Obra: IC1 (EN120) - ENTRONCAMENTO COM A EM 120 (ALCÁCER DO SAL) (KM 3+400) E O ENTRONCAMENTO COM O IC33 (GRÂNDOLA NORTE) (KM19+100). BENEFICIAÇÃO."

No âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) aprovado em DR a 11 de dezembro de 2017, o Governo quer implementar a nível nacional este novo conceito que assenta em quatro pontos fundamentais: Prevenção, Redução, Reutilização, Recuperação e Reciclagem de Materiais e Energia. Esta abordagem substitui o conceito de "fim de vida" da economia linear por novos fluxos circulares, que visam dissociar do crescimento económico o aumento do consumo dos recursos naturais.

Constitui um objetivo do Governo e do PAEC, incentivar as empresas a adotarem atitudes preventivas, planeando a sua estratégia face a um contexto de mudança e reinventando, se necessário, o seu produto, processo ou modelo de negócio de modo a garantir a sustentabilidade da economia em geral.

O setor da construção detém a maior fatia na produção de resíduos (40%) no conjunto dos setores industriais. É reconhecido a nível internacional (EU, ONU) que mais de 50% dos Gases com Efeitos de Estufa (GEE) estão relacionados com a quantidade de matérias-primas utilizadas.

Ao nível do setor da construção em Portugal, a utilização de matérias-primas representa cerca de 53% na estrutura dos custos de produção. Ao nível das misturas betuminosas o custo das matérias-primas representa cerca de 60 a 70% do custo de produção.

Pela importância que a rede rodoviária e o seu nível de serviço têm ao nível na Economia Nacional, é imprescindível que existam soluções eficazes que possam contribuir para as metas definidas para as ações do PAEC quer ao nível do Plano Nacional de Reformas (valorizar o território) quer no que respeita ao Compromisso para o Crescimento Verde (promover a eficiência no uso dos recursos e contribuir para a sustentabilidade).

Este projeto insere-se numa ótica de Economia Circular, e espelha as preocupações da IP em manter um alinhamento estratégico com o PAEC.

No âmbito do Programa de Investigação e Inovação do LNEC e de um contrato estabelecido entre esse Laboratório e a Siderurgia Nacional, tem vindo a ser desenvolvido um projeto de investigação com vista possibilitar a incorporação de Agregado Siderúrgico Inerte para Construção (ASIC) em misturas betuminosas para a pavimentação. Após a conclusão dos estudos laboratoriais desenvolvidos pelo LNEC, esse Organismo considerou imprescindível proceder à construção de um trecho experimental, que validasse os resultados laboratoriais obtidos.

É da necessidade da construção de um trecho experimental que surge o presente projeto. A cooperação da IP com o LNEC a desenvolver com este projeto, consiste, então, na disponibilidade, por parte da IP,

de um troço da rede rodoviária para a execução do trecho experimental, inserido numa empreitada de construção e/ou conservação/ reabilitação que esteja ou venha a decorrer.

Assim, o objetivo deste projeto é incorporar o ASIC num dos trechos de via da concessão da IP. Os trabalhos a desenvolver pela Direção de Engenharia e Ambiente no âmbito deste projeto são a análise de documentação técnica com vista à preparação de proposta para elaboração de trecho experimental e o suporte técnico necessário ao acompanhamento dos trabalhos pavimentação do trecho experimental.

O trecho experimental a construir terá o acompanhamento próximo dos técnicos da IP (DEG e DRR) e do LNEC, com a definição dos requisitos relativos ao controlo de qualidade da obra. O LNEC procederá ao acompanhamento do processo de fabrico e de aplicação em obra das misturas betuminosas com ASIC, recolherá amostras da mistura para ensaios laboratoriais (definidos no controlo de qualidade em parceria com a IP) e procederá à avaliação da resistência à deformação permanente. Posteriormente, aquando da via em serviço, serão efetuadas campanhas de ensaios “*in situ*” para avaliar as características de deformabilidade do pavimento construído com incorporação de ASIC através de ensaios com o defletómetro de impacto.

Caso o trecho experimental confirme os estudos até agora desenvolvidos pela Universidade do Minho e LNEC, e simultaneamente o ASIC ateste e verifique a conformidade com os requisitos de aceitação, das especificações técnicas estipuladas no Caderno de Encargos Tipo Obra (CETO) da IP referentes aos agregados naturais incorporados nas misturas betuminosas, julga-se que poder-se-á estar a iniciar uma nova etapa do tipo de materiais a utilizar nos trabalhos de pavimentação com ganhos significativos, desde os ganhos indiretos de ordem ambiental até aos ganhos diretos, nomeadamente numa eventual diminuição de espessuras das camadas betuminosas a utilizar nas estruturas de pavimentação, melhoria das características funcionais do pavimento e constituição de camadas de melhor desempenho e mais durabilidade;

5.8 SERVIÇO AO CLIENTE

A IP, enquanto empresa gestora de mobilidade multimodal, tem como desígnio a prestação de um serviços de mobilidade sustentáveis, seguros e eficientes, tendo sempre presente as necessidades dos clientes e beneficiários em geral da sua atividade.

Apresentam-se nos pontos seguintes alguns aspetos que consideramos relevantes, quer no que respeita à visão que temos do serviço ao cliente, quer de alguns dos serviços de proximidade que prestamos no âmbito da nossa atuação.

5.8.1 PRESTAÇÃO TRANSPARENTE DE SERVIÇOS

O Diretório da Rede, publicado anualmente, enuncia de forma transparente e não discriminatória, as condições de acesso à rede ferroviária, descreve os serviços que presta e divulga os princípios de tarifação e o tarifário.

Os princípios de gestão ética e serviço responsável ao cliente, na componente repartição da capacidade traduzem-se no seguinte:

- A IP cumpre os procedimentos de repartição da capacidade de forma equitativa e não discriminatória, em respeito do direito da União Europeia, de modo a permitir a sua utilização eficaz e eficiente;
- A repartição da capacidade da infraestrutura respeita as obrigações constantes dos contratos de concessão de exploração de serviço de transporte ferroviário, ou de outros contratos de serviço público, celebrados pelo Estado;
- É respeitado o sigilo comercial sobre todas as informações prestadas pelos Operadores Ferroviários.

5.8.2 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

A avaliação da Satisfação dos Clientes Ferroviários, que inclui os operadores ferroviários e também os clientes finais é um dos indicadores abrangidos pelo Contrato Programa celebrado em 11 de março de 2016, entre a IP e o Estado Português e para o qual estão estabelecidos objetivos de desempenho no período 2016-2020.

Em 2016 foi efetuado um estudo de satisfação dos clientes finais e dos operadores ferroviários, no entanto em 2017, considerando (i) que a realização dos inquéritos pressupõe a adoção de um conjunto de medidas cujos resultados não são visíveis num horizonte de um ano, (ii) os custos associados à realização dos inquéritos de satisfação e (iii) a circunstância da evolução da opinião dos clientes ter alguma estabilidade no horizonte de dois anos, não foi efetuado o inquérito de satisfação aos clientes. O valor do indicador do Contrato Programa Ferroviário “Satisfação dos Clientes Ferroviários” para 2017 correspondeu assim ao valor apurado em 2016, que foi de 55,7%.

5.8.3 TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES, INFORMAÇÕES E SUGESTÕES

A IP tem procurado melhorar continuamente a relação com os seus clientes, disponibilizando-lhes um atendimento de proximidade e conveniente. Assim, encontram-se em funcionamento pontos de atendimento presencial em 17 dos 18 distritos do país, sendo que o atendimento nos distritos de Lisboa e Setúbal é realizado na sede, no Campus do Pragal.

A IP dispõe igualmente de linhas de apoio telefónico seja através do número institucional, 212 879 000 ou o 707 500 501, que permite aos clientes optar por três serviços distintos:

Opção 1 – RECLAMAÇÕES, disponível todos os dias das 09:00 às 23:00 horas;

Opção 2 – INFORMAÇÃO DE TRÂNSITO E ASSISTÊNCIA, disponível 24 h/dia;

Opção 3 – PORTAGENS, disponível igualmente 24 h/dia.

O atendimento *online*, encontra-se disponível no website institucional, na área “Fale Connosco”.

5.8.4 CENTRO DE CONTROLO DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO

O Centro de Controlo de tráfego da IP, a funcionar 24 horas por dia, assegura, a coordenação e gestão do sistema integrado de informação rodoviária, em particular do tráfego, que permite apoiar a operação e a exploração da rede rodoviária nacional com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Tendo como foco o cliente da infraestrutura rodoviária e como principal objetivo a melhoria da qualidade de serviço, com destaque para as condições de circulação e segurança na rede rodoviária, o sistema inclui não só a informação de tráfego em tempo real, mas também a sinistralidade e as diversas ocorrências na rede. Todo este sistema de informação é gerido numa plataforma informática específica.

A informação é recolhida através dos diversos equipamentos de telemática rodoviária instalados na rede, das unidades móveis que percorrem as vias, das forças de segurança e, também, dos clientes da infraestrutura através da disponibilização do contacto telefónico 707 500 501, opção 2, para informação de tráfego e pedidos de assistência.

A interação com o cliente é realizada por diversos meios de comunicação que incluem os Painéis de Mensagem Variável instalados na rede, a produção de boletins informativos (canal online, rádios e televisão), o portal estradas.pt e, no caso de necessidade de apoio direto, a intervenção das unidades móveis.

5.8.5 CENTROS DE COMANDO OPERACIONAL

Centros multidisciplinares (Porto, Lisboa e Setúbal), dotados dos mais modernos sistemas de telecomando e de apoio à exploração ferroviária, que agregam, para além do sistema de informação ao público, as seguintes funções: gestão da circulação (supervisão), comando e controlo da circulação (operação), permanente de infraestruturas e telecomando da catenária.

5.8.6 ACESSIBILIDADES, TELEMÁTICA E ITS

O investimento efetuado no desenvolvimento e melhoria das infraestruturas de Acessibilidades, Telemática e ITS geram resultados operacionais positivos, relacionados com a qualidade do serviço prestado ao cliente, tanto, na vertente rodoviária como ferroviária.

Os resultados positivos destes investimentos são percecionados pelo cliente final de forma direta e indireta. De forma direta, através de sistemas que permitem a interação imediata com o cliente, de que são exemplo os sistemas de informação ao público, sistemas de apoio e emergência, sistemas de segurança de pessoas e bens, de forma indireta, através dos sistemas e redes que de forma invisível mas determinante, contribuem para a disponibilidade das infraestruturas de transporte rodoferroviário, de que são exemplo as redes de comunicações críticas, fixas e móveis, de suporte aos sistemas de Exploração da Rede Rodoferroviária, assim como todos os subsistemas conexos que permitem a operacionalidade da rede.

5.8.7 Centro de Limpeza de Neve da Serra da Estrela

O Centro de Limpeza de Neve da Serra da Estrela (CLN) foi criado em 1971, situado a uma altitude de 1650 m, junto à estrada EN339, mais concretamente nos Piornos. Constitui um posto avançado onde se encontram os recursos que asseguram o objetivo de manter as condições de circulação e segurança de exploração da rede rodoviária nacional dos distritos da Guarda e Castelo Branco numa rede com um total de cerca de 290 km, dos quais cerca de 128 km no maciço central da Serra da Estrela.

A instalação de Piornos é o principal centro de operações onde atualmente estão sediados os equipamentos e os recursos humanos que atuam maioritariamente na parte central da Serra da Estrela.



De forma a resolver a necessidade de intervir em tempo útil do lado Norte da Serra foi construído no ano de 2005 o Centro de Limpeza de Neve do Sabugueiro (CLNS).

Em 2017 verificou-se um investimento tanto em instalações como na aquisição de equipamentos, de forma a assegurar uma melhor capacidade de resposta às necessidades dos utilizadores da rede.

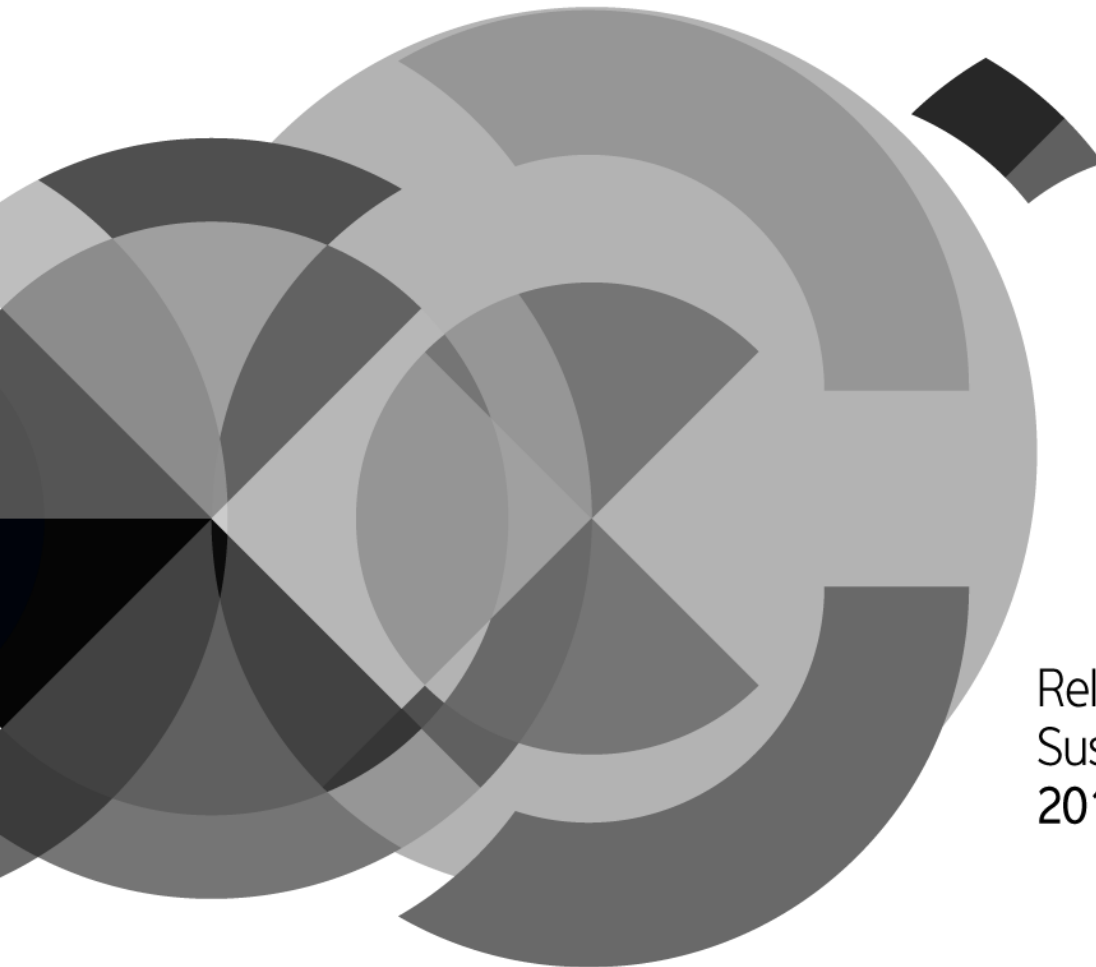
Neste contexto as instalações foram objeto, em 2017 de uma profunda renovação, ao nível das instalações sociais, habitação e oficinas. Para além do silo de sal-gema instalado no Sabugueiro, operacional desde 2015 e com capacidade para 60 toneladas, em 2017 procedeu-se à instalação de um novo Silo na Guarda, com idêntica capacidade.

Quanto aos Equipamentos para intervenções de limpeza de neve, no ano de 2017 procedeu-se ao início da renovação da frota, com a aquisição de 1 Rotativa e 2 Limpa Neves, num total de investimento de 800 000€.

Atualmente o centro de Limpeza de Neve está dotado de 5 Limpa-neves, 2 Rotativas, 1 Giratória, 1 Retroescavadora, 3 Viaturas de apoio.



Foi ainda concretizada a instalação de uma rede de comunicações rádio na Serra da Estrela, com repetidores no Centro de Limpeza das Neves em Piornos, Sabugueiro e Torre, tendo também sido equipadas treze viaturas com rádios de cabine e disponibilizados terminais rádio às equipas operacionais. O novo sistema possibilita um conjunto de funcionalidades que incrementam a segurança da operação, nomeadamente, chamadas de grupo e chamada de emergência (sobreposição de chamada prioritária às convencionais).



Relatório de
Sustentabilidade
2017

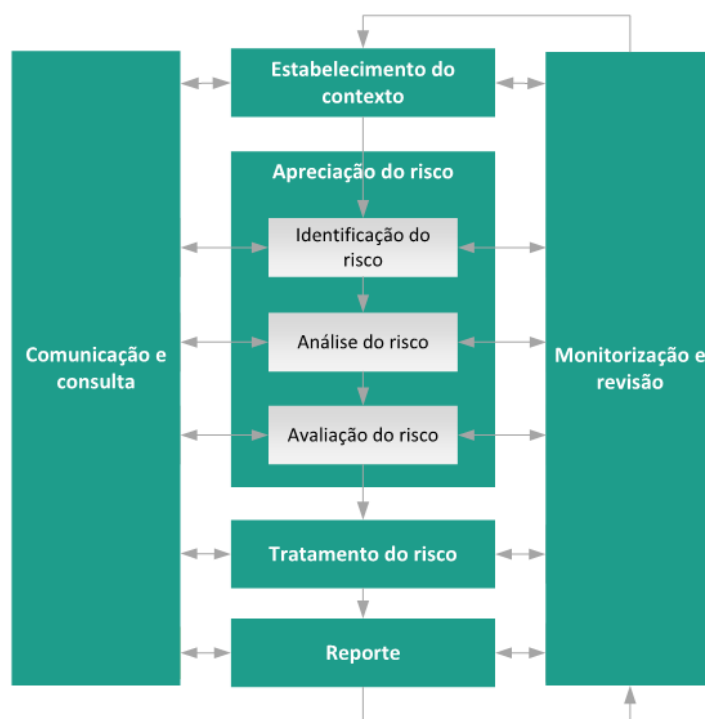
6 GESTÃO DO RISCO

6. GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento das suas atividades, o Grupo IP está sujeito a uma multiplicidade de riscos. Nesse sentido, o processo de gestão destes riscos foi definido em linha com os objetivos de negócio do Grupo e tendo por base a partilha de serviços especializados e uma estratégia corporativa de gestão dos riscos integrada e transversal a todo o Grupo e suportada na NP ISO 31000:2013.

Assim, e desde 1 de junho 2015, a promoção e dinamização do processo de gestão dos riscos corporativos está atribuída à Direção de Risco e Compliance da IP (DRC), sendo esta a unidade orgânica responsável por garantir a existência de uma metodologia de gestão do risco que assegura a identificação e compreensão dos principais riscos corporativos das empresas do Grupo IP, bem como a respetiva análise e a determinação do tratamento a aplicar.

Neste âmbito, importa destacar o Procedimento interno GR.PR.006 – Gestão do Risco, aplicável transversalmente a todo o Grupo IP, no qual se define a metodologia de gestão do risco, assente na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitorização e comunicação dos riscos corporativos, bem como são alocadas as principais responsabilidades dos intervenientes neste processo, conforme figura seguinte:



Na fase inicial do processo, a DRC identifica o contexto/ambiente interno e externo do Grupo IP, e posteriormente, em articulação com os responsáveis das várias Unidades Orgânicas/Empresas Participadas, promove a realização de inúmeras sessões com vista à identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos com potencial de impacto na concretização dos objetivos e atividades do Grupo IP.

Na fase de identificação, os riscos são elencados e caracterizados, sendo agrupados em 6 categorias relevantes, a saber:

Financeiro	Riscos associados a liquidez, taxa de juro e de crédito	Na
Negócio	Riscos associados a planeamento, conceção, execução, monitorização e controlo, nas áreas que contribuem para o negócio das Empresas do Grupo	
Operacional	Riscos associados a processos internos, infraestruturas, capital humano e recurso ao <i>outsourcing</i>	
Regulação e Compliance	Riscos associados a leis, regulamentação, normas, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos	
Reputacional	Riscos associados à perceção da imagem pública da instituição por parte de acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, órgãos de imprensa, opinião pública em geral e demais <i>stakeholders</i>	
Tecnológico	Riscos associados a infraestruturas tecnológicas críticas, de segurança de informação, de integridade e flexibilidade dos sistemas	

sequência da identificação dos riscos, procede-se à determinação do seu nível de risco, tendo em consideração a sua probabilidade de ocorrência (frequência prevista) e o seu potencial impacto/consequências na organização.

A probabilidade de ocorrência de cada risco é analisada de acordo com os seguintes critérios:

		IMPROVÁVEL	REMOTA	OCASIONAL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL
CLASSIFICAÇÃO		1	2	3	4	5
Descrição	Qualitativa	A ocorrência do risco é praticamente impossível	A ocorrência do risco é remota, mas concebível	A ocorrência do risco pode verificar-se ocasionalmente	A ocorrência do risco é provável	É quase certo que o risco vai ocorrer
	Intervalos de probabilidade	$0,00^* \leq P < 0,05$ (*não se prevê ocorrência)	$0,05^* \leq P < 0,15$ (*ocorre 1 vez em cada 20 anos em média)	$0,15^* \leq P < 0,35$ (*ocorre 1 vez em cada 7 anos em média)	$0,35^* \leq P < 0,65$ (*ocorre 1 vez em cada 3 anos em média)	$0,65^* \leq P < 1$ (*ocorre pelo menos 1 vez em cada 1,5 ano em média)

Nota: Os intervalos de probabilidades só deverão ser tidos em consideração se houver conhecimento do histórico

E o impacto é analisado em 4 vertentes, conforme evidenciado no quadro seguinte:

		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
CLASSIFICAÇÃO		1	2	3	4	5
Impacto financeiro ⁽¹⁾ (custo)		I ≤ €6.000	€6.000 < I ≤ €30.000	€30.000 < I ≤ €150.000	€150.000 < I ≤ €750.000	I > €750.000
Impacto na vida humana		Sem impacto (sem lesões corporais)	Lesões sem qualquer tipo de incapacidade	Lesões com incapacidade temporária	Lesões com incapacidade permanente	Vítima mortal
Impacto legal ⁽¹⁾ (Multas/Coimas/Juros)		I ≤ €500	€500 < I ≤ €2.500	€2.500 < I ≤ €5.000	€5.000 < I ≤ €20.000	I > €20.000
Impacto Reputacional ^{(1) + (2)}	Qualitativa	Sem impacto	Afeta ligeiramente a imagem da IP	Afeta de forma considerável a imagem da IP	Afeta muito a imagem da IP	Má reputação
	Quantitativa	• Sem Projeção mediática negativa	• Projeção mediática negativa a nível regional inferior a 10 dias	• Projeção mediática negativa a nível regional durante 10 ou mais dias	• Projeção mediática negativa a nível nacional inferior a 10 dias	• Projeção mediática negativa a nível internacional • Projeção mediática negativa a nível nacional durante 10 ou mais dias

(1) Os montantes indicados reportam-se sempre ao somatório de todos os impactos que potencialmente possam ocorrer durante um ano.

Exemplo relativo a Impacto legal:

A ocorrência de um risco é passível de aplicação de uma coima no valor de 3.000,00€

Se for expectável que o risco ocorra 3 vezes no período de 1 ano, o impacto a ter em conta deverá ser: 3 coimas x 3.000,00€ = 9.000,00€

Assim, a classificação a considerar deverá ser nível 4 - ALTO, relativo ao intervalo €5.000 < I ≤ €20.000

(2) A descrição quantitativa do nível de projeção mediática só deve ser tida em conta se houver conhecimento do histórico de notícias

O impacto final do risco é apurado com base na classificação atribuída a cada uma das quatro vertentes de impacto, conforme fórmula seguinte:

$$\text{Impacto Final} = \frac{\text{Impacto Financeiro} + \text{Impacto na Vida Humana} + \text{Impacto Legal} + \text{Impacto Reputacional}}{4}$$

A aplicação conjunta da classificação da probabilidade e do impacto final determina o nível de risco, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{Nível de Risco} = \text{Probabilidade} \times \text{Impacto Final}$$

O nível de risco é classificado numa escala de quatro níveis, tal como ilustrado na figura seguinte:

PROBABILIDADE	5	Moderado	Elevado	Elevado	Muito Elevado	Muito Elevado
	4	Baixo	Moderado	Elevado	Elevado	Muito Elevado
	3	Baixo	Moderado	Moderado	Elevado	Elevado
	2	Baixo	Baixo	Moderado	Moderado	Elevado
	1	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Moderado
		1	2	3	4	5
		IMPACTO				

Para dos quatro intervalos do nível de risco, corresponde uma resposta – aceitar, tratar (mitigar e/ou partilhar) ou evitar:

INTERVALOS	NÍVEL DO RISCO	RESPOSTA AO RISCO	
[1 ; 4]	Baixo	Aceitar	Não é identificada nenhuma ação para alterar a probabilidade ou o impacto do risco. São aceites as consequências do risco, caso este ocorra, com base numa decisão informada. ⁽¹⁾
[5 ; 9]	Moderado	Mitigar/Partilhar	Mitigar - São definidas ações para reduzir a probabilidade do risco, o seu impacto ou ambos.
[10 ; 16]	Elevado		Partilhar - São determinadas ações para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco pela transferência ou partilha do mesmo ou de parte com terceiro(s).
[17 ; 25]	Muito Elevado		
Qualquer intervalo	Qualquer nível de risco	Evitar	São eliminadas as atividades que dão origem ao risco (decisão de não iniciar ou não continuar a atividade portadora do risco)

(1) Exceto nos casos em que o risco tiver impacto de nível de 5 em alguma das quatro vertentes consideradas.

Na sequência da determinação da resposta ao risco, o Dono do Risco³ identifica e descreve a(s) proposta(s) de tratamento do risco a implementar incluindo a identificação dos responsáveis, custos e prazos previstos de implementação e o risco residual esperado após a implementação.

A aplicação do princípio da precaução é, por essa via plenamente assegurada no processo de gestão do risco, através da identificação, avaliação e definição de medidas eficazes de prevenção, mitigação e controlo dos riscos corporativos com impacto na atividade do Grupo IP.

A DRC procede, ainda, ao acompanhamento da implementação das medidas de tratamento, de acordo com a seguinte periodicidade:

Nível de Risco	Base Temporal de Monitorização
Baixo	Anual
Moderado	Anual
Elevado	Semestral
Muito Elevado	Trimestral

Tratando-se de um processo dinâmico, o modelo de gestão do risco do Grupo IP prevê igualmente que, no âmbito da melhoria contínua, se proceda, anualmente, à revisão de todas as atividades do processo de gestão do risco, ou seja, à reverificação de que o contexto, os resultados da identificação, da análise e da avaliação dos riscos levantados permanecem atualizados e adequados à realidade, sendo adicionalmente, e sempre que justifique, identificados novos riscos.

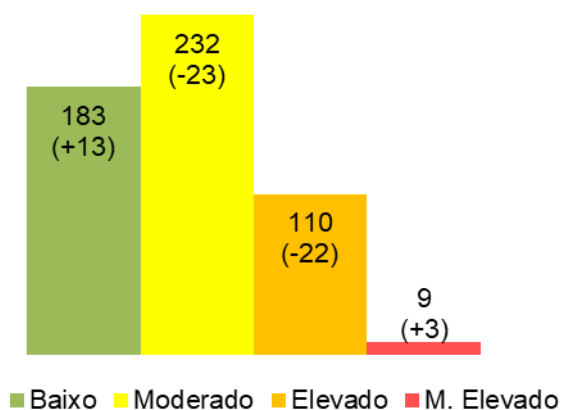
Da implementação do modelo de gestão do risco descrito, foram identificados, relativamente a 2017, 534 riscos com a seguinte distribuição:

³ Pessoa ou entidade com a responsabilidade e com a autoridade para gerir o risco. Na IP é o responsável de 1º nível de cada uma das UO, e nas empresas participadas corresponde, por regra, ao Diretor-Geral ou outro que venha a ser designado pela Administração.

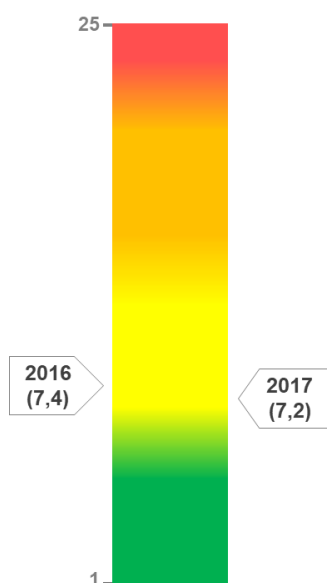
5	15	39	22	9	
4	13	79	35	5	
3	15	68	45	8	1
2	13	109	16	7	
1	1	16	13	3	2
	1	2	3	4	5

IMPACTO

A atual distribuição dos 534 riscos identificados, de acordo com o seu nível de risco, é a seguinte:



Em consequência das medidas já implementadas e da implementação, em 2017, de 454 novas medidas, verificou-se uma redução da exposição do Grupo IP ao risco, a qual, em 2016 apresentava um valor médio de 7,4 e atualmente de 7,2:



Acresce que, em resultado da política de apetite ao risco da Organização, 329 dos 534 riscos identificados em 2017 serão alvo de tratamento, estando já preconizadas 597 medidas de tratamento do risco para esse efeito.

Em sede de instrumentos de prevenção e monitorização de riscos relacionados com a corrupção, destaca-se o levantamento e apreciação dos riscos corporativos e, em resultado da referida atividade, a elaboração, com uma periodicidade anual, do Plano de Gestão de Riscos de Gestão, neste se incluindo os riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

No que respeita especificamente aos riscos, direta e indiretamente, relacionados com fenómenos de corrupção e infrações conexas, e relativamente ao universo dos 534 riscos corporativos do Grupo IP, estão identificados 44 riscos (aprox. 8% do total dos riscos) os quais, por sua vez, são objeto de tratamento e monitorização em linha com a política de resposta ao risco do Grupo IP.

No âmbito da comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção em 2017 destaca-se:

- A elaboração do Regulamento de Funcionamento do Júri, que integra a minuta de declaração de inexistência de conflito de interesses a subscrever, designadamente, pelos membros do júri e peritos no âmbito dos procedimentos de contratação (em fase de aprovação);
- A organização do *Workshop* subordinado ao tema “Concorrência e Prevenção da Corrupção” com a participação da Autoridade da Concorrência e do Conselho de Prevenção da Corrupção;
- A atividade pedagógica sobre o tema do combate e prevenção da corrupção, designada “ATL Cidadania”, realizada em parceria com o Conselho de Prevenção da Corrupção e integrada no programa de Ocupação de Tempos Livres dos filhos dos Colaboradores das empresas do Grupo IP;
- O questionário *online* “EtiQuiz”, dirigido a todos os colaboradores do Grupo IP, com especial enfoque nas matérias do conflito de interesses e transparência;

- A monitorização do cumprimento da norma do Código de Ética relativa ao reporte do registo das ofertas aceites.

No âmbito do combate à corrupção identificam-se as seguintes políticas e procedimentos implementados no Grupo IP:

- Estrutura orgânica do Grupo IP e aprovação do Manual de Organização com definição da missão e atribuições de cada Direção/Departamento/Gestão de Unidade/Função de responsabilidade;
- Processos de negócio e respetivos procedimentos, com definição de responsabilidades e funções específicas;
- Delegação de Competências (com subdelegação de poderes), que compreende as competências e autorizações aplicadas às várias Direções/ Departamentos/ Funções de responsabilidade, de acordo com as suas atribuições e conteúdos funcionais;
- Código de Ética do Grupo IP, que formaliza normas de conduta pessoal e profissional aplicadas a todos os colaboradores, assumindo o Grupo IP um compromisso perante os valores éticos numa ótica de rigor, transparência e integridade;
- Política de Comunicação de Irregularidades;
- Definição de Boas Práticas através da criação das fichas de “*Best Practices*” e sua implementação, designadamente, no processo de contratação, supervisão e aprovação de normativos internos e integração sistemas logístico financeiros.

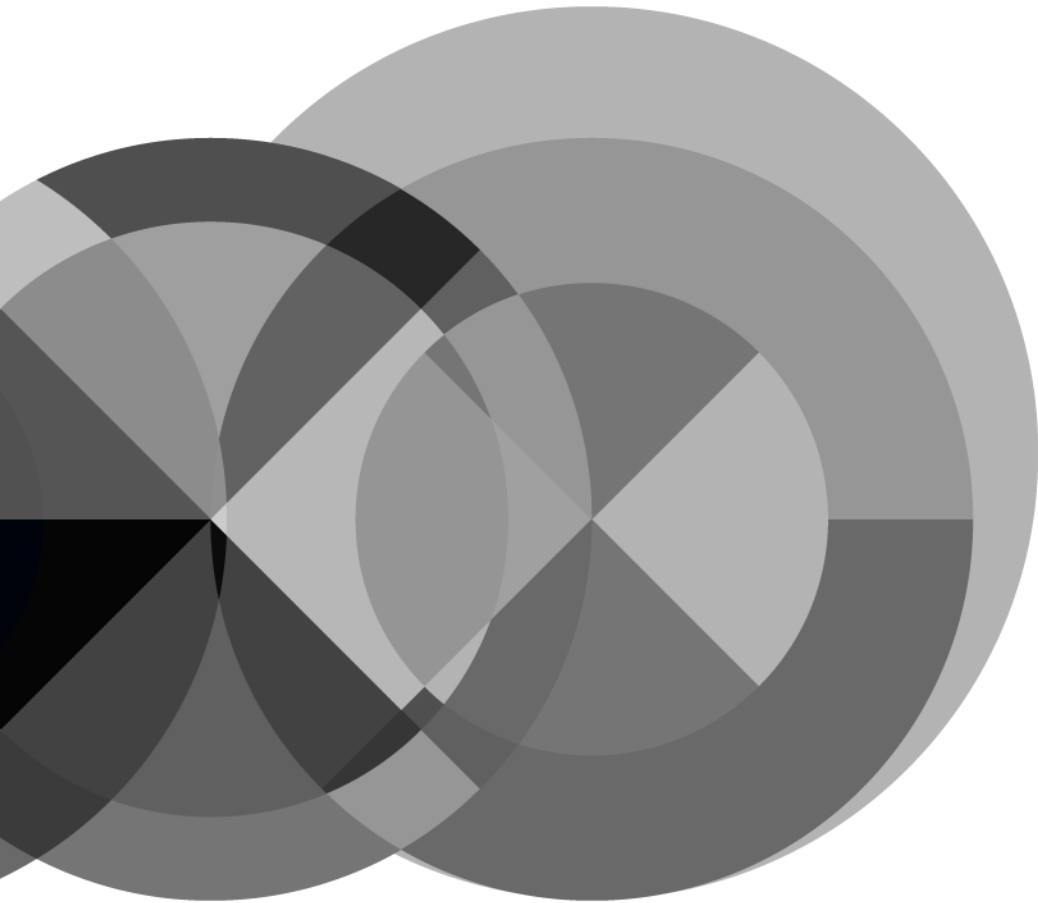
As políticas e procedimentos referidos integram o sistema de controlo interno implementado no Grupo IP.

Cabe ainda referir que no Grupo IP se encontram formalizados e divulgados o Estatuto de Auditoria Interna e o Manual de Auditoria Interna, compreendendo este, designadamente, princípios, enquadramento e gestão da função de auditoria interna e das suas ações.

Assinala-se ainda relativamente a formação dos Auditores Interno de 2017, a frequência do curso “Workshop Prevenção e Investigação da Fraude”, ministrado pela PwC.

No decurso de 2017 não foram confirmadas quaisquer situações de corrupção no Grupo IP.

A IP acredita que irá realizar a maior ação de voluntariado de sempre no Grupo IP, marcando a diferença como cidadãos e como Empresa, demonstrando o nosso poder de solidariedade.



Relatório de
Sustentabilidade
2017

7

DIVULGAÇÃO DA DIVERSIDADE NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO

7. DIVULGAÇÃO DA DIVERSIDADE NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO

O Grupo IP reconhece os benefícios da diversidade no seio dos seus órgãos de administração e cargos de dirigentes como forma de assegurar maior equilíbrio na sua composição, melhorar o desempenho dos seus membros, reforçar a qualidade dos processos de tomada de decisão e de controlo, assim como contribuir para o desenvolvimento sustentável do Grupo.

Cargo	Género	Inferior a 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Superior a 50 anos	TOTAL Nº	%
		< 30 anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 anos		
Mandato CAE	F		1		1	10%
	M		2	7	9	90%
TOTAL		0	3	7	10	100%

Cargo	Género	Inferior a 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Superior a 50 anos	TOTAL Nº	%
		< 30 anos	Entre 30 e 50 anos	> 50 anos		
Dirigente	F		62	21	83	36%
	M		90	57	147	64%
TOTAL		0	152	78	230	100%

Almada, 28 de junho de 2018

O Conselho de Administração Executivo,

Presidente António Carlos Laranjo da Silva

Vice - Presidente José Saturnino Sul Serrano Gordo

Vice - Presidente Carlos Alberto João Fernandes

Vogal Alberto Manuel de Almeida Diogo

Vogal Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira

Vogal Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa



**Infraestruturas
de Portugal**

Infraestruturas de Portugal, SA
Campus do Pragal · Praça da Portagem
2809-013 ALMADA · Portugal

Tel. +(351) 212 879 000
e-mail ip@infraestruturasdeportugal.pt
Capital Social 4 045 375 000,00 €
NIF 503 933 813

www.infraestruturasdeportugal.pt



IP Engenharia

IP Engenharia, SA
Rua José da Costa Pedreira, 11
1750-130 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 217 511 700
Fax +(351) 217 540 600
e-mail info@ipengenharia.pt
Capital Social 1 500 000,00 €
NIF 500 440 131

www.ipengenharia.pt



IP Património

IP Património, SA
Avenida de Ceuta
Estação de Alcântara-Terra
1300-254 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 212 879 656
e-mail geral@ippatrimonio.pt
Capital Social 5 500 000,00 €
NIF 502 613 092

www.ippatrimonio.pt



IP Telecom

IP Telecom, SA
Rua Passeio do Báltico, 4
1990-036 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 211 024 000
e-mail info@iptelecom.pt
Capital Social 10 000 000,00 €
NIF 505 065 630

www.iptelecom.pt



Gare Intermodal de Lisboa

GIL Gare Intermodal de Lisboa, SA
Rua Passeio do Báltico, 4
1990-036 LISBOA · Portugal

Tel. +(351) 211 024 301
e-mail gil@infraestruturasdeportugal.pt
Capital Social 1 952 160,00 €
NIF 503 299 120

www.infraestruturasdeportugal.pt/sobre-nos/grupo/gil